

ZENAIDO LIMA DA FONSECA

UFV	BIBLIOTECA BBT	COD. RG000786861
	CLASSIFICAÇÃO T 630.717 / F676f / 1998	
TÍTULO Formas de intervenção institucional : perc		
		
140559 BBT		

**FORMAS DE INTERVENÇÃO INSTITUCIONAL: PERCEPÇÃO DE
PRODUTORES RURAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR,
ORGANIZADOS EM ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS**

Tese apresentada à Universidade
Federal de Viçosa, como parte das
exigências do Curso de Extensão
Rural, para obtenção do título de
"Magister Scientiae".

BIBLIOTECA CENTRAL - UFV -
140.559 03.11.98

T
630.717
F676f
1998
ex. 1.

DOAÇÃO

VIÇOSA
MINAS GERAIS - BRASIL
SETEMBRO - 1998

**Ficha catalográfica preparada pela Seção de Catalogação e
Classificação da Biblioteca Central da UFV**

T

F676f
1998
Fonseca, Zenaído Lima da, 1961-
Formas de intervenção institucional: percepção de produtores rurais da agricultura familiar, organizados em associações comunitárias / Zenaído Lima da Fonseca. – Viçosa : UFV, 1998.
157p. : il.

Orientador: Geraldo Magela Braga
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa

1. Extensão rural - Jacuí (MG). 2. Comunidades agrícolas - Jacuí (MG) - Intervenção institucional. 3. Associações agrícolas - Jacuí (MG). 4. Agricultura familiar - Jacuí (MG). 5. Cooperativas de produtores - Jacuí (MG). 6. Trabalhadores rurais - Jacuí (MG) - Participação no processo decisório. I. Universidade Federal de Viçosa. II. Título.

CDD 19.ed. 630.715

CDD 20.ed. 630.717

ZENAIDO LIMA DA FONSECA

**FORMAS DE INTERVENÇÃO INSTITUCIONAL: PERCEPÇÃO DE
PRODUTORES RURAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR,
ORGANIZADOS EM ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS**

A Deus.

A Elmira Lúcia da Cruz Fonseca, minha esposa.

A meus pais, Ana Lima da Fonseca (cocota) e João Barbosa da Fonseca
(João de Balbino).

A meus irmãos Joel, Ana Alice, Antônio,
Eliezer, Cláudio e João (Kid).

Aos cunhados Roberto e Francisco.

A meus avós Balbino Barbosa e Francisco.

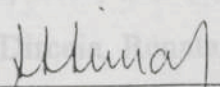
A minhas avós Izabel e Martinha.

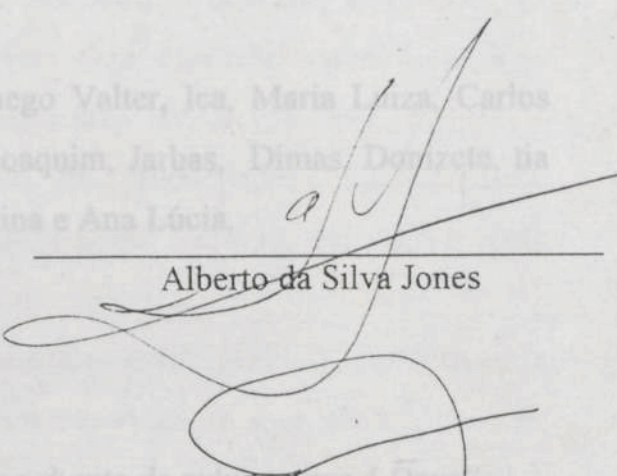
A minha sogra Maria Rita e família, nas pessoas de Horiência, Antônio,
Sérgio.

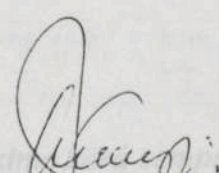
A meus amigos Dona Odete, Cônego Valtér, Ica, Maria Lúcia, Carlos
Moisés e família, Lolô, Eunice, Nicolau, Joaquim, Jarbas, Diniz, Dominga, tia
Nei, Domingo, Irmão João, Ana Carolina e Ana Lúcia.

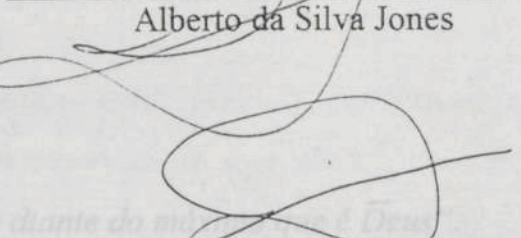
Tese apresentada à Universidade
Federal de Viçosa, como parte das
exigências do Curso de Extensão
Rural, para obtenção do título de
“Magister Scientiae”.

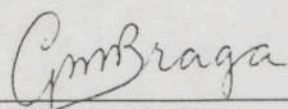
APROVADA: 09 de fevereiro de 1998.


Antônio Luiz de Lima


Alberto da Silva Jones


José Geraldo Fernandes de Araújo
(Conselheiro)


José Benedito Pinho
(Conselheiro)


Geraldo Magela Braga
(Orientador)

A Deus.

À Elmira Lúcia da Cruz Fonseca, minha esposa.

A meus pais, Ana Lima da Fonseca (cocota) e João Barbosa da Fonseca (João de Balbino).

A meus irmãos Joel, Ana Alice, Antonina, Leni, Maria de Lourdes, padre Eliezer, Cláudio e João (Kid).

Aos cunhados Roberto e Francisco Edson.

A meus avós Balbino Barbosa e Francisco.

A minhas avós Izabel e Martinha.

A minha sogra Maria Rita e família, nas pessoas de Hortência, Antônio, Salvador, Tânia, Nilda, Daniela e Bruno.

A meus amigos Dona Odete, Cônego Valter, Ica, Maria Luiza, Carlos Moisés e família, Loló, Eunice, Nicolau, Joaquim, Jarbas, Dimas, Donizete, tia Nei, Domingo, Dirceia, Renata, Ana Carolina e Ana Lúcia.

“O nosso máximo será sempre o mínimo diante do máximo que é Deus”.

Zenaido Lima da Fonseca

Aos entrevistados, produtores rurais; à prefeitura; aos técnicos da EMATER, e à Cooperativa, SAJ, os quais contribuíram, por meio de informações úteis, para esta pesquisa.

Ao poder político municipal, pelo apoio a esta pesquisa e, especialmente, pelo título de cidadão honorário de Jacui, concedido ao pesquisador em razão dos trabalhos realizados no município, como técnico da EMATER daquela cidade.

A Nicolau Schum, da EMBRAPA, pela contribuição durante os estudos de metodologia participativa.

AGRADECIMENTO

Ao Departamento de Economia Rural da UFV, mediante professores, estudantes, banca de defesa de tese e conselheiros, pela relevância dada ao trabalho científico.

A Deus, autor da vida, fonte da sabedoria e inteligência, por esta realização.

Ao fazer uma retrospectiva desse processo, dou-me conta do fato de tantas pessoas terem contribuído, direta ou indiretamente, para a montagem desse quebra-cabeça, em que a ajuda espiritual e material, as bençãos, as orações, as sugestões e as críticas foram imprescindíveis para que este sonho fosse hoje realidade. A todas, o meu reconhecimento especial.

À Elmira, esposa e companheira de preocupações intelectuais e acadêmicas, com quem discuti vários pontos deste trabalho, pelo amor, pela coragem e pelo estímulo a essa empreitada.

A meus pais João e Ana, sábios no ensinamento familiar, por lutarem e acreditarem sempre na capacidade dos filhos em alcançar seus sonhos com fé, dignidade, alegria e amor.

A meus irmãos, irmãs, avós, cunhados, sogra e filhas, e amigos, que sempre motivaram a minha caminhada mediante atos, palavras e orações.

À EMATER-MG, protagonista deste sonho, que está completando 50 anos de presença em Minas Gerais.

Aos entrevistados, produtores rurais; à prefeitura; aos técnicos da EMATER; e à Cooparaíso, SAJ, os quais contribuíram, por meio de informações úteis, para esta pesquisa.

Ao poder político municipal, pelo apoio a esta pesquisa e, especialmente, pelo título de cidadão honorário de Jacuí, concedido ao pesquisador em razão dos trabalhos realizados no município, como técnico da EMATER daquela cidade.

A Nicolau Schaun, da EMBRAPA, pela contribuição durante os estudos de metodologia participativa em Jacuí e pela motivação à realização deste trabalho científico.

Ao Departamento de Economia Rural da UFV, mediante professores, orientadores, banca de defesa de tese e conselheiros, pela relevância das contribuições.

A todos os funcionários do Departamento de Economia Rural, pelo carinho e pela disponibilidade constante.

A meus colegas, pelo companheirismo e pelo apoio.

À Graça, do DER, pela atenção especial ao meu trabalho.

A Benito Marangon, conselheiro da EMATER-BH – sábio extensionista.

Ao meu orientador e amigo, Geraldo Magela Braga, pela disponibilidade e pelo profissionalismo.

A meus conselheiros José Geraldo Fernandes de Araújo, Antônio do Carmo Neves e José Benedito Pinho.

A Antônio de Luiz de Lima e Alberto da Silva Jones, pelas expressivas contribuições.

A todos os extensionistas, por realizarem uma extensão prática, eficiente e coerente com a realidade e com a necessidade dos usuários.

Em 1992, foi coordenador de projetos do município de Jacuí, apresentados na Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - ECO-92.

Em 1993, realizou o curso de Proteção de Plantas, *stricto sensu* (Especialização por Tutoria à Distância - ABEAS), na Universidade Federal de Viçosa.

Em 1994, iniciou o curso de Mestrado em Extensão Rural na Universidade Federal de Viçosa.

BIOGRAFIA

Em agosto de 1996, assumiu o escritório local da EMATER de Formiga-MG, sendo promovido em maio de 1997, assumindo dois cargos - gerente do Centro de Treinamento da EMATER-MG, convênio com a Escola Agronômica Federal de Bambuí, e dirigente regional em Iambuí, nos quais

ZENAIDO LIMA DA FONSECA, filho de João Barbosa da Fonseca e Ana Lima da Fonseca, nasceu em 5 de junho de 1961, em Janaúba-MG.

Em 1973, concluiu o primário no Grupo Escolar Açude Público Estreito - Estreito - Espinosa-MG; em 1977, o primeiro grau na Escola Estadual "Joaquim de Freitas", em Espinosa-MG; e, em 1980, o curso técnico em contabilidade na Escola Maurício Augusto de Azeredo, em Espinosa-MG.

Em 1980, foi admitido pela EMATER-MG, Escritório Regional de Janaúba, como datilógrafo e, em 1984, obteve licença, sem remuneração, para fazer o curso de Agronomia.

Em 1983, foi professor na Escola Estadual Maurício Augusto de Azevedo (Supervisor Pedagógico Rea-4) - Rede de Ensino de 2.º grau, na disciplina Educação Artística.

Em 1988, graduou-se em Agronomia na Faculdade Superior de Agricultura, Ciências e Letras de Machado, na cidade de Machado-MG.

Em 1989, foi a Israel, onde realizou estágio no Moshav Shorashim Nursery in Ein-Habsor-Neguev-Israel (Intensive Moshav Agricultural Practice Education Farming Technology Ltd.), por um período de oito meses.

Em 1991, assumiu o escritório local da EMATER de Jacuí-MG, como Supervisor Local.

Em 1992, foi coordenador de projetos do município de Jacuí, apresentados na Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - ECO-92.

Em 1993, realizou o curso de Proteção de Plantas, *stricto sensu* (Especialização por Tutoria à Distância - ABEAS), na Universidade Federal de Viçosa.

Em 1994, iniciou o curso de Mestrado em Extensão Rural na Universidade Federal de Viçosa.

Em agosto de 1996, trabalhou no escritório local da EMATER de Formiga-MG, sendo promovido em maio de 1997, assumindo dois cargos - gerente do Centro de Treinamento da EMATER-MG, convênio com a Escola Agrotécnica Federal de Bambuí, e dirigente regional em Bambuí, nos quais permanece até hoje.

Em 1997, assumiu a diretoria do Departamento de Agricultura e Meio Ambiente de Bambuí-MG e, em 1998, assumiu os cargos de presidente do CMCN (Conselho Municipal de Conservação da Natureza), em Bambuí, e conselheiro do Conselho Municipal de Desenvolvimento Social, na mesma cidade, nos quais permanece até a presente data.

Em 1998, concluiu o curso de Mestrado em Extensão Rural, defendendo tese em 9 de fevereiro de 1998.

CONTEÚDO

	Página
EXTRATO	xi
ABSTRACT	xiii
1. INTRODUÇÃO	1
1.1. O problema e sua importância	2
1.2. Objetivos	10
1.2.1. Objetivo geral	10
1.2.2. Objetivos específicos	10
2. REVISÃO DE LITERATURA	11
3. METODOLOGIA	21
3.1. Descrição da área estudada	21
3.1.1. Infra-estrutura de serviços	22
3.1.2. Ligações intermunicipais	22
3.1.3. Principais instituições do município	23

3.1.4. Comunidades rurais do município e associações de pequenos produtores rurais	23
3.2. Instituições interventoras	25
3.2.1. EMATER-MG (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais)	25
3.2.2. Cooparaíso (Cooperativa Regional dos Cafeicultores de São Sebastião do Paraíso)	26
3.3. Amostragem	27
3.4. Coleta de dados	28
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES	29
4.1. Reconstituição histórica das intervenções institucionais e dos grupos associativos no município de Jacuí-MG	29
4.1.1. Início da intervenção da EMATER-MG no município	35
4.1.1.1. A EMATER e a evolução dos trabalhos com as famílias rurais	36
4.1.2. Clubes 4-S – histórico e estratégia de intervenção	37
4.1.2.1. Os Clubes 4-S em Jacuí	40
4.1.3. Programa MG-II: a intervenção em municípios carentes	42
4.1.3.1. Recursos do MG-II e a repercussão na organização comunitária	43
4.1.3.2. Formalização dos grupos: exigência para ser beneficiário do programa MG-II	46
4.1.4. A comunidade e os centros sociais como estratégia de intervenção	49
4.1.5. Nucleação - origem do núcleo municipal de ação comunitária	51

4.1.6. Movimento pró-cooperativa de Jacuí – primeira experiência de expansão da unidade da Cooparaíso	53
4.1.7. Sociedade Amigos de Jacuí (SAJ)	54
4.1.8. Banco do Brasil e Fundo de Desenvolvimento Comunitário (FUNDEC)	57
4.2. Caracterização dos produtores rurais integrantes dos grupos associativos do meio rural	59
4.2.1. Problemas de produção e comercialização de produtos agropecuários da agricultura familiar	67
4.3. Percepção dos produtores rurais, das cinco associações de produtores, sobre os métodos de intervenções da EMATER-MG e da Cooparaíso	83
4.3.1. Visita técnica, assistência coletiva por intermédio da associação, excursão, dia de campo na unidade demonstrativa e atendimento de demanda no escritório	86
4.3.2. Intervenções de unidades de pesquisa, ensino e extensão	101
4.3.2.1. Projeto de estudo da metodologia participativa na produção de milho-semente BR 106, em comunidades de pequenos agricultores	101
4.3.2.2. Avaliação dos produtores rurais participantes dos projetos	106
4.4. O cooperativismo – intervenção da Cooparaíso	112
4.5. Significado que os produtores atribuem à associação	122
4.5.1. Líderes rurais e reeleição (problema para o desenvolvimento de comunidades)	129
4.6. Realizações e influências do movimento de desenvolvimento de comunidade	131
4.6.1. Participação no poder	134

5. RESUMO E CONCLUSÕES	139
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	152

EXTRATO

FONSECA, Zenaido Lima da, M.S., Universidade Federal de Viçosa, setembro de 1998. Formas de intervenção institucional: percepção de produtores rurais da agricultura familiar, organizadas em associações comunitárias. Orientador: Geraldo Magela Braga. Coorientadores: José Benedito Pinho e José Geraldo Fernandes de Araújo.

Este estudo analisa as formas de intervenções institucionais de assistência técnica e extensão rural governamentais e não-governamentais e o associativismo no contexto de vários programas e projetos no município de Jacui-MG. As principais interventoras são EMATER e Cooperaisa. A população deste estudo é composta de 31 produtores da agricultura familiar, representando 100% dos integrantes de todas as associações rurais. As intervenções iniciais da EMATER não visavam a formalização imediata dos grupos, porém esta foi aproveitada para assegurar a captação de recursos. O associativismo exibe certo grau de paternalismo, mas tem apresentado expressivo avanço na conquista de direitos sociais, culturais e econômicos, por meio da permanente negociação entre suas classes e aproveitamento de oportunidades. A agropecuária beneficiou-se, objetivamente, das influências positivas das instituições intervenientes, como EMATER, Cooperaisa, SETAS, EMBRAPA, Banco do Brasil, governo do Estado de Minas, LBA, UFV, SAI, mediante ações,

EXTRATO

FONSECA, Zenaido Lima da, M.S., Universidade Federal de Viçosa, setembro de 1998. **Formas de intervenção institucional: percepção de produtores rurais da agricultura familiar, organizados em associações comunitárias.** Orientador: Geraldo Magela Braga. Conselheiros: José Benedito Pinho e José Geraldo Fernandes de Araújo.

Este estudo analisa as formas de intervenções institucionais de assistência técnica e extensão rural governamentais e não-governamentais e o associativismo no contexto de vários programas e projetos no município de Jacuí-MG. As principais interventoras são EMATER e Cooparaíso. A população deste estudo é composta de 81 produtores da agricultura familiar, representando 100% dos integrantes de todas as associações rurais. As intervenções iniciais da EMATER não visavam à formalização imediata dos grupos, porém esta foi apressada para assegurar a captação de recursos. O associativismo exibe certo grau de paternalismo, mas tem apresentado expressivo avanço na conquista de direitos sociais, culturais e econômicos, por meio da permanente negociação entre suas classes e aproveitamento de oportunidades. A agropecuária beneficiou-se, objetivamente, das influências positivas das instituições interventoras, como EMATER, Cooparaíso, SETAS, EMBRAPA, Banco do Brasil, governo do Estado de Minas, LBA, UFV, SAJ, mediante ações,

programas e projetos; entretanto, os resultados de maior impacto ocorreram nas atuações denominadas sociais e de infra-estrutura, dentre as quais se destacam os centros sociais, a eletrificação rural e a aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas. Destaque especial foi dado aos avanços no processo de politização dos integrantes de Associações Comunitárias. Às intervenções são creditados um avanço no processo de democratização do poder e um aumento do espaço para a participação nas decisões de projetos, programas e reivindicações dos direitos. A partir da consciência de classe emergiram lideranças políticas, como prefeito, vice e vereadores das associações, os quais participam da estrutura de poder em Jacuí. A assistência técnica das instituições já foi mais atuante, mas hoje não atinge a massa de produtores, principalmente porque os técnicos locais atendem também a outro município, além da falta de melhor planejamento das ações, capacitação técnica e pedagógica. Os produtores cobram uma visão diferenciada, problematizadora e construtivista dos agentes de extensão. A interação comunidade, extensão, pesquisa e ensino propiciou duas experiências relevantes de estudo da metodologia participativa na produção coletiva de semente de milho e confinamento comunitário de bovinos, desenvolvidos por pequenos agricultores. Os produtores sugerem que seja resgatado o estilo de trabalho adotado nos extintos Clubes 4-S. Tendo em vista que os produtores de Jacuí, em relação à inserção na economia de mercado, estão ainda vinculados ao que Marx denomina de lucro de alienação, há necessidade de as instituições de ensino, pesquisa e extensão buscarem, junto aos produtores, mecanismos que garantam não somente a sobrevivência destes, que nem sempre têm terra, capital, conhecimento formal e tecnologia, mas a participação no processo de desenvolvimento econômico e social brasileiro.

ABSTRACT

FONSECA, Zenaido Lima da, M.S., Universidade Federal de Viçosa, September 1998. **Forms of institutional intervention: perception of family farmers, organized in community associations.** Adviser: Geraldo Magela Braga. Committee Members: José Benedito Pinho and José Geraldo Fernandes de Araújo.

This study analyzes the forms of institutional interventions of technical assistance, public and private rural extension and associativism within the context of several programs and projects in the municipal district of Jacuí-MG. The main interventors are EMATER and Cooparaíso. The population studied is of 81 family farmers, representing 100% of the members of all the farming associations. The initial interventions of EMATER did not seek the immediate official formation of the groups but this was speeded up to ensure funding. Although associativism exhibits a certain degree of paternalism, it has been expressive in the conquest of social, cultural and economic rights, through a permanent negotiation among its classes and the use of opportunities. Farming has been benefited by the positive influences of the intervening institutions, such as EMATER, Cooparaíso, ARROWS, EMBRAPA, Bank of Brazil, Minas Gerais Government, LBA, UFV and SAJ through actions, programs and projects; however, results of greater impact have been obtained within social and

infrastructure contexts, i.e., building of social centers, rural power plants and acquisition of agricultural machinery and tools. Special attention was paid to the advancement of political formation of the community association members. Interventions were found to improve the process of power democratization and to allow for participation in the decision – making process programs and right claims. Class consciousness led to political leadership, represented by the mayor, deputy mayor and association representatives, who belong to the power structure of Jacuí. Technical assistance by the institutions was greater in the past but today it does not reach all producers mainly because the local agents also assist other districts. Besides, there is a lack of a more effective action planning as well as technical and academic training. The farmers expect agents to have a differentiated, problem – oriented, constructivist vision. The interaction community extension (EMATER) research teaching has made possible two relevant study experiences in participative methodology: the collective production of corn seeds and community feedlot, developed by small farmers. These farmers also suggest that the former 4-S Clubs should be reestablished. As far as market economy is concerned, Jacuí farmers still hold to, what Marx calls, alienation profit. Thus the need for teaching, research and extension institutions together with the farmers to seek mechanisms to ensure not only survival of the latter (who not always own land, capital and know-how) but also their participation in the Brazilian process of social and economic development.

1. INTRODUÇÃO

Este estudo analisa as formas de intervenção institucional e a percepção dos produtores sobre as intervenções das organizações extensionistas nas atividades produtivas da população rural de agricultura familiar, organizada em associações comunitárias no município de Jacuí, Minas Gerais.

Trata-se de um município essencialmente agrícola, onde parcela relevante dos produtores rurais – em torno de 96% - pertence à categoria *de agricultores familiares*. A agropecuária é a principal fonte de subsistência desses produtores e, fundamentalmente, a base de reprodução econômico-social.

No município existem duas unidades; uma da EMATER-MG (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais) e uma da Cooparaíso (Cooperativa Regional dos Cafeicultores de São Sebastião do Paraíso), e ambas desenvolvem atividades de assistência técnica e extensão rural há mais de 12 anos. Neste trabalho têm sido adotadas algumas metodologias distintas, com vistas em efetivar atendimento significativo aos beneficiários, que são os produtores e suas famílias, as quais encerram estratégias diferenciadas de atendimento individual e coletivo.

Nas estratégias de caráter coletivo estabeleceu-se uma linha de trabalho orientada para a oferta de tecnologias no campo técnico-econômico e social, tendo em vista o desenvolvimento comunitário do município.

O associativismo rural do município de Jacuí é representado por cinco Associações de Pequenos Produtores Rurais, registradas e consideradas como entidades jurídicas.

1.1. O problema e sua importância

O município de Jacuí está situado na mesorregião do sudoeste mineiro e na microrregião Mogiana Mineira, próximo a três grandes áreas metropolitanas urbanizadas e industrializadas - São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Está articulado ao mercado como consumidor de bens e serviços do setor urbano-industrial e fornecedor de pequeno excedente de alimentos e matéria-prima.

Como é característico da economia de todo o sul de Minas, parte relevante dos produtores do município tem a agropecuária como atividade principal, senão a única, sendo, na sua maioria, pequenos agricultores de subsistência, fundados no aproveitamento da mão-de-obra familiar. Um dos principais problemas enfrentados por esses produtores, tanto na produção imediata quanto nas relações com o exterior, reside em suas múltiplas articulações com os demais setores do sistema social.

Com relação à produção interna imediata, um dos problemas é que, normalmente, esses produtores praticam a chamada "agricultura tradicional", que, geralmente, apresenta baixa produtividade do trabalho e, em conseqüência, baixa taxa de retorno a eventuais investimentos em outros fatores de produção. Esses problemas estão, geralmente, relacionados com os seguintes componentes das atividades de reprodução econômico-social:

1. As propriedades desses produtores dispõem, essencialmente, de pequenas áreas agricultáveis, além de apresentarem, de forma relevante, solos de baixa fertilidade;
2. O alto custo das tecnologias disponíveis e, em alguns casos, a indivisibilidade de algumas destas (ex.: trator) impedem a utilização dessas tecnologias em pequenas áreas;

3. A maioria desses produtores trabalha com produtos que requerem a obtenção de economias de escala, motivo pelo qual o plantio em pequenas áreas - exceto para o auto-abastecimento (subsistência) - dificulta a relação com o mercado consumidor. Esses produtores apresentam, normalmente, pequeno volume de excedente comercializável e de insumos necessários ao processo produtivo, o qual, aliado à carência de boas estradas, encarece o frete tanto para o vendedor quanto para o comprador.
4. A falta de armazéns, aliada à necessidade de transformar a produção em dinheiro para adquirir bens que não são produzidos na propriedade, obriga esses pequenos produtores familiares a entregarem o produto de seu trabalho a intermediários, que se tornam, dessa forma, os principais compradores dos excedentes produzidos, com conseqüente influência na depreciação dos preços recebidos pelos produtores;
5. O crédito rural, quando disponível, não é adequado à realidade dos pequenos produtores, com raríssimas exceções, como no caso de alguns programas especiais.

NOVAES (1988:44) sintetiza esses problemas nos seguintes termos:

“(...) na articulação da pequena produção com o sistema econômico dominante, encontram-se as principais barreiras que impedem o acesso dos pequenos produtores aos benefícios do desenvolvimento, tanto na busca de recursos e bens que não produzem, quanto na colocação de seus excedentes no mercado”.

Grande parte dos pequenos produtores do sudoeste de Minas, entre os quais os de Jacuí, compõe o grupo dos que apresentam essas características arroladas por Novaes; em conseqüência, está mais vulnerável à tendência de descapitalização e desintegração de suas unidades produtoras.

O processo de modernização da agricultura e da economia tem resultado, de forma crescente, na concentração da propriedade e da renda, agravando, dessa forma, as condições de reprodução dos pequenos produtores de subsistência, em particular para tornar cada vez mais difíceis as suas possibilidades de manter a

sua atividade produtiva. Essa situação tem acentuado a preocupação com a distribuição de renda, como registra BARBOSA (1988:5):

“A preocupação social com a distribuição de renda e de riquezas, acentuada pelo processo de modernização da agricultura (e da economia em geral), colocou o Poder Público contra a parede, forçando-o a buscar soluções para o problema dos pequenos produtores rurais, haja vista a aparente ineficiência da extensão rural, por si só, em livrar os referidos produtores do crônico ciclo de baixa produção - baixa capitalização - baixa modernização - baixa produção”.

A modernização é conceituada, por BARBOSA (1988:6), como a “ruptura dos padrões de produção e administração que redundam em produtividade dos fatores (terra, mão-de-obra e capital) muito abaixo do que seria técnica, econômica e socialmente possível e justificado”. Contudo, é absolutamente irreal pensar numa transição brusca do “tradicional” para o “moderno”, por maiores que sejam os investimentos em pesquisa e assistência técnica, uma vez que o risco na produção agrícola jamais será zerado. Essa transição pode ser encurtada se, a cada etapa de ganho de renda, for aumentada, na etapa seguinte, a capacidade de o produtor assumir riscos, propiciando-lhe abertura para adoção de tecnologias mais adequadas e sofisticadas. Para esse autor, *a priori*, não há qualquer justificativa para o binômio grande-moderno, pois há, no Brasil, grandes produtores em extensão territorial, porém tradicionais, como há pequenos produtores que utilizam processos de produção modernos e que se dedicam à produção tipicamente capitalista (hortigranjeiros, aves, suínos, etc.).

Os problemas que afetam o setor agrícola, principalmente a agricultura tradicional, são considerados, por SILVA (1980), como “debilidades” das transformações capitalistas na agricultura brasileira. Segundo ele, o capital não conseguiu realizar uma expropriação completa do trabalhador rural e nem revolucionar, de maneira ampla e dinâmica, o processo de produção propriamente dito. Essa debilidade é tida como uma forma específica de dominação, sendo marcante a presença do capital comercial e usuário. É pequeno o número de casos identificáveis em certos produtos e em determinadas regiões, em que se constata formas capitalistas clássicas do processo produtivo, isto é, grandes empresas agrícolas que operam à base de trabalho assalariado e com

tecnologias avançadas, nas quais a extração do trabalho excedente se revela como extração de mais valia. O que se observa, na maioria dos casos, é a presença de pequenas unidades familiares com nível muito baixo de tecnificação, não sendo absolutamente fechadas ou independentes, visto que participam do mercado tanto na venda dos produtos como na compra de insumos, contando, às vezes, com trabalho contratado, temporariamente, durante o ciclo produtivo.

“É justamente nessa vinculação crescente ao mercado, à circulação capitalista de mercadorias, que se materializam as formas concretas de extração do excedente ou sobretrabalho desses camponeses” (SILVA, 1980:5).

A persistência de formas não-capitalistas de produção na agricultura tem sido também evidenciada por muitos estudiosos da questão agrária brasileira. Entre os que enfatizam essa persistência e analisam, detalhadamente, as suas implicações, especialmente no que se refere aos processos de expropriação e excludência dos pequenos produtores familiares de subsistência, estão José de Souza Martins (MARTINS, 1982; 1983; 1985), Alberto Jones (JONES, 1987 e 1997) e Octávio Ianni (IANNI, 1979a; 1979b; 1981 e 1984).

Fundamentando-se na perspectiva teórica distinta dos autores acima, e partindo de outro referencial teórico que privilegia as formas de organização da exploração em si mesma e suas possibilidades de ajustamento à economia em geral, chama atenção o fato de que a debilidade qualitativa do capital humano não implica, necessariamente, ineficiência, mesmo porque o conceito de eficiência é relativo em razão do quadro referencial para tomada de decisões. Em outras palavras, os produtores têm razão de fazerem o que fazem, apesar da racionalidade limitada do decisor (DOSSA e CAUS, 1995)

Entretanto, o ponto crucial é que a “eficiência” em recombinar os fatores disponíveis da agricultura tradicional não tem assegurado a sobrevivência aos produtores e aos seus descendentes. Grande parte dos produtores depara com uma agricultura subordinada aos principais instrumentos de estímulo ao setor, como crédito, taxa de juros, pesquisa tecnológica e difusão no meio rural, armazenamento, comercialização e pouca participação nas definições políticas. Em Jacuí, verifica-se essa subordinação, principalmente por se tratar de um município essencialmente agrícola, que conta com 6.616 habitantes, dos quais

3.500 estão na zona rural. Dentre estes últimos, 1.322 são produtores rurais, dos quais 96% pertencem à categoria agricultores familiares, enquanto os 4% restantes se enquadram na categoria de médios e grandes produtores, com base no que produzem, na utilização de mão-de-obra extra-familiar e na forma de comercialização (EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DE MINAS GERAIS - EMATER-MG, 1991).

Tal situação tem levado os produtores do município de Jacuí à procura de alternativas organizacionais que lhes permitam possível capitalização e forneçam condições mínimas de sobrevivência. Uma dessas alternativas tem sido buscar o auxílio da assistência técnica disponível, governamental e não-governamental, e outra tem sido a organização desses agricultores por meio de vias alternativas de associações.

É nesse contexto que surge a experiência dos grupos associativos do município, iniciada em 1978, com incentivo da EMATER-MG do município de São Sebastião do Paraíso, vizinho ao município de Jacuí. A primeira experiência de grupo associativo, formalmente organizado, foi na comunidade rural do Mato Dentro, com a criação, em 19 de abril de 1982, da Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Mato Dentro. Desde então, surgiram outras organizações comunitárias, como a dos Pequenos Produtores Rurais de Perobas, Frazão, Buenos e Nossa Senhora da Boa Vista.

Para BARBOSA (1988), a organização dos pequenos produtores pode ser uma das formas mais viáveis de sustentação e aceleração da transição do tradicional para o moderno em condições mais satisfatórias, sem que se eliminem as pequenas unidades de produção. Ao se organizarem, os produtores superam mais facilmente a barreira da indivisibilidade dos fatores-chaves de produção, facilitam a assistência técnica requerida e melhoram o posicionamento nos setores modernos da agricultura.

Em relação à assistência técnica, para esse autor, a extensão rural é justificada pelo seu conteúdo educativo, tendo-a como “substituto mais próximo da educação”, o que pode contribuir para reduzir a debilidade qualitativa do

capital humano e aumentar o nível de eficiência das unidades produtivas com adequação ao mercado vigente.

As intervenções institucionais, diretas ou indiretas, no município são caracterizadas pela assistência técnica e pela extensão rural, pública ou não, visando, pelo menos no discurso, contribuir para melhoria das condições de vida dos produtores e para o desenvolvimento do município. Portanto, têm-se, de um lado, os produtores rurais que precisam sobreviver e manter-se no processo produtivo e, do outro, as diversas instituições que atuam ou atuaram no município, com vistas em contribuir para atenuar os problemas dos pequenos produtores, tais como EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais), SETAS (Secretaria de Trabalho e Ação Social), IEF (Instituto Estadual de Florestas), IESA (Instituto Estadual de Sanidade Animal), cooperativa, etc., bem como a prefeitura local, que tem buscado solucionar os problemas mediante apoios motivacionais e financeiros próprios e externos.

Em relação à alternativa associativista, teoricamente, seus pressupostos são conhecidos; entretanto, na prática, essa alternativa tem sido criticada, por não apresentar resultados objetivamente satisfatórios. Na maioria dos casos, o que se tem verificado, na prática, é uma postura individualista, evidenciada pela imensa dificuldade de organização dos produtores e dos interventores, com vistas na obtenção do sucesso pelos produtores.

Alguns dos problemas apontados por alguns autores, em relação ao insucesso de muitas organizações de produtores em associações comunitárias, têm sido a falta de participação dos interessados, decorrente da imposição das formas associativas por agentes interventores; o exercício de poder pelos líderes; a falta de avaliação das ações, uma vez que os produtores não são ouvidos e é dificultada, objetivamente, a participação dos associados nas decisões; e a falta de ações concretas que busquem contribuir para solução dos problemas. A temática da participação é tratada, entre outros autores, por OAKLEY e MARSDEN (1985), ALENCAR (1990), SOUZA (1987), PINHEIRO (1995), MARANGON (1994) e FERREIRA (1995).

As experiências com programas e projetos de desenvolvimento rural, a exemplo de FONTES (1990), PEREIRA (1991), MIRANDA (1993) e SOARES (1994), têm demonstrado que a organização de pequenos produtores, estabelecida sem comprometimento e participação efetiva dos interessados, tem-se desagregado tão logo são interrompidos os incentivos oferecidos e a tutela dos agentes interventores.

Esses problemas, em parte, estão relacionados com o fato de os profissionais da extensão rural (instituição governamental, pesquisa, ensino) quase sempre serem tidos como especialistas e detentores de conhecimentos que devem ser transferidos aos produtores na forma de tecnologias e informações agropecuárias. Este é, caracteristicamente, o embasamento do difusionismo clássico que tem sido criticado por CAPORAL (1991), FONSECA (1985) e AMMANN (1992), por contribuir, menos do que o esperado, para os pequenos produtores descapitalizados. Os produtores rurais também têm externado seu protesto, conforme afirma MARANGON (1994:6):

“Da resposta silenciosa ao afastamento e até a rejeição, muitos produtores manifestaram seu descontentamento, e muitos extensionistas se desencantaram com o seu papel, sem encontrar novas respostas para a ausência ou irregularidade de seus instrumentos, que eram, de algum modo, atrativos estimulantes e indutores do comportamento dos agricultores. Foram assim criadas as condições apropriadas, para que os mais críticos de sua própria ação buscassem a reaprendizagem de novos estilos adequados aos legítimos interesses dos produtores, o que se fazia pela desobediência burocrática, pela superação das pressões imediatistas dos programas, dos recursos, das normas técnicas e políticas”.

Nesse sentido, ALENCAR (1990), ao analisar a extensão rural enquanto estratégia de intervenção, estabelece um paralelo entre a abordagem “convencional”, que traz em si o caráter tutorial, e a “educação participativa”, menos freqüente, que tem caráter educativo.

Considerando-se a intervenção como uma ação, ou ações praticadas por pessoas (técnicos) que não pertençam ao núcleo comunitário, ela é tutorial quando a ação do agente externo busca introduzir idéias preestabelecidas, sem que haja participação dos indivíduos na formulação das idéias. Isto pode resultar no reforço dos traços de dependência (clientelismo) e descontinuidade do

trabalho iniciado, quando cessar a intervenção extensionista. O caráter educativo ocorre quando os indivíduos da ação são estimulados a desenvolver habilidades de diagnosticar e analisar seus problemas e decidir, coletivamente, as ações para solucioná-los. No processo de execução das ações são feitas avaliações, buscando, sempre que necessário, novas alternativas.

Por certo, as ações de intervenções devem motivar a participação, por meio da qual o homem é tido como um ser de ação e de reflexão, ocupando um lugar no mundo, considerado, por FREIRE (1985), como normal - a de "admirador" do mundo. O homem é exclusivo na capacidade de pensar sobre si e sobre a própria atividade que dele se desliga. Esse "ad-mirar" a realidade implica objetivá-la e apreendê-la como campo de sua ação e reflexão, o que propicia penetrá-la lucidamente, para descobrir as inter-relações verdadeiras dos fatos percebidos.

Portanto, é importante compreender a imagem que os produtores têm da extensão rural voltada para pequenos produtores, considerando-se que existe um período histórico de intervenções e da formação de grupos associativos nos diversos municípios do Estado de Minas Gerais.

O entendimento dos problemas, das potencialidades e das necessidades, evidenciado nas várias observações e estudos sobre a trajetória das intervenções institucionais nos grupos associativos, passa pela compreensão crítica da percepção dos usuários dos serviços de extensão, que podem ser melhorados, a cada etapa de análise, pelos pesquisadores e pelos empreendedores de tais ações.

Esse é o sentido que se procura enfatizar ao desenvolver esta pesquisa, que busca compreender as ações de intervenções na percepção dos produtores rurais do município de Jacuí, pois a realidade concreta não significa apenas os fatos tomados em si mesmos e fora dos sujeitos, mas os fatos e dados associados à percepção que deles estejam tendo os indivíduos envolvidos. A realidade não é algo acabado, estático, mas uma relação dinâmica e dialética entre objetividade e subjetividade, que formam uma unidade – a unidade do concreto, real. Assim, a realidade só pode ser conhecida com a participação dos sujeitos que nela vivem. Essa forma de conhecer a realidade caracteriza uma perspectiva de ação

libertadora, em que a pesquisa, como ato do conhecimento, tem, como sujeitos cognoscentes, de um lado, os pesquisadores profissionais e, de outro, os grupos populares e o objetivo a ser desvelado, a realidade concreta.

1.2. Objetivos

1.2.1. Objetivo geral

Analisar as formas de intervenção institucional e a percepção dos produtores da agricultura familiar de subsistência de Jacuí, organizados em Associações Comunitárias.

1.2.2. Objetivos específicos

- Reconstituir a história dos grupos associativos do município de Jacuí;
- Delinear o perfil das Associações de Pequenos Produtores Rurais em relação ao grau de dependência de agentes externos (interventores);
- Caracterizar os produtores rurais integrantes de associações;
- Identificar o significado que os produtores atribuem à associação;
- Analisar a percepção dos produtores sobre a atuação da EMATER-MG e da Cooparaíso nos Grupos Associativos; e
- Analisar o conteúdo do discurso do técnico como instrumento para a interpretação da percepção dos produtores.

2. REVISÃO DE LITERATURA

A extensão rural surge no cenário do desenvolvimento da agricultura moderna como uma forma específica e planejada de “intervenção” no mundo rural. É nesse contexto e conjuntura que essa modalidade específica de intervenção no processo de produção agropecuária passa a ser concebida, compreendida e denominada, em muitos países, de diversas maneiras: Extensão Rural, nas Américas; Divulgação, na Itália; e Animação, na França. Contudo, segundo ECHEVERRIA (1981), nos diversos países predomina a finalidade de promover o desenvolvimento via modernização da agricultura, nos quais diversos modelos foram adotados.

No Brasil, o principal modelo de intervenção extensionista no meio rural foi o de Transferência e Difusão de Tecnologias (T&T), inspirado no modelo norte-americano, na década de 40, o qual fez parte das ações de intervenção planejadas para vários países de terceiro mundo e ganhou novo vigor no contexto das influências da “Revolução Verde”. Nesse contexto, pobreza e fome são vistas, basicamente, como um problema de baixa produção e baixa produtividade de alimentos, que, por sua vez, necessitam de tecnologias e insumos modernos. Parte-se do princípio de que nas sociedades rurais as mudanças dão-se por intermédio de intervenções técnicas exteriores, peculiares aos países

desenvolvidos, em detrimento de processos internos, orgânicos, capazes, portanto, de alterar as estruturas sócio-político-econômicas dessas sociedades.

Dessa maneira, as condições, ainda que artificiais, foram criadas para tornar o modelo atraente, passível de ser adotado na realidade brasileira. O estado cria um sistema em cadeia, constituído de

“altos investimentos em pesquisa, visando criar as melhores condições de implantação do modelo nos diversos ecossistemas locais; os serviços de Extensão Rural, para levar a informação ao agricultor; a rede bancária, para financiar os projetos de adoção das modernas tecnologias e os altos subsídios à indústria de insumos agrícolas, setor logo assumido pelas empresas multinacionais, a fim de alimentar a necessidade gerada pelo ‘modelo’” (SANTOS, 1994:53).

Entretanto, a simples intervenção técnica, apesar do que tenta fazer crer a ideologia difusionista, não uniformiza as relações sociais. O mercado, por si só, não equaliza as diferenças preexistentes na esfera da produção, que, em última instância, condiciona e, em larga medida, determina as possibilidades de apropriação das riquezas assim criadas na esfera da circulação. Nesse sentido, segundo FIGUEIREDO (1989), o campo da disputa pela satisfação das necessidades diversas, às vezes, é excludente, constituindo um campo de poder. Assim, a política modernizadora do governo contemplava, principalmente, os produtores que tinham condições de absorver as tecnologias preconizadas pelo modelo, comumente denominadas “pacote tecnológico”, as quais, dessa maneira, se integravam à produção de mercadorias de demanda internacional ou supriam as necessidades do complexo agroindustrial.

Os produtores que não tinham condições de absorver o “pacote tecnológico” e dar resposta rápida à política modernizadora foram, de certa forma, excluídos dessa política, apesar de constar no discurso oficial “uma visão homogeneizada do setor rural brasileiro, sob a ótica da mudança social e da modernização, que visam engajar os setores tradicionais da agricultura à economia de mercado” (BARBOSA, 1986:12).

Muitas avaliações dentro das instituições extensionistas governamentais, ou não (extensão oficial, cooperativas, etc.), tiveram como indicador de sucesso o número de agricultores que adotaram as tecnologias propostas, ainda que o

extensionista não participasse, de forma interativa, do produto que ele vendia: “a tecnologia”. Ao não acompanhar o desenvolvimento da tecnologia gerada, este não tem acesso às considerações relativas à eficácia, rentabilidade e adequação a condições regionais, tanto do ponto de vista agroecológico quanto econômico. Fica implícito que tudo que é gerado pela pesquisa é útil e necessário aos produtores rurais, razão por que se explica que

“as grandes ações dentro da extensão circunscreviam-se, basicamente, à utilização ótima dos meios de comunicação. Dessa forma, a difusão, enquanto atividade, envolvia um agente de mudança (o extensionista) e um agente a ser modificado (o produtor)” (SOUZA, 1987:190).

Segundo FREIRE (1985), do ponto de vista gnoseológico, a palavra extensão (estender) significa “mostrar sem revelar ou desvelar aos indivíduos uma presença nova”. A presença desses conteúdos estendidos, se não feita numa relação dialética, é contrária à proposta educativa de ação libertadora, que busca conhecer e considerar o homem como um “ser-em-situação”, do trabalho da transformação de mundo, enfim, um ser da prática da ação e da reflexão. Essa relação se baseia no fato de o saber popular e o saber científico estarem permeados de contradições, nas quais se encontram verdades e enganos, devendo ser examinados criticamente.

O que se verifica, na maioria das vezes, na ideologia subjacente à prática comunicacional difusionista é uma transformação do ato de comunicação numa transferência de conhecimentos, refletindo uma posição de dominação do ponto de vista científico - o agente de mudanças acha que sabe e busca transmitir, transferir o que acha, a quem julga não saber (agente a ser modificado). Segundo FREIRE (1985), esse ponto de vista conduz à utilização de técnicas de comunicação manipulatória, podendo resultar numa invasão cultural do agente que se quer modificar - o produtor rural.

Com relação às consequências do emprego de técnicas *mistificadoras* de comunicação, BARBOSA (1993:57) vai além do ponto de vista de FREIRE (1985), quando afirma que

“não se trata apenas de invadir persuadindo mas de transformar, de moldar em outras formas e formar aqueles que a ela se submeteram ou ainda se submetem. Com isto, o uso das técnicas de comunicação adquire uma funcionalidade

relevante para a expansão do capital, que precisa delas e, portanto, vai ajustá-las as realidades mais díspares”.

A tecnologia constitui o “carro-chefe” das ações de difusão, exercendo pressão sobre as condições de trabalho do produtor rural. A estratégia de desenvolvimento adotada atualmente é tida como tradicional, sofrendo críticas dos indivíduos, alvos das intervenções, e de pesquisadores, como FONSECA (1985) e CAPORAL (1991). Contudo, conforme observa PINHEIRO (1995:1.337),

“deve ser reconhecido que esta estratégia tem-se revelado eficiente sob determinados aspectos e causou substancial impacto no setor agropecuário. O Brasil, por exemplo, dobrou sua produção de grãos nas últimas décadas, ampliou sua fronteira agrícola e aumentou a produtividade de alguns produtos, sobretudo de exportação (como soja, arroz irrigado, maçã, suínos e aves)”.

No entanto, se por um lado contribui para integração do país ao mercado internacional, internamente causa sérios impactos sócio-ambientais. A pobreza persiste, assim como as desigualdades sociais e a degradação ambiental. Os produtores, principalmente os vinculados à agricultura tradicional, foram lançados ainda mais à margem do processo de desenvolvimento, quando não efetivamente excluídos e marginalizados do processo de produção e reprodução social. Segundo BARBOSA (1988:9),

“embora a tendência histórica com a modernização da agricultura e da economia, como um todo, seja a de intensificar o fluxo migratório rural-urbano, o segmento de pequenos produtores tradicionais da agricultura brasileira desempenha um papel vital na economia rural, proporcionando emprego a milhares de pessoas que, na situação atual, estariam em piores condições caso deixassem o campo”.

No caso de Jacuí, município essencialmente agrícola, onde a grande maioria da população rural é composta de pequenos produtores que dependem, basicamente, da atividade agrícola, ficam evidentes essas colocações acerca da importância da pequena produção.

Para BARBOSA (1988), assim como para SCHULTZ (1965), dentre as formas e meios disponíveis, em primeiro lugar, são necessários investimentos no capital humano, mediante educação e saúde, para benefício principalmente dos descendentes desses produtores, e, ao mesmo tempo, melhorias nos sistemas de Assistência Técnica e Extensão Rural, como substituta da educação formal para

os produtores, além da geração e adoção de novos fatores de produção, ou seja, geração e difusão de tecnologias apropriadas para os pequenos produtores, com conseqüente redução de riscos do setor e estímulo às formas organizativas dos produtores. Com esses investimentos, BARBOSA (1988) acredita que não há por que não esperar o surgimento de maior número de empreendimentos familiares modernos, com nítida orientação de mercado.

Essa perspectiva das unidades familiares de produção emergentes é descrita por ABRAMOVAY (1992), que atribui a essas unidades papel decisivo na contribuição para a distribuição da renda e modernização do campo.

Em relação às formas organizacionais, para PEREZ (1990), a estratégia de desenvolver atividades agropecuárias, associativamente ou na forma de “organizações de pequenos produtores”, é importante para que o produtor “reúna possibilidades de reter, em maiores proporções, a renda gerada em suas unidades produtoras...”. Assim, organizados em associação, os pequenos produtores têm melhores condições de barganhar e defender seus interesses, desenvolver-se no plano individual e social, visualizar os problemas e soluções com mais clareza, e, principalmente, tomar consciência efetiva da realidade, das necessidades e das alternativas.

ALENCAR (1990) acredita que o associativismo seja uma forma de adaptação dos produtores, principalmente os pequenos e descapitalizados, à modernização contínua.

BARBOSA (1988) adverte o possível insucesso de tais organizações associativas, quando estas são impostas por agentes interventores, ou não, com interesses diversos (políticos, etc.) que comprometem a participação. O conceito de participação está associado à noção de poder, podendo assumir diferentes perspectivas. Segundo PINHEIRO (1995:1.349),

“no enfoque construtivista, Poder não é alguma coisa que alguém tem, mas que aparece numa relação quando alguém concede poder a outra pessoa obedecendo a uma ação (ou emoção). Isto acontece tanto de forma autoritária ou dominadora, quanto de forma autônoma ou cooperativa”.

Na análise de ALENCAR (1990), essa forma autoritária ou dominadora é expressa como caráter tutorial e denominada “abordagem convencional”,

enquanto a forma autônoma ou cooperativa é tida como “abordagem de educação participativa”. Nesse sentido, MARANGON (1994) afirma que muitos extensionistas, ao se inscreverem em movimentos populares e aliam-se aos legítimos interesses das comunidades, atuando por meio das práticas participativas dos referidos movimentos, viram-se atormentados pelas contradições entre o compromisso com os movimentos emergentes e a fidelidade requerida pelos instrumentos de trabalho. Não se tratava, nesse caso, de convencer os produtores das metas estabelecidas pelos programas, mas desnudar os programas para eles mesmos, demonstrando os reais interesses de que eram portadores e deixando-os livres para adesão ou não, sem condicionamentos, condições ou restrições.

Com vistas em estabelecer um paralelo entre as abordagens “convencional” e “educação participativa”, os elementos centrais, adotados por ALENCAR (1990) como parâmetro, são os significados que tais abordagens atribuem à unidade social para ação e os papéis a serem desempenhados pelos extensionistas e pelas populações rurais (Quadro 1).

Nessa abordagem convencional, a unidade social para a ação do agente externo, usualmente chamado de extensionista, é a comunidade, percebida como um sistema social homogêneo, com conseqüente estratégia de intervenção não diferenciada, o qual utiliza, freqüentemente, lideranças locais como meios de legitimação do trabalho comunitário. Tais estratégias podem resultar na manutenção ou no reforço do “status quo”. Nessa forma de agir, o agente externo tem papel ativo quando elabora diagnósticos, identifica problemas e define os meios para solucioná-los, estabelecendo também a estratégia de ação. À população, alvo da ação, resta executar as ações prescritas, de forma passiva.

Nessa linha de raciocínio, na perspectiva de dominação, a participação não é, evidentemente, uma proposta tranqüila, dado que se apresenta de diferentes modos, quando se trata de participação na execução, nos resultados ou nas decisões. A participação na execução é a mais freqüente, e é o que a dominação espera e necessita. Segundo FERREIRA (1983), *“é preciso que cada um e todos cumpram seus papéis, realizem as tarefas que lhes foram atribuídas*

Quadro 1 - Comparação entre abordagem convencional e abordagem participativa

Abordagem	Unidade social para a ação	Papel do agente externo ao grupo	Papel dos membros do grupo
Convencional	Comunidade não-diferenciada	TUTORIAL 1. Diagnosticar (identificar os problemas e suas causas) 2. Estabelecer meios para solucioná-los	1. Executar as ações prescritas pelo agente externo
Participativa comum	Grupos com interesses	EDUCACIONAL 1. Identificar grupos com interesses comuns 2. Promover a organização inicial do grupo 3. Orientar a identificação dos problemas	ATIVO 1. Diagnosticar (identificar os problemas e suas causas) 2. Estabelecer meios para solucioná-los 3. Avaliar as ações executadas e buscar novos caminhos

Fonte: ALENCAR (1990:25).

pelos que tomam decisões". Para garantir a execução das decisões, alguns dos mecanismos são a repressão ou o aniquilamento dos não-conformistas. A adesão dos executores é importante, visto que executar também é poder, que se pode transformar em "contrapoder", para questionar e pôr em risco a dominação.

Nesse sentido, participar pode ser equivalente a envolver, podendo dar aos que executam a impressão de participar das próprias decisões, pois o dominante bem sucedido é o que conta com executores felizes.

A participação nos resultados é o ponto limitante da dominação, uma vez que não há limites para o lucro, e toda redistribuição ou partilha reduz a parte de cada um. Concentração é poder, e permitir a participação nos resultados é colocar em risco o poder. Para FERREIRA (1983), "o dominante só cederá se não puder reprimir ou se, na negociação, o contendor dispuser de mais força. Ou então, se, cedendo um pouco, ele obtém, em contrapartida, o aumento de seu próprio poder".

Em relação aos resultados, tudo depende, para o dominante, da capacidade de equilibrar as pressões contraditórias da participação e da concentração.

Segundo FERREIRA (1983), "quem democratiza sua informação está cedendo poder". Ao admitir a participação nas decisões e ao deixar que o grupo decida quem executa e quem se beneficia dos resultados, o dominante, que abre mão desse tipo de participação, está automaticamente limitando suas próprias possibilidades de repressão, negociação ou envolvimento, para manter seu poder. Por isso, toda dominação, que delega poder de decisão, retém o núcleo das informações e decisões essenciais. Ao saber orientar todas as demais decisões e ao usar a dependência que todos terão das informações e decisões essenciais, o dominante conseguirá manter seu poder decisório incólume, apesar das aparências.

Na abordagem "educação participativa", a prioridade é o interesse comum, e o grupo é a unidade social para a ação, visto como um sistema social internamente diferenciado, heterogêneo. Segundo ALENCAR (1990), os grupos podem ter, freqüentemente, diferentes interesses que podem até mesmo ser

conflitantes, como visão distinta do mundo; diferentes problemas; acesso diferenciado aos benefícios institucionais da sociedade, como crédito, assistência técnica, educação, serviços de saúde, etc.; diferentes níveis de facilidade ou dificuldade para se organizarem; e diferentes dimensões de poder (acesso aos centros de decisões e capacidade de influenciá-los).

Nessa abordagem, o agente externo tem um papel educacional, cujo elemento central é a “reflexão-ação”, de maneira não-diretiva. Por intermédio da exploração do ambiente sócio-político, no qual os setores não privilegiados estão inseridos, o agente busca estruturar os problemas a serem enfrentados num processo essencialmente dialógico, discutindo suas causas e possíveis soluções. Assim, o agente tem o papel de acompanhar o processo de análise das situações e decisões a serem tomadas, sem, contudo, intervir nesse processo.

O essencial nessa abordagem é que a educação seja entendida como um processo no qual os indivíduos adquirem capacidade de diagnosticar e analisar os seus próprios problemas, buscando decidir, coletivamente, as ações para solucioná-los, sem o caráter tutorial de interventores.

Para superar a dominação é necessária uma ação transformadora, por meio da qual o planejamento participativo parece corresponder à metodologia mais adequada à preparação e organização dessa ação (FERREIRA, 1983). O propósito da ação transformadora é pretender construir um mundo onde não exista relação dominante-dominado, e todos possam viver na condição de sujeitos.

Para tentar compreender a realidade, é importante ter em mente que os indivíduos (sujeitos) são sensíveis ao seu ambiente; caso contrário, se não respondessem a este, não seriam capazes de satisfazer às suas necessidades de comunicar-se com seus semelhantes ou de apreciar o meio em que vivem. Segundo HILGAR (1983), o indivíduo aprende a conhecer o mundo em que vive pelos dados que lhe chegam por meio dos órgãos dos sentidos, mas aquilo que percebe depende também de suas experiências presentes e passadas, bem como de suas necessidades e desejos.

O comportamento humano é imprevisível e indeterminado, uma vez que a ação individual é uma construção, e não um dado acabado. A ação do ser humano em relação às coisas ocorre na base do sentido que elas têm para ele. Daí, infere-se que, para compreensão das ações dos outros, é importante que as partes interajam, buscando entender o que é “verdadeiro” para cada um.

“Da mesma maneira, os indivíduos se vêem a si próprios através da forma como eles percebem que os outros os estão vendo e definindo. A partir daí eles elaboram suas próprias definições de situação que vão influir em sua política de vida assim como em sua personalidade. Se as pessoas definem uma situação como verdadeira, ela é verdadeira nas suas consequências” (HAGUETTE, 1992:58).

A percepção faz parte da capacidade do agricultor em compreender o seu meio ambiente e reagir em função da dinâmica existente. É evidente que a decisão é tomada com base na percepção que ele tem de algum problema, a qual contribui para moldar seu comportamento. Portanto, um observador exterior tem, geralmente, percepção diferenciada do produtor, de maneira que tenderá a hierarquizar, de outra forma, as vantagens e restrições daquelas que o produtor utiliza para decidir (DOSSA e CAUS, 1995).

Quando se fala em compreender as consequências (tanto positivas quanto negativas) das intervenções, das técnicas/tecnologias, devem-se levar em conta as relações sociais entre indivíduos e entre grupos, mas há de se incluir também uma dimensão muito importante e, talvez, a mais esquecida de todas:

“Trata-se da dimensão cultural-simbólica que tem a ver com significados, sentidos e representações de caráter social, que no desenvolvimento de uma prática, direcionada à difusão/adoção, são necessariamente questionados e confrontados, mesmo quando seus agentes não tenham consciência desse confronto” (VILELA et al., 1994:1.229-1.230).

Para esses autores, é possível que se encontre no simbólico o núcleo mais importante de mudanças ou resistências derivadas da introdução ou adoção de novas tecnologias. Esse simbólico não está apenas ligado ao cognitivo, aquilo em que se acredita ser verdadeiro em determinada sociedade, mas também ao valorativo, aquilo que se avalia ser bom ou mau e que, por isso mesmo, tem caráter normativo em relação à conduta social, ambos contendo componente emocional que leva, ou não, à ação.

3. METODOLOGIA

Esta pesquisa apresenta uma abordagem qualitativa, fundamentada no mundo real e no sujeito.

3.1. Descrição da área estudada

O município de Jacuí, distante 412 km da capital mineira (Belo Horizonte), 447 km de São Paulo e 830 km do Rio de Janeiro, conta com área de 412 km², clima ameno, e temperatura máxima de 35, mínima de 5 e média de 20°C. A altitude média é de 1.000 metros, e 4% da topografia é plana; 60%, ondulada; e 36%, montanhosa. Há possibilidade de mecanização em 64% da área agrícola do município, com latossolo vermelho-escuro e vermelho-amarelo, solo hidromórfico, e pH de 4 a 6, conforme dados do mutirão de análises de solo realizadas no município. O regime pluviométrico apresenta precipitação média anual de 1.400 mm (EMATER-MG, 1991).

A agropecuária é a principal ocupação e fonte interna de renda do município, visto que a pecuária de leite e corte é tradicional; e a agricultura é, predominantemente, de subsistência, com baixa produtividade.

Em razão das condições edafoclimáticas do município, há possibilidade de desenvolver variados cultivos, tais como de pêra, maçã, pêssgo, caqui, figo,

acerola, uvas, ameixas, melancia, alho, cebola, tomate, vagem, etc. Contudo, em virtude da tradição e da infra-estrutura disponível, predominam as culturas de café, milho, feijão e arroz, além de pastagens naturais.

3.1.1. Infra-estrutura de serviços

O município possui uma agência bancária (Banco do Brasil S/A) e uma agência de correios e telégrafos; rede telefônica sistema DDD e 28 rádios amadores com sede no Sindicato Rural Municipal (patronal); rede de esgoto; sistema de abastecimento de água; rede elétrica urbana e rural; e linha de transporte de passageiros – ônibus.

3.1.2. Ligações intermunicipais

Jacuí faz divisa com os municípios de São Sebastião do Paraíso, Fortaleza de Minas, Passos, Guaranésia, Monte Santo de Minas, Bom Jesus da Penha e São Pedro da União.

A cidade de São Sebastião do Paraíso, que se encontra a 32 km, é fornecedora de insumos agropecuários e de outros bens de consumo não encontrados na sede do município, além de ser importante centro de comercialização da produção, principalmente do café. Parte da produção de leite do município de Jacuí é comercializada nesta cidade.

Em Passos, distante 47 km, são efetuadas, freqüentemente, comercializações de cereais e da maior parte da produção de leite, como também são adquiridos bens de consumo.

Monte Santo de Minas encontra-se a 56 km de Jacuí, cidade preferencial dos produtores para comercialização do milho e compra de eletrodomésticos.

Bom Jesus da Penha e Guaranésia e São Pedro da União são menos procurados pelos produtores, visto que nestas se realizam apenas pequenas transações comerciais de compra e venda de bovinos, denominada “catira”.

Em sua trajetória secular, o município não acompanhou o mesmo nível de desenvolvimento das cidades circunvizinhas. A malha rodoviária é toda de terra, o que dificulta o acesso a cidades vizinhas e o escoamento da produção.

3.1.3. Principais instituições do município

As principais instituições são as seguintes: prefeitura municipal de Jacuí; EMATER-MG; EPAMIG, Cooperativa (entreposto de São Sebastião do Paraíso); Sindicato Rural Patronal de Jacuí; SAJ (Sociedade Amigos de Jacuí); Associações de Pequenos Produtores Rurais, em número de cinco; Associações de Bairros, em número de quatro; igrejas; Sociedade São Vicente de Paula; escolas; Núcleo Municipal de Ação Comunitária, etc.

3.1.4. Comunidades rurais do município e associações de pequenos produtores rurais

O município possui 19 comunidades rurais; destas, cinco contam com associações de pequenos produtores rurais constituídas entidades jurídicas, a saber: Comunidade Mato Dentro (Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Mato Dentro), Comunidade Buenos (Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Buenos), Comunidade Perobas (Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Perobas), Comunidade Frazão (Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Frazão), Comunidade Boa Vista (Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Nossa Senhora da Boa Vista).

Comunidade de Mato Dentro – É formada por, aproximadamente, 125 famílias que se inter-relacionam, ocorrendo alto grau de parentesco, com predomínio das famílias Arantes, Souza e Silva.

Em relação ao associativismo, foi nesta comunidade que ocorreu, em 1978, a primeira intervenção institucional, e, em 19 de abril de 1982, criou-se a primeira Associação de Pequenos Produtores Rurais de Mato Dentro, como entidade jurídica, com 42 sócios.

Entre os projetos desenvolvidos nesta comunidade por meio da associação e intervenções institucionais, destacam-se melhoria das habitações; roças comunitárias; Projeto de Milho-Semente, por meio do qual se desenvolveu o Estudo da Metodologia Participativa para Produção de Milho-Semente - variedade BR-106, e está em andamento o confinamento comunitário - estudo da metodologia participativa na adoção da técnica do confinamento de bovinos por comunidade de pequenos agricultores; fábrica de farinha de milho, etc.

A associação comunitária conta com estruturas físicas, implementos agrícolas, veículo, etc., que são gerenciados segundo normas por eles estabelecidas.

Comunidade de Perobas – Formada por, aproximadamente, 150 famílias, situa-se a 12 km da sede e é uma grande comunidade em extensão. A Associação de Pequenos Produtores Rurais de Perobas foi fundada em 19 de abril de 1983, com 59 sócios, e possui máquina de beneficiar arroz, trator e implementos agrícolas. Já plantou roça comunitária de milho

Comunidade de Frazão – Formada por, aproximadamente, 70 famílias, abrange também os setores de Lanhoso e Ponte Alta. A Associação de Pequenos Produtores Rurais de Frazão foi fundada em 06 de maio de 1988, com 19 sócios. Possui secador de camada fixa, olaria comunitária e máquina de beneficiar arroz.

Comunidade Buenos – É formada por, aproximadamente, 90 famílias. A Associação de Pequenos Produtores Rurais de Buenos foi fundada em 06 de maio de 1988, com 22 sócios, e possui máquina de beneficiar arroz, classificadora de sementes e dois tratores. Já plantou roça comunitária de arroz para semente.

Comunidade de Boa Vista – É formada por, aproximadamente, 30 famílias. A Associação de Pequenos Produtores Rurais Nossa Senhora da Boa Vista foi fundada em 31 de março de 1989, com 24 sócios, e possui trator e implementos agrícolas. Já plantou roça comunitária de feijão e de arroz para semente.

Segundo dados da EMATER (1991), dos 1.322 produtores rurais existentes no município, 1.270 são pequenos produtores rurais classificados por

critérios de área da propriedade (0-100 ha), predominando as de 0-60 e forma de comercialização de excedentes.

Portanto, este estudo tomará como base todos os produtores rurais das cinco associações comunitárias de pequenos produtores rurais, consideradas como entidades jurídicas do município de Jacuí.

3.2. Instituições interventoras

A EMATER-MG e a Cooparaíso são as instituições interventoras selecionadas para este trabalho, por estarem diretamente envolvidas com intervenções freqüentes e por estarem sediadas no município. Outra justificativa é que outras instituições atuam, direta ou indiretamente, em parceria com estas.

3.2.1. EMATER-MG (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais)

No Brasil, o serviço de extensão rural iniciou-se em 1948, ocasião em que foi criada a ACAR (Associação de Crédito e Assistência Rural em Minas Gerais).

Em 1976, foi instituída a EMATER no Estado de Minas Gerais, vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, dando continuidade aos trabalhos da ACAR.

A estrutura organizacional da EMATER-MG é constituída de três níveis empresariais: nível 3 (unidades básicas), nível 2 (superintendências) e nível 1 (unidade central). Em primeiro lugar e na base (municípios), as unidades básicas (antigos escritórios locais) visam garantir a disponibilidade de capacidade instalada (pessoas e equipamentos, materiais) e empreendedora (tecnologia e metodologia), para assistir, principalmente, aos pequenos produtores rurais. Em segundo lugar, oferecer solução organizacional, permitindo que a capacidade da base (municípios) exista e atue de forma integrada.

“Exercendo ação empresarial, permita e garanta assistência técnica àquela parcela de clientes (outros que não os pequenos produtores rurais), que deve se

constituir em fonte adicional de recursos tecnológicos e, ou, financeiros, para que a empresa possa ampliar e melhorar a assistência aos produtores rurais em pequenas propriedades” (EMATER-MG, 1994).

Jacuí conta com uma unidade da EMATER-MG, de nível 3 (unidade básica), que faz parte da Superintendência de Lavras, cuja unidade central é Belo Horizonte.

A intervenção da EMATER-MG junto aos produtores e a suas famílias ocorre por meio de contatos, reuniões, projetos coletivos de produção, demonstrações técnicas, dias de campo, campanhas, treinamentos, jornal, excursões, palestras e, de forma atípica, por duas experiências de pesquisa-ação e pesquisa-participante.

Periodicamente, o município recebe visitas de outros grupos que querem conhecer a organização comunitária do município (associativismo rural e urbano), tidas como exemplares, principalmente depois das reportagens realizadas pela mídia, por intermédio da EMATER-MG, prefeitura local, Cooparaíso e associações (MG-TV, Bom Dia Minas, Jornal Estado de Minas, Jornal de Jacuí, vídeos, etc.).

A unidade básica da EMATER de Jacuí é composta de um engenheiro-agrônomo, um técnico agrícola, uma extensionista, uma secretária e uma servente, e um dos técnicos atende também ao município de Bom Jesus da Penha, com o qual a comunidade faz divisa.

3.2.2. Cooparaíso (Cooperativa Regional dos Cafeicultores de São Sebastião do Paraíso)

A sede da cooperativa está na cidade de São Sebastião do Paraíso-MG e possui diversas filiais, entre as quais, a de Jacuí.

O ponto forte da cooperativa é a cafeicultura regional e, em segundo plano, projetos de fruticultura temperada, em parceria com prefeituras, EMATERs, EPAMIG, etc.

A unidade de Jacuí conta com as estruturas físicas da loja de insumos e armazéns, além das estruturas físicas e de pesquisa da Fazenda Experimental da EPAMIG de Jacuí, por meio de convênio.

O envolvimento da Cooparaíso com as organizações comunitárias dá-se, principalmente, pela representação dos líderes no Conselho Consultivo em suas reuniões, na filial ou na matriz. A assistência técnica é realizada por intermédio de um técnico agrícola, lotado em Jacuí, e de visitas de técnicos, principalmente do médico veterinário e do agrônomo, lotados em São Sebastião do Paraíso.

A assistência aos produtores e a suas famílias é feita por meio de contatos, reuniões, demonstrações técnicas, dias de campo, campanhas, treinamentos, jornal da Cooparaíso e outros, excursões, palestras, rádio, etc.

3.3. Amostragem

Os integrantes das associações, num total de 86, representam 6,5% do total de produtores do município e 6,8% do total de pequenos produtores rurais. As associações estão distribuídas, praticamente, entre as 19 comunidades rurais, representando, de certo modo, a classe dominante do município - pequenos produtores rurais. Neste estudo, considerou-se o número de 81 produtores rurais, por ser este o número de associados no período de aplicação dos questionários.

Consideraram-se 81 produtores contidos nas cinco associações, como sujeitos da pesquisa, com vistas em compreender a percepção destes sobre as intervenções institucionais, selecionados com base em três critérios: 1) Ser pequeno produtor rural; 2) Pertencer a uma das cinco associações de pequenos produtores rurais existentes no município; 3) Receber assistência técnica da EMATER e, ou, da Cooparaíso.

3.4. Coleta de dados

Neste estudo de caso, para averiguar as percepções dos sujeitos sobre as intervenções institucionais, foram feitas entrevistas mediante questionário semi-estruturado. Segundo SELLTIZ (1987:272), “a entrevista é a técnica mais adequada para revelação de informação sobre assuntos complexos, emocionalmente carregados ou para verificar os sentimentos subjacentes a determinada opinião apresentada”.

Para efetivação da entrevista, cada associação de pequenos produtores rurais foi convocada, por meio de mecanismos costumeiros (convites escritos, verbais, telefonia rural, etc.), para uma reunião, na qual foi feito um breve comentário sobre este trabalho, ressaltando a importância da participação dos produtores rurais como sujeitos e de suas informações perceptivas sobre as intervenções institucionais. A seguir, cada associado recebeu um questionário para ser preenchido, sendo cada qual auxiliado por entrevistadores recrutados na própria comunidade, previamente treinados, e por um técnico da EMATER-MG, de Belo Horizonte, com experiência em pesquisa sobre desenvolvimento comunitário. Cada informante podia comunicar apenas com os auxiliares, evitando a comunicação com os demais.

Para obtenção do conteúdo do discurso dos técnicos sobre suas ações junto aos produtores rurais, foi feita uma reunião, na qual os técnicos das duas instituições foram entrevistados.

Para reconstituir a história do associativismo do município de Jacuí e obter informações sobre as instituições interventoras (EMATER e Cooparaíso), foram feitas entrevistas, além de consulta a documentos internos ou externos (atas de reuniões ordinárias, extraordinárias, cartas, jornais, relatórios, programas de trabalho, projetos, etc.).

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1. Reconstituição histórica das intervenções institucionais e dos grupos associativos do município de Jacuí-MG

“Comunicando-se”. No mundo nem as pedras estão sós: os peixes andam em cardumes, as aves em bandos, as abelhas são socializadas e se comunicam... o homem vê, pensa, ama, descobre o outro como gente, como amigo e como irmão. Cativa, cria laços, se organiza, recebe e, sobretudo, dá. Aspira viver em comunidade. Comunidade é: comunhão de idéias, de aspirações, de esforços. Comunidade é: partilha de vida, de coisas, de cultura, de amor. Comunidade é: unidade de ponto de vista, de perspectiva, de projetos, de realizações. “Sejam bem-vindos!...” (EMATER-MG, 1983:4).

Esse foi o conteúdo de boas-vindas do I Encontro de Representantes de Comunidades, realizado em Jacuí em 1983, no qual houve participação de associações, conselhos, grupos de mães e várias instituições. Nesse contexto, considerou-se que o extensionista deva ser um coadjuvante, um colaborador no processo de transformação do meio rural, atento às análises, do simples ao complexo, do particular ao geral, do concreto ao abstrato, do percebido ao não percebido, do passado para compreender o presente, para um entendimento maior do desenvolvimento humano.

O objetivo, ao reconstituir a história do associativismo de Jacuí, é identificar as características mais expressivas e marcantes do período, a partir de 1978 a 1996, o qual, para efeito analítico, representa o marco histórico da

primeira intervenção institucional, com vistas no desenvolvimento de comunidades. É importante ressaltar que não se está dividindo o período de 1978 em etapas cronológicas, mas buscando uma postura metodológica que seja capaz de sistematizar o conjunto das principais transformações ocorridas. Nessa tarefa, tomar-se-ão, como base empírica, as associações comunitárias, principalmente as cinco associações de pequenos produtores rurais que, de certa forma, funcionaram como incentivo à formação de outras associações urbanas no município.

O município de Jacuí, região de povoamento antigo semelhante a muitos povoados e com riquezas naturais, despertou interesse de ambiciosos exploradores, que, por muitos anos, sobreviveram dessa atividade. Exauridos os recursos economicamente viáveis de serem explorados na época, restou ao município apoiar-se nas atividades agropecuárias. Assim, a economia, há séculos, é basicamente centrada na produção de produtos primários, conforme descreve SAINT-ADOLPHE (1845:14):

“Jacuhi. Pequena villa de Minas-Geraes, na comarca de Sapucahi, em 21 graos 18 minutos de latitude, 95 legoas pouco mais ou menos oestesudoeste da cidade d’Ouro-Preto. Teve principio no século XVIII, ... nas margens do rio Grande e do Ribeiro seu confluyente... adiante foi denominado de São Pedro; por isso que ali edificarão uma Igreja da invocação de São Pedro d’Alcântara, a que fez largo tempo vezes de parochia... O alvará de 19 de julho de 1814, que creou a villa de Baependi, conferio a esta povoação as honras e título de villa com o nome de São Carlos-de-Jacuhi, assignalando-lhe por districto o termo de sua própria freguezia, juntamente com o de Cabo Verde. Acha-se este districto separado da banda do sul da provincia de São Paulo pelo rio Pardo, tributario da margem esquerda do rio Grande. Os moradores que se achão derramados são em pequeno numero, e alem do cultivo do milho e do feijão, que colhem em grande abundancia, crião gado que levão a vender ao Rio de Janeiro”.

Jacuí foi desbravada por bandeirantes paulistas no ciclo do ouro e conserva, ainda hoje, os resquícios da exploração (inúmeros montes de cascalho ao longo do leito do rio). Foi a 15.^a vila de Minas Gerais elevada à categoria de cidade, em 15-10-1869 (Lei Provincial n.º 1.611), com o nome de São Carlos de Jacuí. Na evolução cronológica ocorreram vários fatos de avanços e retrocessos. Em 1870, pela Lei 1.641, perde o foro de cidade e é reduzida a condição de Freguesia de São Sebastião do Paraíso, restabelecendo a condição de município e sendo desmembrada, com perda do distrito de São Francisco de Monte Santo,

pelo Decreto 243, de 21-11-1890, chegando à condição de comarca. Jacuí era a sede da comarca de Sapucaí, que incluía Caldas, Passos, Alfenas, Machado e seus distritos. Apesar de sua importância, foi deslocada de sua posição proeminente ao longo do tempo.

Geraldo Magela, ex-prefeito, comenta o desenvolvimento das demais cidades em volta de Jacuí e acha que

“Jacuí demorou muito a ter uma mudança de mentalidade e comportamento, porque naquela época, do início do desenvolvimento destas outras cidades o pessoal mais jovem de Jacuí saía e não voltava e Jacuí foi ficando com uma mentalidade mais, mais - conservadora. Além disto, teve a questão política da própria cidade. As rivalidades políticas não deixaram a cidade crescer, o pessoal acomodado sendo dominado por um grupo. Em parte temos a influência da localização geográfica. Em parte porque na era Juscelino, temos conhecimento que Jacuí tinha tudo para ter o asfalto ligando-o a Guaxupé, Aceburgo, mas por rixa política passou por Passos, São Sebastião do Paraíso, Guaxupé. Agora caminhamos pra um novo tempo em que as pessoas estão contentes por serem despertadas pra uma mudança de comportamento que resulta no seu desenvolvimento e conseqüentemente do município”.

O censo demográfico de 1950 (Quadro 2) apresenta um total de 7.332 habitantes, com 1.171 residentes na área urbana, e 6.161, na área rural. Já em 1991, dos 6.609 habitantes, 2.898 estavam na área urbana, e 3.718, na área rural. Houve decréscimo do número de habitantes, da década de 50 a 90, e duplicou-se o número de habitantes na área urbana, apesar de este número ser maior na área rural. Esse decréscimo populacional, aliado ao predomínio de atividades de subsistência e praticamente de produtos primários, está relacionado com fatores de estagnação. Algumas das verdadeiras causas dessa estagnação, dessa redução e desse isolamento do município, que antes era expressivamente influente na região sul de Minas Gerais, foram levantadas a partir de constatações e depoimentos - as vias de acesso a qualquer cidade vizinha eram e ainda são estradas de terra; a rede asfáltica, que liga Guaxupé, Monte Santo, Passos e São Sebastião do Paraíso à capital do estado e a outros centros comerciais, não contempla Jacuí; e há falta de unidade e visão do poder político municipal.

Verificando-se o censo demográfico a partir da década de 70 (1970: 6.402; 1980: 6.598; 1991: 6.609), início das intervenções, verifica-se que, da década de 70 a 80, houve crescimento de 2,97%, enquanto de 80 a 91, este foi de

Quadro 2 - População de Jacuí

Municípios	População	1950	1960	1970	1980	1991
Jacuí	Total	7.332	7.891	6.402	6.598	6.609
	Urbana	1.171	-	1.491	2.224	2.889
	Rural	6.161	-	4.911	4.374	3.720
Passos	Total	-	47.587	56.000	70.409	84.618
	Urbana	-	-	16.095	12.264	10.400
	Rural	-	-	29.252	40.216	498.064
S. Sebastião do Paraíso	Total	-	25.298	29.252	40.216	49.064
	Urbana	-	-	20.496	30.741	41.451
	Rural	-	-	8.756	9.745	7.613
Guaxupé	Total	-	21.936	24.450	30.503	39.605
	Urbana	-	-	17.463	23.979	34.361
	Rural	-	-	6.987	6.524	5.244
Monte Santo de Minas	Total	-	17.164	16.632	18.771	19.278
	Urbana	-	-	6.640	9.709	12.713
	Rural	-	-	9.992	9.062	6.565

Fonte: IBGE.

apenas 0,17%. Em 1970, a população rural era de 4.911, passando para 4.374, em 80 (10,93% de redução), e para 3.720, em 1991 (redução de 14,95%). Singer explica essa estagnação, quando afirma que

“os fatores de estagnação resultam da incapacidade dos produtores em economia de subsistência de elevarem a produtividade da terra. Os fatores da mudança provocam um fluxo maciço de emigração que tem por consequência reduzir o tamanho absoluto da população rural. Os fatores de estagnação levam à emigração de parte ou da totalidade do acréscimo populacional devido ao crescimento vegetativo da população rural, cujo tamanho absoluto se mantém estagnado ou cresce apenas vagarosamente” (SINGER, 1990:38).

Sem dúvida, os grandes, médios e pequenos municípios têm muitas necessidades em vários planos - material, cultural e social, entre outras, para atender às necessidades de seus habitantes no cumprimento de sua missão. As dificuldades aumentam, ainda mais, para os municípios pequenos, que ficam à mercê das políticas públicas governamentais descomprometidas com os indivíduos, principalmente quando estes não têm consciência de que estão sendo isolados, marginalizados pelo processo de desenvolvimento vigente. Em Jacuí, os produtores estão empenhados na busca de soluções para os diversos problemas que afetam o município. Apesar dos esforços, a vida social no município é reduzida em vários aspectos importantes que induzem muitos de seus habitantes a empreender grandes sacrifícios para obtê-los, ou a migrar para outros centros que melhor satisfaçam a suas necessidades:

“É sabido que as áreas de minifúndios, onde atuam tipicamente os fatores sedimentares de estagnação, são muitas vezes a origem de importantes fluxos migratórios sazonais: numerosos trabalhadores se deslocam para outras áreas agrícolas, onde participam das colheitas e depois retornam à própria gleba” (SINGER, 1990:39).

Esse fluxo migratório sazonal de indivíduos, da área rural para a urbana, ocorre, principalmente, na época de colheita do café, cultura predominante no sul de Minas Gerais. Os deslocamentos são feitos, normalmente, em caminhões para os locais de colheita, com retorno nos finais de semana ou ao final da colheita. Tanto os que partem como os que permanecem estarão sempre diante das exigências da vida moderna da sociedade capitalista.

Esta pesquisa não objetiva reconstituir a história do município, mas do associativismo, razão por que esses destaques são úteis, visto que se encontram no passado muitas das explicações para dos traços particulares da gênese da comunidade, seu papel na vida regional e seus arredores, propiciando melhor compreensão do momento histórico atual - o Jacuí de hoje.

Sabe-se que, diante dos desafios e das necessidades, o homem busca diversos meios para resolver e superar os problemas. Como ser social, recorre aos seus semelhantes com interesses comuns. Porém, na nossa sociedade predomina a concentração de riquezas, em que poucos grupos usufruem destas em detrimento de outros, formando camadas marginalizadas pelo processo de desenvolvimento vigente. Para MARTIN BRUGAROLA (1970:17),

“el hombre, al pertenecer a un grupo o al asociarse, se orienta hacia la realizacion y servicio de un bien común que va a alcanzar con la ayuda de otros, del cual él se va a aprovechar. Este bien común, que hay que vitalizar y crear, no es un bloque monolítico, sino que se realiza por círculos concéntricos. El hombre, en efecto, ejerciendo su actividade social, funda naturalmente uma série de comunidades, que van desde la família a la Humanidade; cada una de ellas posee su bien común, cada una, en consecuencia, exige una parte de la actividad del hombre para la elaboracion y desarrollo de éste su bien común y procura a sus miembros en retorno una participación en este bien para alimentar su vida social”.

Os marginalizados pelos blocos monolíticos encontram-se em diversos lugares; nas cidades oriundas da zona rural ou de outras cidades, como também na zona rural. Algumas das armas dos exploradores do setor rural têm sido os recursos financeiros, a política governamental, a manipulação da política de preços e as vendas de produtos. Enfim, a lista é extensa para se enumerar aqui. Essas armas são afiadas pela falta de objetivos e de regras não definidas pelo legislativo e pelo executivo, o que os torna grandes responsáveis pelo clima de insegurança, advindo maiores riscos para quem produz e expectativas após a safra. Para o grupo dos explorados, pequenos produtores rurais como os de Jacuí, algumas das armas alternativas são a solidariedade, a auto-ajuda e o companheirismo, traduzidos em união, que, para a maioria, senão para todos, é expressão da fé em Deus. Em muitas reuniões na zona rural, na câmara municipal e em tantas outras, sempre iniciavam invocando Deus em nome do Pai, do Filho

e do Espírito Santo, seguido do Pai Nosso. Mesmo na solenidade de entrega dos títulos de Cidadão Honorário, com presença de diversas autoridades estaduais e municipais, o procedimento não alterou.

Nas comunidades rurais, ao longo das décadas, foram surgindo grupos de vizinhança, de religiosos, de lazer, de trabalho, em diferentes relações sistemáticas que antecedem as associações de pequenos produtores. Esses grupos naturais, por meio de intervenção planejada, constituíram a base para as atuais associações rurais de muitos municípios, como as cinco associações rurais de Jacuí.

O desenvolvimento de comunidades é uma dessas intervenções planejadas por instituições governamentais e organizações não-governamentais, principalmente para o meio rural. O discurso dessa prática extensionista, invariavelmente, tem sido o de levar a população rural a participar na solução dos seus próprios problemas, com conseqüente contribuição para o desenvolvimento sócio-econômico e político, local e regional.

4.1.1. Início da intervenção da EMATER-MG no município

Segundo histórico da extensão rural do município de Jacuí, o desenvolvimento dos trabalhos de assistência técnica e extensão rural teve início na década de 70. Em 1977, foi assinado um convênio entre a EMATER-MG e a prefeitura municipal de Jacuí. No início, eram atendidas as demandas na área técnica, principalmente de crédito rural supervisionado ou orientado por meio dos escritórios locais de Monte Santos de Minas, passando, em pouco tempo, para Guaxupé e, depois, para São Sebastião do Paraíso.

Em 1978, o município passou a ser atendido pelos técnicos da EMATER-MG, do município de São Sebastião do Paraíso, os quais percorriam 32 km de estrada de terra que liga este a Jacuí, caracterizando-o como município satélite.

No relatório da EMATER, consta que

“os primeiros contatos para este trabalho criaram uma grande expectativa junto aos integrantes das comunidade, que esperavam devido às experiências de

crédito, soluções milagrosas para sua carência de recursos. No entanto, a equipe técnica apresentou uma proposta de trabalho que se resumia em discutir e resolver, em conjunto, os problemas que afetavam a todos" (EMATER-MG, 1983:1).

Essas considerações, contidas no relatório da EMATER-MG, são acrescidas da metodologia utilizada pelos técnicos, que, diante da proposta de trabalho e da expectativa de "soluções milagrosas", usaram alternativas como reuniões; unidades demonstrativas; visitas; treinamentos; contatos; Semanas da Juventude Rural, da Comunidade e da Alimentação; e, posteriormente, criação de Clubes 4-S, etc., para que o público percebesse que "as soluções não estavam na quantidade de recursos, mas sim no conjunto de alternativas e soluções que eles mesmos poderiam alcançar" (EMATER-MG, 1983:1).

4.1.1.1. A EMATER e a evolução do trabalho com as famílias rurais

Pelos relatos de produtores rurais, dos técnicos e do prefeito municipal da época, o trabalho inicial não visava formalizar associações comunitárias. O técnico agrícola Sálvio, um dos extensionistas que iniciou trabalho em Jacuí, comenta que

"o início foi em 1978. Neste início nós trabalhamos no Município de Jacuí e praticamente não tinha ninguém dando assistência técnica no município, era só a EMATER mesmo. Não tinha cooperativa, nenhum órgão que atuava na assistência técnica".

E continua,

"o primeiro momento foi de levar idéias, organizar trabalhos. A nossa proposta era uma assistência à família no econômico-social, ou seja, assistência dirigida a família dentro de sua realidade e necessidade. A preocupação era de levar não o que nós sentimos que deveria, mas o que de fato eles necessitavam. Então aquilo que eles tinham dificuldade passamos a discutir com eles e eles mostravam as verdadeiras necessidades. A associação veio depois que o grupo foi crescendo. Mas a nossa preocupação não era formalizar associação. Era um trabalho de base e ao mesmo tempo mostrar o que a EMATER poderia oferecer e ver qual a contrapartida que eles tinham na comunidade. No início era um trabalho mais educativo para valorizar o homem e sua família. O crescimento humano era muito bom".

O universo social de Jacuí é ampliado; além dos convivas tradicionais, passa a ter a presença do técnico agrícola, do veterinário e da extensionista de bem-estar social. Iaperi fala desse momento:

“Pode-se dizer que o início do movimento associativista de Jacuí foi com a vinda do grupo da EMATER de São Sebastião do Paraíso. Começaram a trabalhar com dois grupos que eram Mato Dentro e Perobas e davam palestras também na cidade. Era constituído por Lígia, o Sálvio, técnico agrícola, e Jorge que era veterinário. A esse grupo incluía: eu como representante da saúde e tinha uma representante do ensino que na época era a Norma”.

Muitas ações foram desenvolvidas na área rural e urbana. Sálvio, enquanto conversava, mostrava fotos de eventos, como dias de campo em unidade demonstrativa, demonstrações técnicas na cultura do milho, adubação, espaçamento, hortas domiciliares, hortas comunitárias na área urbana, orientação em fruticultura e, por fim, uma foto com destaque para os jovens do Clube 4-S, por ocasião do treinamento de tratoristas.

Os Clubes 4-S são importantes nessa reconstituição, pois foram os primeiros grupos associativos com número significativo de adeptos, com vistas no desenvolvimento sócio-econômico. Mediante esses clubes, os técnicos tiveram maior acesso aos produtores rurais, por meio do contato com os jovens - filhos desses produtores. Assim, será aberto um parêntese para melhor compreender a origem dos Clubes e a relação destes com o desenvolvimento de comunidades.

4.1.2. Clubes 4-S - histórico e estratégia de intervenção

Os Clubes 4-S foram criados, no Brasil, na década de 50. Os quatro “S” significavam: “SABER” para “SENTIR”, “SAÚDE” para “SERVIR”. Segundo JAKUBAZKO (1992:43), o Clube 4-S

“era o equivalente tupiniquim dos Clubes 4-H”, implantando nos anos 30 nos USA, de tradução literal, ao menos na forma de atuar. Os Clubes 4-S, entidades sem fins lucrativos, tinham como objetivo principal melhorar as condições sócio-econômicas de populações rurais, ou melhor, não urbanas. Eram mantidos por intermédio de contribuições financeiras de empresas como a Sears Roebuckk, IBM, Massey Ferguson... IBEC - Internacional Basic Economic Corporation, um braço dos investimentos do Chase Manhattan Bank (Rockefeller) para a América Latina, que na época tinha participação acionária

na Agroceres, na Avisco-Rações e Avicultura, no Banco Lar Brasileiro, entre outras empresas” (grifo nosso).

Segundo ainda esse autor, as empresas mantenedoras justificavam a criação aos seus acionistas como forma de desenvolver e criar futuros novos consumidores para seus produtos e serviços, uma vez que, se não contribuíssem para a redução da miserabilidade das populações não-urbanas, elas nunca teriam condições de consumir. Os Clubes 4-S, em essência, faziam “extensão cultural extensibilidade”, levando experiências e ensinamentos básicos a pequenos grupos em microrregiões, a partir de necessidades previamente detectadas em economia doméstica, higiene básica ou preventiva, artesanato e, principalmente, produção agropecuária. Trabalhavam com instituições e também com profissionais autônomos, formando em agronomia e veterinária, além de voluntários que tinham disponibilidade de viajar e aplicar seus conhecimentos aos jovens, ensinando-os a obter maior produtividade, sempre na mesma atividade de seus pais.

A primeira experiência de Clube 4-S, no Brasil e em Minas Gerais, foi na comunidade rural de Igrejinha, em Rio Pomba, na Zona da Mata de Minas Gerais, no dia 15 de julho de 1952, por intermédio da ACAR, com vistas em desenvolver ações junto aos jovens rurais, no aspecto econômico e social, objetivando, principalmente, o aumento da produtividade, com destaque para a cultura do milho. Era o Clube “São José”, com sede na Escola Rural Coronel Cláudio Gomes e liderado, durante 13 anos, pela professora rural Sr.^a Nila Silva de Paula (REVISTA EXTENSÃO, 1977).

Em Jacuí, a primeira experiência foi em 1979, com a criação do Clube 4-S de Bom Jardim, na comunidade rural de Mato Dentro e, posteriormente, na comunidade de Perobas (Clube 4-S Perobas) e Frazão (Clube 4-S Três Fronteiras).

O folheto utilizado pela extensão oficial revela preocupação com o setor agropecuário e descreve, a princípio, um caráter educativo e estratégico:

“Vale dizer que a execução pura e simples de um projeto agrícola - a cultura do milho por exemplo - terá pequeno valor educativo, se não for desenvolvido integralmente, dando ao seu ou seus executores a oportunidade de adquirir o

maior número possível de conhecimentos e experiência sobre a cultura em questão, tais como: conhecimento do solo, através de análise da terra e de sua interpretação, a necessidade de conservação do solo e sua aplicação na cultura, o conhecimento dos adubos, a adubação recomendada e o papel de cada elemento da planta, a melhor variedade e quantidade de sementes a empregar, os tratos culturais, o conhecimento das pragas que atacam a cultura e os métodos de combate, a colheita, o benefício, o preço e o financiamento, a contabilidade e os custos, a conservação e a armazenagem do produto. Poderia ser ainda incluída a necessidade de se conhecer também através da execução desse projeto outros assuntos relativos ao milho tais como: o valor nutritivo, o valor e necessidade comercial; a situação de produção e mercado desse produto e sua importância como produtor de divisas para o país e a função social que pode representar. Na verdade, a execução bem planejada de um projeto, individual ou coletivo, em qualquer das modalidades conhecidas, quando encarada como um meio e não um fim imediato (produzir e vender) oferece excelente oportunidade para a aquisição de muitos conhecimentos técnicos e culturais do jovem" (PEREIRA, 1980).

A estratégia adotada consistia em sensibilizar os pais, para que estes cedessem área de terra dentro da sua propriedade, onde os filhos, mediante orientação de um profissional da extensão, pudessem aplicar técnicas de plantio mais modernas, porém sem grandes sofisticações nem investimentos, uma vez que os recursos eram escassos. Invariavelmente, obtinham produtividade três a cinco vezes maior que a de seus pais, que usavam técnicas tradicionais e obsoletas (JAKUBASZKO, 1992). A REVISTA EXTENSÃO (1977) relata a primeira experiência de concursos de produtividade de milho, realizada pela Agroceres, em 1961, com apoio da Extensão Rural aos Clubes 4-S, dos quais resultaram os seguintes campeões: O jovem José Eduardo Torres, do "Córrego da Memória", de Raul Soares, de apenas 12 anos de idade, que produziu 8.276 kg/ha, quando a média estadual era de 1.200 kg/ha, razão por que foi recebido no Palácio da Liberdade pelo governador do estado, na época, Magalhães Pinto. Em 1967, um jovem quatroessista, de 18 anos, conseguiu 12.476 kg/ha e, em 1977, em Patos de Minas, o jovem Edson Caetano produziu 13.129 kg/ha. Nesses concursos, os vencedores eram premiados com máquinas agrícolas, implementos, viagens ao exterior, bolsas de estudo, etc. (REVISTA EXTENSÃO, 1977). Os resultados das lavouras são índices de produtividade invejáveis até mesmo para os dias atuais, principalmente em comunidades rurais de pequenos agricultores. A média de produtividade de Jacuí é de 2.200 kg/ha, superior à média nacional.

Essa experiência tinha um efeito no longo prazo, porém de grande eficiência. Em concursos de produtividade de milho para obtenção de produtividade recordes, são necessários maiores investimentos, mas a utilização das recomendações técnicas do extensionista, sem que fossem aplicados muitos recursos financeiros, como ocorria em muitos casos, e o sucesso da exploração agrícola nas mesmas terras do pai implicavam a derrubada de velhos preconceitos e antigas práticas culturais herdadas dos antepassados. O orgulho do pai, principalmente quando as atenções eram desviadas da sua lavoura para a do filho, era superado pela curiosidade de ver o filho, gerado por ele, produzir mais que ele, que já estava na atividade há 20 ou 30 anos. Assim, por meio do filho conquistava-se o pai e, por intermédio dos pais, trabalhava-se melhor com os jovens, futuros agricultores. Esse elemento perturbador criava condições para adoção de técnicas de produção consideradas mais modernas, com possibilidade de melhoria da renda, ao mesmo tempo que o tornava consumidor potencial dos produtos e serviços urbanos.

Os integrantes dos Clubes 4-S recebiam treinamentos dos extensionistas nas áreas de produção, saúde e treinamento doutrinário de lideranças locais. O juramento feito pelos sócios, conforme apreensão verbal de ex-quatroessistas, apresentava o seguinte conteúdo: *"Prometo Minha Cabeça para Saber claramente; meu coração para Sentir maior lealdade; minhas mãos para Servir mais e melhor; minha Saúde para uma vida mais sã, com meu 4-S, meu Lar, minha Comunidade e minha Pátria"*. Neste juramento, pode-se verificar a ênfase ao indivíduo, à família e à comunidade, constituindo, segundo AMMANN (1992), o tripé positivista da estratégia de ação do Desenvolvimento de Comunidades.

4.1.2.1. Os clubes 4-S em Jacuí

Em Jacuí, não se tem relato se a estratégia de ação no setor produtivo tenha sido tão enfática com altos níveis de produtividade, a ponto de serem premiados em concursos de produtividade. No setor produtivo constataram-se

investimentos em melhorias das explorações, como espaçamento, adubação, adubação de cobertura, criação de pequenos animais, treinamento tratorista, embora os maiores resultados tenham sido no campo social. Nesses Clubes, era comum a presença das mulheres, inclusive como presidente, a exemplo da diretoria do Clube 4-S de Bom Jardim, em 1984, em que a Presidenta era Lucineide Marina Arantes; vice, José Eduardo; secretária, Sirlene Josefa da Silva; vice, Marister Arantes de Souza. No ano de 1985, a nova diretoria, que assumiu os cargos para mandato de um ano, era composta dos seguintes membros: presidenta, Maria Imaculada Azevedo; vice, Vera Lúcia; tesoureiro, Antonio José dos Santos; vice, Elso José de Souza; repórteres, Nilson Miguel da Silva e Ana Maria Ramos de Souza; secretária, Sirlene Josefa da Silva; vice, Lúcia Helena Arantes; tesoureiro, José Valdoí da Silva; vice, Celso Arantes de Souza; e repórter, Ana Maria Ramos (EMATER-MG, 1984:14).

No Clube de Perobas, diretoria de 1985, o presidente era Antônio Carlos de Souza; secretária, Eliana de Souza; vice, Conceição Aparecida Rodrigues; tesoureiro, Washington Luiz de Souza; vice, Rosa Maria de Souza; e repórteres, Jusssara de Souza e Zilda Rosa Pereira. A posse de diretorias era acompanhada de eventos esportivos, como futebol, desfile e concurso de cavalos, etc. A exemplo, na posse da diretoria de Perobas, em 1985, ocasião em que havia 85 pessoas de diversas comunidades, foi realizada uma festa na qual se efetivou um concurso de melhor cavalo para viagens (EMATER-MG, 1985:3-4).

No Relatório do Dia Mundial da Alimentação, do dia 16 de outubro de 1985, na comunidade de Perobas, consta uma aplicação das ações de intervenção extensionistas nos Clubes 4-S. Nesse dia, o objetivo específico era orientar os produtores sobre a utilidade do milho na alimentação, bem como sobre o valor nutritivo dos subprodutos. Os participantes eram produtores, jovens, mulheres e líderes, e o objetivo foi assim descrito:

“Esta atividade foi com o intuito de divulgar as atividades dos quatroessistas para receber maior apoio dos pais e comunidade. Orientação sobre valor nutritivo do milho com: produto, subproduto e derivados, com exposição de canjica - fubá - farinha - milho. Após estudo dos nutrientes e função no organismo foi lido e analisado um texto valorizando as mãos que fizeram os pratos alimentícios de milho incentivando a união comunitária” (EMATER-MG, 1985).

Na avaliação do Dia Mundial da Alimentação, nesse mesmo documento, relata-se que foi alcançada a meta de divulgação das atividades dos quatroessistas. Foram preparadas, também, diferentes receitas de bolo à base de milho, além de canjica doce e salgada. Dos pratos, o destaque foi para o angu de milho, que serviu para quebrar a concepção de que “angu” é comida de cachorro.

A assistência técnica e extensão rural, em Jacuí, toma impulso com a vinda dos técnicos da agropecuária e do bem-estar social, o que propicia intercâmbio entre os Clubes 4-S do município e de outros municípios, com a promoção de viagens para encontros estaduais, etc. Os interesses vão sendo conciliados entre os Clubes 4-S e a proposta de formação do Conselho de Desenvolvimento Comunitário.

4.1.3. Programa MG-II: a intervenção em municípios carentes

A intervenção inicial e o trabalho realizado pela EMATER-MG, considerado de base, serviram de fundamento para a implementação de um programa muito mais ambicioso de desenvolvimento de comunidades. Trata-se do Programa MG-II, cujo trabalho propiciou maior dinamicidade ao processo. Na seqüência de intervenção iniciada com a família dos produtores rurais, passou-se para os grupos de base e para o Clube 4-S, nos quais o MG-II imprimiu maiores proporções ao desenvolvimento de comunidades.

É assim que Sálvio o descreve:

“Quando os órgãos integrantes do Programa MG-II chegaram nós já estávamos com os grupos, com as comunidades já sendo trabalhadas e com um certo nível de consciência do trabalho comunitário - educados para pelo menos tentar resolver seus problemas e aproveitar melhor as potencialidades. Assim foi fácil entrar com o MG-II, o levantamento de realidade estava praticamente pronto. Já tinha um trabalho de base e já se tinha uma noção do que os grupos queriam. Mas nem todas as associações tiveram esse trabalho de consciência. De certa forma atropelou um pouco o trabalho”.

O Programa MG-II, implementado pelo governo do Estado de Minas Gerais, de 1980 a 1985, visava à melhoria das condições de vida de pequenos produtores rurais e de suas famílias, tornando-as parte integrante do desenvolvimento do estado. Os objetivos gerais do programa eram assim

descritos: “Promover o desenvolvimento rural integrado; conter as correntes migratórias; combater a pobreza rural; melhorar as condições da vida da população rural; e aumentar a produção e a produtividade agropecuária das pequenas propriedades” (MINAS GERAIS, 1981:4).

As sugestões de ações, entre outras, contemplavam 17 componentes divididos em três grupos sócio-econômicos e de infra-estruturas. Foram consideradas propostas para desenvolvimento comunitário: eletrificação, telefonia rural, comercialização agropecuária, armazenamento da produção, criação de oportunidades de mercado, assistência técnica e crédito rural para o pequeno produtor, aproveitamento de áreas ociosas nas terras dos pequenos produtores e crédito rural, reflorestamento e estímulo a tecnologias adequadas aos pequenos produtores, educação, saúde, saneamento, apoio gerencial, organização e avaliação de programa, legitimação de terras, fortalecimento de setor rural, compra antecipada da produção, e apoio ao artesanato.

Esse programa previa o beneficiamento de 102 municípios mais carentes em desenvolvimento sócio-econômico do Estado de Minas Gerais. Os critérios de escolha basearam-se na área média das propriedades, até 100 ha, para as regiões Norte, Nordeste e Rio Doce, e até 50 ha, para a Zona da Mata e sul de Minas Gerais. Os órgãos públicos da administração direta e indireta foram incumbidos, pelo governo, a implementar o programa. Para isto, incluíam-se fortalecimento das instituições por intermédio de contratações de recursos humanos, treinamento de pessoal e investimento em capital fixo, os quais justificassem a nova investidura. Por conseguinte, no sul de Minas Gerais, Jacuí figurou entre os três mais necessitados, visto que possuía grande número de pequenos produtores, atividade de subsistência e pequenas áreas.

4.1.3.1. Recursos do MG-II e repercussão na organização comunitária

O programa contava com recursos provenientes do governo do estado e do governo federal, totalizando US\$ 242 milhões, sendo um terço financiado pelo Banco Mundial. A coordenação geral era da Secretaria do Planejamento, e a

coordenação executiva, da Secretaria da Agricultura, cuja responsabilidade era acompanhar as atividades dos órgãos envolvidos na sua execução. O programa foi concebido em duas linhas básicas; uma que norteava as ações que visavam à integração da pequena unidade produtiva, mediante a inter-relação urbano-rural, para que se efetivassem ações que considerassem o estágio de desenvolvimento da comunidade e suas necessidades, e outra que norteava ações que

“visavam dar às comunidades condições reais de vida, organizando-se e associando-se às instituições públicas para superar a situação de carência em que vivem. Neste sentido, as linhas de ação do Programa... estarão baseadas na concepção da política de ‘Desenvolvimento Rural Integrado’ como estratégia para promover o desenvolvimento rural de forma integrada” (MINAS GERAIS, 1981:4).

O Dr. Iaperi, único médico de Jacuí naquela época, atendia dentro dos moldes de “médico de família”, além de empenhar-se, por ocasião das campanhas, na melhoria da área de saúde, como as de combate à verminose. Segundo ele, o que motivou o desenvolvimento de comunidades é o fato de Jacuí ser um desses municípios que, além de pobre, conta com micro e pequenos agricultores e crescente subdivisão de terras. Assim, melhor atuação nessas cidades talvez tirasse o pessoal da miséria, trazendo alguma tecnologia, como, por exemplo, energia, escolas e outras, levando os moradores, por meio de associações, a se organizarem por si próprios. Relata que

“na época o governador era Francelino Pereira e ele estava com um programa chamado MG-II e este projeto tinha muito recurso do Banco Mundial mas o Izaías que era o prefeito desacreditava dele e dizia que era um elefante branco e nós estávamos lutando e víamos que tinha fundamento e **começamos a incentivar o povo para formalizar a associação**” (grifo nosso).

No mês de dezembro de 1980, um ano após a formação do primeiro Clube 4-S, realiza-se um treinamento em Lavras pelo Programa MG-II, por meio do qual foram discutidas e definidas ações e atribuída a cada instituição interventora parte das responsabilidades do programa. Assim, no início de 1981, a equipe treinada de São Sebastião do Paraíso passou a executar a parte que lhe competia no programa no município de Jacuí, integrado às lideranças do município e à prefeitura. As ações desenvolvidas já haviam sido discutidas com a comunidade desde a primeira intervenção, ou seja, prioridades levantadas na área

de saúde, combate à verminose, melhoria da alimentação, produção e união de grupos com os mesmos interesses. Após explicitados os objetivos do programa, foram aplicados questionários para constatar a realidade a ser trabalhada na comunidade rural de Mato Dentro, Perobas, Frazão, Buenos e Zundum. Como o programa só atuaria em três comunidades, foram selecionadas as três primeiras.

O Dr. Iaperi candidata-se à prefeitura de Jacuí e é eleito para um mandato, de 1983 a 1988. A partir de então, tem-se um prefeito que compartilha o espírito de desenvolvimento das comunidades.

No ano de 1983, havia um clima de expectativas de benefícios, questionamentos, buscas e mobilizações, como o do pró-cooperativa (há um item específico sobre esta mobilização), e muitos encontros relacionados com grupos associativos nas áreas de saúde, alimentação, produção, religião, visitas de representantes de diversas instituições e programas e de interessados em avaliar e conhecer de perto o trabalho que estava sendo desenvolvido. Iaperi comenta que

“por duas vezes tivemos a presença do Presidente do Banco Mundial para Assuntos da América Latina Dr. Jean Handebloch. Nesta época é que a SETAS enviou para Jacuí o sociólogo José Marcelo que logo assumiu a camisa de Jacuí de tal forma que se a EMATER foi 90% em incentivar o associativismo a SETAS através de José Marcelo foi 90% na concretização dos projetos para obtenção de benefícios pelo Programa MG-II”.

As relações sociais em Jacuí, com a implementação do Programa MG-II, ampliam-se. Além dos técnicos da EMATER, há agora os da SUDECOOP, SETAS, CEMIG, UFV, EPAMIG e IBC. O prefeito Iaperi relata que essas intervenções propiciaram mais liberdade de ação. Não obstante, no ano de 1982, no final do mandato do prefeito Izaias, há mudança de equipe técnica com abertura do escritório local de Jacuí, em razão do aumento das demandas de assistência técnica e extensão rural. A abertura do Escritório Local é efetivada por intermédio de solicitação dos produtores e de lideranças locais ao governo municipal. Jacuí deixa de ser município satélite e, conseqüentemente, deixa de receber assistência técnica da equipe de São Sebastião do Paraíso. Dessa forma, o trabalho iniciado passa para outros profissionais (José Eduardo, Eunice Granato Neto, José Reinaldo e a secretária Maria Luíza), que desenvolveram trabalhos integrados com os órgãos do Programa MG-II. Em 1982, o público assistido pela

extensão era composto de três grupos de produtores, três grupos de mães, um grupo de jovens, dois Clubes 4-S, dois conselhos de desenvolvimento comunitário (Mato Dentro e Perobas), 13 comissões comunitárias com representantes das áreas rural e urbana e um sindicato.

4.1.3.2. Formalização dos grupos: condição para ser beneficiário do programa MG-II

Com o andamento do programa, inicia-se a fase de formalização dos grupos existentes, sendo a primeira a do Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Mato Dentro (22-07-81), cujo presidente era Joaquim Arantes Dutra, Conselho de Perobas. Logo após, fundou-se a Associação de Pequenos Produtores Rurais de Mato Dentro, tendo Antônio Carlos Arantes assumido o segundo mandato de presidente da APPR, de Mato Dentro, e também a presidência do Clube 4-S, de Bom Jardim. Todos os jovens do Clube 4-S participavam do Conselho, e Antônio Carlos conta que,

“no início, era Conselho de Desenvolvimento com umas 30 pessoas. Quem participava eram produtores, esposas de produtores e filhos também. A idéia de criar a associação era que o Conselho abrangia todos os problemas da comunidade: área social, educacional, produção, etc. então pulverizava demais e ficava muita coisa para uma diretoria só discutir e tentar resolver, para tomar conta. Assim criou-se a Associação única e exclusiva para as ações na área de produção agrícola né! melhorar a produção e produtividade. Foi onde nós criamos a associação para ser um órgão, uma entidade bem dirigida para aquela atividade. Todos os jovens do 4-S participavam do Conselho mas não quer dizer que todos do Conselho participavam do 4-S”.

Esse período inicial de formalização de associações é confirmado por Iaperi:

“As associações mesmo, foram de fato existir foi quando fizeram o registro tudo direitinho. Foi a partir de 1983. Anterior a isto aí, era movimento de associativismo, sem formalização. Depois de formalizar foi quando entrou a SUDECOOP, SETAS e esse pessoal todinho depois” (grifo nosso).

Essa formalização foi induzida, por ser um dos requisitos do programa, afirmação fundamentada nas palavras da extensionista Eunice:

“Com a integração de todos os órgãos do Programa MG-II ficou claro, com a equipe técnica que os projetos seriam aprovados se a instituição fosse

associação específica dos pequenos produtores. Então os conselhos foram aos poucos desativando e cedendo lugar às associações. Assim, em março de 1983 é registrada a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Mato Dentro (APPRMD) e em 20-04-83 com 28 sócios é registrada a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Perobas (APPRP)" (grifo nosso).

A formação de outras associações deu-se a partir do desempenho das primeiras, principalmente das de Mato Dentro, as quais já se encontravam num estágio mais avançado de organização. A Associação do Frazão, formalizada em 05-08-1985, foi influenciada pela de Mato Dentro. Pedro Paschoal de Rezende, presidente da associação desde o início até o ano de 1995, conta que

"a gente não sabia que aquilo ali ia funcionar bem e o trabalho ia ser assim. Na época nós vimos o trabalho de Mato Dentro e depois Perobas e a nossa foi a terceira. E acabou que estas associações foram um incentivo a mais para nós. Olhando eles, nós achamos que se nós trabalhasse no comunitário era mais resultado para nós aprender a viver melhor, plantar, comprar junto, vender junto e com a ajuda da EMATER, SUDECOOP, SETAS e Prefeitura aí quer dizer que foram juntando muitos órgãos juntos e foi onde foi crescendo a coisa. Tivemos uma palestra no início de tudo com o Sálvio da EMATER de Paraíso e achamos que aquilo que ele falou ali pra nós era mais uma atitude de vida e que poderia melhorar nosso bairro".

Num dos relatórios do Dia Especial em Organização Rural, com 82 participantes de Conselhos, Associação e Clube 4-S de Mato Dentro, consta que, ao serem questionados sobre a maneira pela qual as pessoas são envolvidas na ação comunitária, os participantes responderam que "a partir dos resultados alcançados por um grupo, os que não participam vêm que estão perdendo em não participar das reuniões" (EMATER-MG, 1982). É este o sentido que se verifica; é a partir do concreto e das realizações de um grupo que se justifica e mantém a associação. RIBEIRO (1994) reforça essa percepção, quando diz que os recursos coletivos são tidos como um instrumento da redenção dos explorados, porque permitem enfrentar o mal do mundo com a união do conjunto. "Há uma sacralização dos objetos, e o grupo só ganha confiança quando possui coisas bem concretas" (RIBEIRO, 1994:37). Essa observação é oportuna para explicar o início da Associação de Buenos, que resistiu ao período do Programa MG-II, conforme relatório da EMATER, mostrando-se menos interessada, não sendo, por isso, selecionada entre as três contempladas pelo MG-II. A Associação de Buenos só foi formalizada três anos após o término do

programa, e o início da associação foi iniciativa dos produtores e do líder da comunidade de Mato Dentro. Seu Hélio, com 70 anos de idade, resgata esse momento inicial:

“Eu comecei a ir na Associação de Mato Dentro e ver Antônio Carlos da Associação de Mato Dentro. Ele começou a me chamar e garrei a prestar atenção lá e pensei: Será que eu não posso arrumar uma lá em casa? Quando foi um dia chegou o Lucindo da EMATER aqui e nós conversando - aí ele falou que se nós quisesse experimentar ele ajudava, aí começemos”.

A Associação de Boa Vista, formalizada em 31-03-89, teve início um pouco diferente. Osório conta que

“o lugar que tinha associação parece que estava desenvolvendo mais do que aqui. Já tinha Mato Dentro, Buenos Peroba e Frazão. O lugar aqui parece que estava meio pra trás e o povo desanimado, com pouca vontade, aí o João Sate fez reunião na casa dele e na casa do Gaspar. Mas o Gaspar só queria ser presidente. Outra coisa não aceitava. O grupo não aceitou. No dia que foi fundada nós teve os nomes pra registrar. Nós estava com vinte e quatro pessoas e inclusive ele não estava. Tava lá o José Reinaldo da EMATER e José Eduardo, o Antônio Carlos e o Noratinho da Cooparaíso e o João Sate apressado pra mode sair recurso. Mas nós fizemos foi viveiro de muda de eucalipto, de café e saiu o adubo. Hoje tem eucalipto e café que foi desse mutirão. Eu acho que depois que fundou a associação aqui melhorou muito”.

Na área urbana, foram formalizados a Nova Associação São Carlos Barromeu, em 30-09-90, o Conselho de Desenvolvimento de Santa Cruz, em 25-05-90, a Associação dos Moradores do Bairro Ponte Nova, em 16-08-90, e a SOS Vila Diamantina, em 1990.

O ponto relevante é o aspecto cultural de alguns desses grupos urbanos, como congada, folia de reis e aspectos religiosos e de solidariedade. Em outro sentido, há alguma manifestação, mas em ritmo muito lento. A extensionista Eunice comenta esses aspectos:

“As associações urbanas estavam mais dentro de interesse de estruturas e saneamento para o seu bairro. Elas se mobilizavam para reivindicar para o executivo que desse atenção na questão de infra-estrutura e saneamento. Aquelas que se preocupavam na questão de ocupação de menores, algum projeto econômico, que desse um retorno, elas não conseguiram isso porque estava apenas na cabeça da diretoria, isso não estava na cabeça da maioria. No meio rural, é específico dos produtores e que visavam a parte econômica. Na cidade as associações tem uma movimentação, mas é entre as diretorias. Na época de ter recursos, para viabilizar alguma coisa para a comunidade, volta a envolver toda a assembléia”.

4.1.4. A comunidade e os centros sociais como estratégia de intervenção

No Programa MG-II, a implementação do centro comunitário era considerada como fator que estimulava a participação das comunidades rurais e, ao mesmo tempo, facilitava-a, em razão da proximidade física da integração interinstitucional com o público beneficiário. Em 1981, foi realizada, em conjunto, a primeira compra de insumos pela Associação de Mato Dentro e pela de Perobas. A justificativa era que

“o desenvolvimento comunitário, por sua própria natureza compreende uma multiplicidade de setores (educação, saúde, alimentação, técnicas de produção, canais de comercialização, formas de associação, entre outros), o que requer participação de várias instituições. Por isso, a assistência ao produtor rural deve atender a todas as suas necessidades, desde a produção e comercialização até o lazer, saúde e cultura. Nesta perspectiva, os Centros Comunitários funcionarão como pontos de convergência e irradiação dos benefícios do Programa... A estrutura física desses Centros Comunitários será composta basicamente de um posto de saúde, escola com salas de aulas, cantina, horta escolar e dependências administrativas, e um salão de múltiplos fins cujo espaço servirá de suporte para o desenvolvimento de atividades da comunidade, como festas, teatrinhos, reuniões ou cursos de diferentes naturezas... assuntos relacionados à agropecuária e outros, atendimento creditício etc.” (MINAS GERAIS, 1981:110-111).

Eunice Granato Neto, funcionária contratada pela EMATER-MG, para trabalhar no programa MG-II em 1982, disse que o primeiro centro social foi o de Mato Dentro. A extensionista presenciou o momento em que os membros do Conselho de Desenvolvimento Comunitário analisaram a planta do centro social que receberam. Segundo ela, a comunidade não aceitou a planta padronizada; ao contrário, analisaram-na segundo a visão que eles tinham: **“Em junho de 1982 eles estavam em uma roda com uma proposta de uma planta para a construção e eles estavam estudando esta planta, o que era do interesse deles. Após as modificações que eles acharam interessante a planta foi aprovada”** (grifo nosso). A compra de material foi feita com recursos do PRODECOM (Programa de Desenvolvimento de Comunidades), e 50% do valor da obra foi efetivado pela comunidade. A obra contou com a participação dos membros da comunidade por meio de mutirões, de forma que foi iniciada em

agosto de 1982 e, em apenas três meses, em 07 de novembro do mesmo ano, foi inaugurado o Centro Social do Mato Dentro.

Segundo AMMANN (1992:51), “Conferia-se... ao centro social poderes mágicos, graças aos quais seria possível igualizar todos os habitantes de uma localidade, sem distinção de classes, credos ou raças”. Porém, em Jacuí, as entrevistas mostram outro aspecto. Para o líder rural do Clube 4-S, Antônio Carlos, havia uma divisão no bairro, de forma que existiam dois campos de futebol, um em Mato Dentro de Cima e outro em Mato Dentro de Baixo. Quando surgiu a oportunidade de construção do centro social, a primeira idéia foi tornar viável um local para celebração de missa católica, para orações e reuniões, de forma que, ao efetivarem as modificações da planta, preservaram o altar. Nesse espaço, foram incorporados a cantina, o posto de saúde e, anexo, o campo de futebol. Nesse sentido, o próprio Antônio Carlos doou o terreno para a construção, mesmo sendo pequeno produtor com pequena área de terra. O Centro Social de Perobas foi o segundo a ser construído.

O Dr. Iaperi revela que, na relação interventores e associação para construção do Centro Social das Perobas, o presidente da associação “lavou as mãos” e deixou a obra a cargo da prefeitura “Então, deixamos a associação de lado, conversamos com outros elementos da associação e da comunidade e recebemos a contrapartida na forma de mão-de-obra, doação do terreno pelo sócio Delcídio de Paula Pereira. A prefeitura colocou três pedreiros do início até o final. Tudo isto para não perder a oportunidade”. Essa oportunidade estava relacionada com a construção do centro e de uma escola rural. Na construção do Centro Social do Frazão, houve preocupação com a reformulação da planta, para que a infra-estrutura propiciasse a celebração da missa e a organização de bailes. O altar ficou posicionado em um local, de forma que, por ocasião de festejos, fosse coberto com uma cortina. Na comunidade Boa Vista, construiu-se um galpão com recursos próprios e, quando foi sugerida a construção do centro social, discutiram a aceitação, ou não, da proposta. O ponto forte da aceitação foi a educação-escola. Na comunidade Buenos, contavam com a casa de máquina de beneficiar arroz, onde se reuniam. O centro social foi construído recentemente,

sendo aceito sem maiores problemas. Ao que parece, para o povo rural de Jacuí, qualquer infra-estrutura só se justifica por uma utilização prática e imediata. O centro é necessário para realização daquilo que vinham fazendo há muito tempo. O atendimento médico nesses centros começou a partir de 1995.

4.1.5. Nucleação - origem do núcleo municipal de ação comunitária

Para muitos jacuienses, o importante Núcleo Municipal de Ação Comunitária, que se mantém até hoje, teria surgido espontaneamente; contudo, o resgate histórico revela sua origem durante a vigência do Programa MG-II.

A nucleação foi proposta, visto que as ações do programa não se restringiam à área rural. Para isto, incluía o fortalecimento de núcleos urbanos capazes de prestar serviços necessários ao meio rural, com vistas no melhor aproveitamento dos recursos naturais e na criação de base econômica.

A SUDECOOP, a SETAS e a EMATER passariam, doravante, a concretizar os objetivos de nucleação dentro das propostas do programa. A nucleação visava à formação de grupos, sem distinção de cargos e funções das pessoas, para engajamento no programa, de forma a mobilizar os recursos e potencialidades da comunidade e, ao mesmo tempo, organizar o movimento comunitário e o comando da ação comunitária. A proposta era criar grupos de ação de base, caracterizados pela união de pessoas das comunidades de acordo com seus interesses e necessidades, os quais estivessem dispostos a trabalhar e a melhorar a comunidade, sendo a unidade de representação do programa orientada por técnicos, lideranças e instituições. São considerados grupos de ação de base:

“os Clubes 4-S e grupos de jovens que congregam jovens rurais, os grupos e clubes de mães, senhoras e moças, donas de casa, os grupos de produtores, suas associações e entidades, as associações religiosas, recreativas e educacionais como as associações religiosas, recreativas e educacionais como associações de pais e mestres, time de futebol, clubes desportivos, entre outros” (MINAS GERAIS, 1981:122).

Com o desenrolar das ações, 13 comissões já eram assistidas pela extensão desde 1982, compostas de lideranças de grupos formais e informais. A estas juntaram-se representantes de vários setores do município (educação, saúde,

lazer), de associações rurais e urbanas, da prefeitura e de instituições, passando-se a formalizar o Núcleo Municipal de Ação Comunitária de Jacuí, em 1983. Esse núcleo tinha as seguintes atribuições: “criar condições efetivas para que a comunidade seja representada no MG-II através da participação da Prefeitura Municipal, da Câmara de Vereadores e das lideranças comunitárias e articular as ações da comunidade dentro do MG-II em níveis municipal e local” (MINAS GERAIS, 1981:122). Nessas atribuições estava implícito que a comunidade, a partir dos grupos de ação de base, seria representada no programa, para fazer chegar aos níveis superiores de decisão as suas propostas, críticas e sugestões. Esses grupos deveriam também captar e difundir, no município, as informações e, ou, questões geradas pelo programa, bem como realizar articulação dentro das comunidades e entre elas, bem como avaliações processuais e qualitativas de implementação do programa dentro do município.

A nucleação tinha, ainda, a incumbência de aprovar, ou não, os projetos com recursos do **fundo de apoio**, que foi constituído por recursos financeiros do programa e da administração da Secretaria do Trabalho (SETAS) e visava complementar os recursos da comunidade na realização de projetos de interesse comunitário de alcance social e econômico, aprovando apenas os projetos que não tinham possibilidades de ser financiados pelo MG-II ou por outros programas e instituições. Para serem aprovados, os projetos, que tinham amparo econômico desse fundo, deveriam conter um parecer técnico da EMATER e da SETAS; ser viáveis; apresentar 40% do custo total de contrapartida pelos beneficiários; ter caráter educativo; proporcionar efeitos-demonstração; e, preferencialmente, gerar rendas, proporcionando excedente para constituir fundo rotativo na comunidade para tornar viável outros projetos ou sua própria ampliação. Esses fundos rotativos seriam administrados pelo Núcleo Municipal de Ação Comunitária, e os projetos deveriam ser patrocinados por entidades formais, devidamente registradas e cadastradas pela SETAS (MINAS GERAIS, 1981:125-126). Com o encerramento do programa em 1985, o fundo de apoio durou algum tempo, até ser esgotado pelas aquisições materiais para o setor produtivo.

O Núcleo Municipal de Ação Comunitária tem continuidade, e as atas são minuciosas e descrevem todos os detalhes das reuniões - pedidos, agradecimentos e compromissos assumidos por visitantes. O prefeito Geraldo Magela reduziu o número de reuniões mensais do núcleo, visto que, segundo ele, as limitações de recursos resultavam na redução de gastos, mesmo de serviços essenciais. A vantagem das reuniões periódicas estava no fato de que, a partir de discussões dos problemas, surgiam idéias e ações para solucioná-los; no entanto, com a tendência do estado mínimo, era difícil administrar os pequenos municípios. Para ele, seria necessário repassar um pouco da expressiva arrecadação dos grandes centros para os pequenos municípios; assim, com poucos recursos e muitos problemas, era viável que as reuniões fossem menos freqüentes.

4.1.6. Movimento pró-cooperativa de Jacuí - primeira experiência de expansão da unidade da Cooparaíso

Com tantas intervenções de assistência técnica e extensão rural e tantos incentivos ao setor produtivo, como aquisições de máquinas e implementos agrícolas, o povo começa a exigir um local para compra de insumos agropecuários. Como já existiam alguns sócios da Cooperativa de Guaxupé (Cooxupé) e da de São Sebastião do Paraíso (Cooparaíso), esta última com menor número de associados, a proposta era obter uma loja de uma dessas cooperativas. Esta iniciativa pioneira foi liderada por Iaperi, que conta que

“Jacuí era uma cidade que você queria uma enxada aí, não tinha onde adquirir, só tinha o Carlos Augusto que vendia produtos para o homem do campo. Então nós fomos até a Cooxupé, Jacuí tinha 48 associados da Cooxupé e tinha 12 na Cooparaíso. Fomos para Cooxupé em Guaxupé, em um ônibus e mais alguns produtores aqui da região: João Reis, Geraldo Luiz, Jorge Simão e o técnico da EMATER de Jacuí. Chegando lá nós propusemos a eles se instalarem num prédio, antigo cinema, em regime de comodato. Demos um prazo de 90 dias para se instalarem com entreposto e assistência e no mínimo vendendo 2.500 itens através do entreposto. Tudo que tinha na Cooxupé tinha em Paraíso. A Cooparaíso era como se fosse um supermercado e uma venda, Dorovam era Diretor e o sogro do Elpidio era outro mas tinha uma pessoa dinâmica que era o Sr. Luiz de Campos e ele veio a nosso convite. Mas a questão é que o presidente da Cooxupé a gente nem conhecia e o Presidente de Paraíso conhecia os produtores. A diferença que fez foi que o Izac Ferreira Leite da Cooxupé quando nós chegamos lá ele perguntou? Vocês são de onde mesmo? Ao que nós

respondemos: Pois é você não sabe nem de onde somos... há há! Nena Souza e Pedro Rezende quando foram lá conosco de outra vez eles deram um pão com refrigerante, falaram muito, mas eu achava sempre que seria Paraíso. Então nós demos o ultimato para a Cooparaíso, aí o Izac falou: Não é dessa maneira, vocês estão pensando o quê? Então falamos: Jacuí está desenvolvendo, o associativismo lá está forte e vocês estão por fora, estão perdendo o trem. Então falaram: Mas Paraíso é pequeno. Olha gente! a venda virou supermercado. Cuidado supermercado também quebra viu!!... Acabou sendo a Cooparaíso”.

A cidade de Jacuí foi a primeira a propor o entreposto da Cooparaíso, seguida das cidades de Itamogi e São Tomás de Aquino. Iaperi conta que, para definir os 2.500 itens que deveriam estar à venda na Cooperativa, fizeram um relatório, junto com produtores e técnicos. A parte veterinária foi a de maior interesse dos produtores e foi feita por Jorge, da EMATER. A Cooparaíso assumiu o compromisso de prestar assistência técnica, mediante trabalho de um agrônomo e de um veterinário. A princípio, o veterinário era da EMATER, passando, em seguida, para Alexandre Maia, atual secretário da agricultura de Passos. Jacuí tinha o maior número de associados da Cooparaíso, com representação expressiva nas eleições. A partir de então, a Cooparaíso integra-se ao desenvolvimento regional, contribuindo para o desenvolvimento de comunidades. Jacuí passa a contar com a visita periódica do veterinário de São Sebastião do Paraíso e do engenheiro-agrônomo. A Associação de Produtores Rurais de Perobas ajudou a Cooparaíso na fase inicial de implementação da unidade em Jacuí. Em 1985, conseguiram obter, por intermédio do fundo de apoio, uma máquina de beneficiar café, cujo direito de uso (23-04-85) foi cedido à Cooparaíso, a qual se encontra no galpão de beneficiamento, em utilização, até os dias atuais.

4.1.7. Sociedade Amigos de Jacuí (SAJ)

É importante compreender a formação da SAJ (Sociedade Amigos de Jacuí), uma vez que, conforme resultado da pesquisa, esta teve efeito multiplicador do movimento associativista de Jacuí, de grande importância para as famílias que dependem da renda gerada pela unidade de produção e pelos serviços. É um sistema auto-suficiente, visto que pelo menos 50% dos

beneficiários são filhos e parentes de produtores rurais de associações comunitárias.

A SAJ iniciou-se com subvenções da LBA, da prefeitura, do FUNDEC e da SETAS, e os projetos eram elaborados pela EMATER-MG e pelo Banco do Brasil S.A., sendo aos poucos estruturada, até a autogestão. O envolvimento de pessoas, com visão de negócio e espírito crítico, propiciou o emprego de 40 costureiras e 30 confeccionistas de tapetes "Kilin". Os benefícios dessas ações extrapolam o setor rural, ou melhor, 80% dos beneficiários são filhas ou parentes de produtores rurais e de grande parte de associados, principalmente os da área de tapete.

Os primeiros idealizadores da SAJ, segundo o Sr. Mário, não visavam à geração de empregos:

"A SAJ foi fundada em 1985 e foram três pessoas aqui de Jacuí, o Antônio Franzato que era produtor rural da comunidade Zundum o Noé Silveira que tem um programa aí de fabricação de blocos e o Dirceu Nazário que na época era exclusivamente funcionário do Banco do Brasil. Eles tiveram a idéia e reuniram cerca de 20 pessoas na casa da cultura e começaram a discutir e envolver nos problemas gerais da comunidade. Redigiram o primeiro estatuto. Não havia uma diretriz específica para geração de emprego nem também um trabalho voltado para assistência social".

A partir dessa fase, houve envolvimento de diversas pessoas, entre estas, Sílvia Medeiros, Sr. Mário, Padre Thomas e irmã Virgínia.

O programa MG-II encerrava-se, ao mesmo tempo que nascia a SAJ. O clima de desenvolvimento comunitário prosseguia tanto na zona rural quanto na cidade. Segundo muitas pessoas da zona rural e urbana, a SAJ originou-se da motivação das associações rurais, e, de acordo com o Dr. Iaperi, que participou dessa fase inicial,

"devido a constantes pedidos de cursos e máquina de corte e costura adquirimos oito máquinas, com recursos da LBA e a prefeitura, em contrapartida adquiri mais oito totalizando 16 máquinas que foram colocadas na Casa Paroquial na sede do município. Nós pagávamos um instrutor para datilografia que era o Tadeuzinho do escritório, pagava seu Joaquim para ensinar o pessoal a entalhar na madeira, pagava o Elialdo para ensinar o pessoal fazer colar, esses negócios de bugiganga e tinha a Terezinha que ensinava o pessoal a costurar a costurinha normal".

Muitas pessoas foram treinadas para realizar o trabalho de corte e costura, e o material didático era custeado pelos interessados nos cursos. No entanto, esse trabalho começou a constituir um novo problema, visto que muitas pessoas foram treinadas, mas não havia, em Jacuí, demanda suficiente para atender a tanta gente, principalmente na área de corte e costura, onde havia maior número de pessoas. Outro agravante era que 90% dessas pessoas eram da zona rural, filhas, esposas ou parentes de pequenos produtores ligados à agropecuária. O Sr. Mário, pessoa envolvida no associativismo de Jacuí, na área urbana, revela que

“tinha uma instrutora e iam ensinar - profissionalizar. Após algum tempo começamos a discutir a questão de constituir mão-de-obra e estas estarem disponíveis para quem? Para sair do município? Alimentando o êxodo rural? Foi então que nós tínhamos que mudar o rumo do programa e essa mudança digamos - foi o primeiro sucesso que nós tivemos aí, nessa direção de geração de emprego. Começamos a pegar serviços de terceiros”.

Desde então, a SAJ começou a “andar com as próprias pernas”. A auto-suficiência tornou-se possível com a visão de negócio, passando a atender a diversas firmas, principalmente de São Paulo, em facção na área de costura, as quais recebiam a roupa cortada e realizavam a costura - acabamento final. A remuneração era por peça pronta e, na SAJ, parte de cada peça era distribuída nas diversas máquinas especializadas. Com o desempenho do programa, tornou-se necessária a formalização do grupo. Entre as idéias, surgiu a proposta de criação de cooperativa de serviços, associação autônoma e que prevaleceu - uma empresa regular, de responsabilidade limitada, que tinha participação dos beneficiários que assumiram todas as obrigações trabalhistas, constituindo a “Jacuí Minas Manufatura Ltda.”. Segundo Sr. Mário,

“a administração não tem maioria. As costureiras é que têm cotas, totalizando 80% e a Terezinha Ribeiro, a líder tem 20%. Tivemos uma reclamação trabalhista, fomos levados à junta mas já sabíamos o direito da reclamante: o direito a cota. Foi tranqüilo. É uma empresa formal e não tem como fugir disso”.

Hoje, além da facção, contam com a produção mensal de 500 unidades de tapete Kilin, produzidos com lãs vindas do Rio Grande do Sul, e com uma olaria comunitária. Só na costura, o faturamento mensal é de R\$ 14.000 a 15.000.

Depois da prefeitura, a SAJ é a segunda, em número de empregos. A renda por pessoa, segundo Sr. Mário, já foi melhor, de três a quatro salários mínimos, e atualmente varia de dois a dois e meio salários mensais. Os tapetes, apesar de caros, por ser um produto de elite, têm boa saída e propiciam renda considerável. A olaria comunitária, atualmente, foi “terceirizada”, e a SAJ recebe uma taxa em espécie, convertida em investimentos.

Mediante a retenção de parte do rendimento para investimento de capital, a SAJ adquiriu máquinas modernas compatíveis com as exigências dos clientes e dos teares. Grande parte dos beneficiários tem família na zona rural e mora em casas de parentes ou em casas construídas na cidade, que, comumente, são utilizadas pelos pais nos finais de semana, quando vêm à missa ou ao culto. No caso dos tapetes, algumas mulheres de produtores rurais trabalham, a exemplo da Maristela, mulher do Ozório, da Associação de Boa Vista, porque têm o “tear” em casa - na zona rural. O Sr. Mário acrescenta que *“ela cuida das coisas da casa, da galinha, dos porcos e até do gado e ainda faz o tapete com o qual obtém recursos para ajudar na renda familiar.”* Na área de facção, algumas costureiras já estão pensando em voltar para a zona rural, no mesmo sistema dos tapetes.

Durante a colheita do café, boa parte das pessoas que fazem tapetes e desempenham outras atividades no município dá uma pausa e depois retorna, visto que as famílias utilizam mulheres e crianças na colheita do produto.

Numa progressão de 70 beneficiárias, na média de cinco pessoas por família, é expressiva a contribuição da SAJ, que, a princípio, foi concebida como uma intervenção tutorial e, hoje, pode ser caracterizada como participativa.

4.1.8. Banco do Brasil e Fundo de Desenvolvimento Comunitário (FUNDEC)

O FUNDEC foi criado pelo Banco do Brasil, constituído da retenção de 2% do lucro líquido do semestre para custear projetos de desenvolvimento comunitário. Os critérios para concessão dos benefícios levam em conta, preferencialmente, pequenos produtores que moram em comunidades rurais de

500 a 5.000 habitantes, com pequenas áreas. Esses projetos incluem máquinas e equipamentos agrícolas, veículos, estrutura física e unidades produtivas; enfim, equipamentos necessários para o desenvolvimento sócio-econômico dessas comunidades. O FUNDEC não tem fins lucrativos, e os recursos não são concedidos a fundo perdido. Assim, Jacuí enquadra-se nesses critérios. A filosofia é a mesma do MG-II, com relação a desenvolvimento participativo e integrado.

Em Jacuí, várias associações comunitárias da área rural e urbana foram beneficiadas com os recursos do FUNDEC; houve a FASE I, na década de 80, e a FASE II, de 1992 a 1993, na qual os grupos associativos tiveram maiores benefícios. Constituiu-se uma comissão do FUNDEC com representantes do Banco do Brasil de Jacuí, de Passos e de Belo Horizonte; da prefeitura; da EMATER, de Jacuí, de Alfenas e de Passos; da Cooparaíso, e da saúde e da educação; e o levantamento da realidade e as justificativas dos projetos das comunidades rurais foram elaborados pela EMATER-Jacuí. A coordenação geral foi de Dirceu Nazário, do Banco do Brasil.

É nessa fase que os presidentes das cinco associações comunitárias e o prefeito Antonio Carlos Arantes reivindicam do Banco do Brasil, unidade de Jacuí, e da Superintendência, em Belo Horizonte, maior atenção ao município, que foi selecionado para participar dos *forums* de debates na Eco 92, em razão dos investimentos realizados pela prefeitura, pelas associações e pela EMATER, na área de meio ambiente. Houve reunião com todos os associados que concluíram que, durante os *forums* de debates na ECO 92, só haveria “conversa bonita”, sem nenhuma ação ou benefício real. Houve reunião com os representantes do Banco do Brasil, que afirmaram que aprovariam recursos do FUNDEC para aquisição de bens que já constassem nas atas das Associações Comunitárias. Os anseios da comunidade foram relacionados em projetos, resultando, posteriormente, na construção dos centros sociais da Associação de Buenos e de Boa Vista e na sede do município; na aquisição de tratores para as Associações de Buenos, de Boa Vista e de Perobas, bem como na obtenção de caminhão e fábrica de farinha de milho, para a Associação de Mato Dentro, de 70

implementos agrícolas para tratores e tração animal, distribuídos nas cinco associações, e de repetidores de TV; na execução do calçamento na área urbana pelo qual os usuários pagaram pequena contrapartida, constituindo fundo rotativo para duplicar o benefício; e na aquisição de máquinas e teares para a Sociedade Amigos de Jacuí (SAJ).

4.2. Caracterização dos produtores rurais integrantes dos grupos associativos do meio rural

Este item é compreendido de dados gerais dos grupos rurais que perfazem um total de 81 produtores integrantes de associações comunitárias, sendo 67 chefes de famílias e 16 solteiros. A caracterização destes, por faixa etária, estado civil, escolaridade, área explorada, posse da terra, atividade econômica, condições ocupacionais do produtor rural, distribuição social do trabalho, produção em nível familiar, relação pai e filho com a associação e outros dados, reforça as observações.

A população estudada, envolvida em associações de pequenos produtores rurais do município de Jacuí, é composta dos pequenos produtores mercantis, que conseguem vender algum excedente produzido, e dos que dividem a atividade de produtor rural com a venda sazonal da força de trabalho, para ajudar a manutenção da família. Em qualquer uma das categorias, a família é envolvida, e o valor correspondente da remuneração desse capital humano constitui a principal fonte de sobrevivência. Essa forma de remuneração, que substitui o lucro médio da atividade agrícola, faz parte do que SILVA (1978) caracteriza de “expropriação contínua” dos pequenos produtores, que, na reprodução das suas condições de produção, se vêem obrigados a recorrer a um subconsumo e, ao mesmo tempo, aumentar a jornada de trabalho e incluir o trabalho gratuito da família. Essa forma de expropriação contínua é compreendida à medida que, para a maioria dos pequenos produtores, o limite da exploração não é o lucro médio do capital e renda da terra, mas o rendimento absoluto que a si mesmo paga o produtor, freqüentemente reduzido a um mínimo vital. Para SILVA (1978),

enquanto o preço do produto estiver pelo menos nesse limiar, ele cultivará a terra, dando de graça parte de seu trabalho excedente à sociedade, o qual poderá ser apropriado pelo capital financeiro, comercial ou industrial. Os grandes desajustes advindos das formas de expropriação aparecem como dificuldades ou impossibilidade de correlacioná-los. Assim, as necessidades emergentes, características da evolução das sociedades, requerem também renovação de recursos que alteram a relação entre homem e natureza, fazendo com que o mundo percebido seja concebido como atividade sensível total e viva dos indivíduos.

Em Jacuí, a maioria dos produtores conta com esposas e filhos para o trabalho produtivo. Em 1991, de um total de 1.700 estabelecimentos particulares permanentes, a média de moradores, por grupo familiar no município, foi de 3,85, sendo 3,64 na área urbana, e 4,02, na rural, conforme Quadro 3.

Quadro 3 - Domicílios, moradoras e média de moradores por domicílio

Município	Total		Média por domicílio	Urbana		Média por domicílio	Rural		Média por domicílio
	Domicílio	Pessoa		Domicílio	Pessoa		Domicílio	Pessoa	
Jacuí	1.700	6.539	3,85	777	2.828	3,64	923	3.711	4,02
Passos	21.294	84.016	3,95	18.771	73.723	3,93	2.523	10.293	4,08
S. Seb. do Paraíso	12.769	48.745	3,82	10.929	41.171	3,77	1.840	7.574	4,12

Fonte: Dados extraídos do Censo Demográfico de 1991.

A população de 81 produtores entrevistados acha-se distribuída por estado civil: casados (61), solteiros (116), viúvos (3) e desquitado (1). Os casados têm 236 filhos, e o número médio é de 3,87 (Quadro 4). Considerando-se os pais e filhos residentes que atuam na área produtiva (134) e dependentes que estudam (20), a média de moradores por domicílio é de 4,5; no entanto, ao incluir os 82 que moram fora e são independentes, a média de indivíduos por grupo familiar

passa para 5,87. Tradição, religião e relação com o aumento da renda familiar enquanto força de trabalho ajudam a explicar as maiores taxas de natalidade na área rural do que na urbana.

Quadro 4 - Número de filhos, por família

Número de filhos	Boa Vista	Mato Dentro	Perobas	Bucnos	Frazão	Total família	% do n.º de filhos
1 filho	-	2 (2)	3 (3)	2 (2)	-	7 (7)	2,96
2 filhos	3 (6)	3 (6)	4 (8)	5 (10)	1 (2)	16 (32)	13,56
3 filhos	4 (12)	2 (6)	2 (6)	2 (6)	-	10 (30)	12,70
4 filhos	1 (4)	1 (4)	3 (12)	2 (8)	2 (8)	9 (36)	15,25
5 filhos	-	2 (10)	1 (5)	1 (5)	-	4 (20)	8,47
6 filhos	-	-	1 (6)	2 (12)	5 (30)	8 (48)	20,34
7 filhos	1 (7)	1 (7)	-	-	-	2 (14)	5,93
8 filhos	-	1 (8)	-	-	-	1 (8)	3,38
9 filhos	-	-	1 (9)	1 (9)	-	2 (18)	7,63
11 filhos	-	-	-	1 (11)	-	1 (11)	4,70
12 filhos	-	-	1 (12)	-	-	1 (12)	5,08
Total família	9	12	16	16	8	61	-
Média de filhos	3,2	3,6	3,8	3,9	5,0	3,87	-
Total de filhos	29 (12,29)	43 (18,22)	61 (25,84)	63 (26,70)	40 (16,94)	236 (100)	100,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Ao verificar o Quadro 4, observa-se que há predominância de famílias com dois filhos nas comunidades rurais, o que representa um decréscimo absoluto da mão-de-obra familiar. Essa redução e a escassez de terras agricultáveis representam novos desafios para produtores rurais, instituições interventoras, unidades de pesquisa e responsáveis pela formulação de políticas públicas, e uma das soluções seria a melhoria da produtividade dos fatores terra e mão-de-obra, da infra-estrutura de produção e da comercialização.

As áreas médias das propriedades do sul de Minas Gerais, segundo dados do IBGE, de 1985, são 42,28 ha. Os entrevistados de Jacuí e suas famílias dispõem, em média, de 19,8 ha de terra para suas atividades agropecuárias, o que implica que são 2,43 vezes menores do que as do sul de Minas.

Em relação à estratificação das terras disponíveis, 23,1% declararam possuir área até 10 ha; 48,7%, de 10 a 50 ha; e 28,2%, de 50 a 121 ha. Em relação à posse da terra (Quadro 5), 67,9% são proprietários; destes, 3,7%, além de proprietários, exercem parcerias, arrendamentos, etc.; 1,2% trabalha na propriedade do filho; 24,7% trabalham em terras do pai ou, na maioria das vezes, passam a ser donos na forma de partilha em vida ou herança, e os 6,2% restantes são parceiros, arrendatários, ou têm sociedade com irmãos.

Quadro 5 - Posse da terra dos entrevistados no município de Jacuí, em 1996

Posse da terra	Boa Vista	Mato Dentro	Perobas	Buenos	Frazão	Subtotal
Proprietário	4	11	15	15	7	52 (64,2)
Proprietário e parceiro	1	1	-	1	-	3 (3,7)
Arrendatário	-	1	-	-	-	1 (1,2)
Parceiro	1	1	-	-	1	3 (3,7)
Terra do pai	5	4	2	6	3	20 (24,7)
Terra do filho	1	-	-	-	-	1 (1,2)
Irmão sócio	1	-	-	-	-	1 (1,2)
Subtotal	13 (16,05)	18 (22,22)	17 (20,98)	22 (27,16)	11 (13,60)	81 (100,0)

Fonte: Dados da pesquisa.

A comunidade de Buenos apresentou o maior número de pessoas que utilizam terras do pai (6), seguida da comunidade de Boa Vista (5), Mato Dentro (4), Frazão (3) e Perobas (2). Na comunidade de Bueno e Boa Vista, os pais reservam área de plantio para os filhos, como motivação para que estes

continuem no campo. A comunidade de Peroba apresenta maior êxodo rural e aparece em último lugar, com relação à utilização de terras pelos filhos.

Em outros casos, o pai é o proprietário e concede parte da área de plantio aos filhos, mesmo os casados, para contar com o trabalho coletivo nas atividades. Esta é a organização social do trabalho adotada pelo proprietário Pedro Paschoal de Rezende, que possui 121 ha de terra, a maior área entre os entrevistados.

“Para produzir aqui, nós trabalha mais com os filhos. Então os filhos mora dentro da propriedade e nós trabalha em conjunto. Cada um tem seu serviço mas cada um trabalha junto com o outro tanto no meu serviço como no deles. No dia que vai para um, vai tudo. No dia que vai para outro vai tudo. Facilita as coisas”.

Há tendência de os estabelecimentos já pequenos se tornarem cada vez menores, com importante aumento em número e diminuição da área média por propriedade. Dos proprietários, 3,7% contam, normalmente, com diminutas áreas agricultáveis ou de pastos e procuram satisfazer às suas necessidades mediante parcerias, arrendamentos, etc. Uma das razões para essa redução gradativa da área agricultável é a divisão contínua da terra por herança.

Essa tendência se verifica também em nível estadual. Segundo MONTEIRO e RESENDE (1988), os números censitários de 1985, com relação à estrutura agrária do Estado de Minas Gerais, revelam que a fronteira agrícola ou as terras ainda não apropriadas encontram-se praticamente esgotadas, e a urbanização tenderá a expandir-se sob terrenos agrícolas, com reprodução evolutiva de um número de unidades cada vez menores. Esse movimento envolve o aspecto da subdivisão, além de determinado tamanho de área que propicie um mínimo viável de exploração para a sobrevivência.

Em 1985, nos estabelecimentos do Estado de Minas Gerais com área de terras de 100 ha, 68% das pessoas dedicavam-se à atividade agrícola, utilizando 25% das terras. Em média, cuidavam 6 a 15 ha no total, ou 1,5 a 2,1 ha de lavoura; em contraste, num grande estabelecimento agropecuário, cada pessoa cuidava, em média, de uma área de 42 a 47 ha no total e de 3,4 ha de lavoura, utilizando menos de 10% de suas terras e mecanização mais intensiva

(MONTEIRO e RESENDE, 1988). Assim, a distribuição do capital humano na atividade agrícola não tem relação com a área total das propriedades. As de menor tamanho absorvem, relativamente, mais pessoas do que as maiores, e a condição para ampliar a área plantada, além da capacidade de produção, é uma concomitante e equivalente disponibilidade de mão-de-obra. Nas propriedades de maior área, uma das explicações para o reduzido número de capital humano é a necessidade de investimento e qualificação do recurso escasso ou da relação custo benefício da mão-de-obra, em que grande parte é substituída por máquinas.

Todas as associações comunitárias contam com tratores e implementos agrícolas de tração mecânica e animal, e 88,9% dos produtores dependem desses equipamentos; 11,1% são proprietários de tratores que, normalmente, pertencem ao pai ou ao irmão, que, após suprirem as suas necessidades, atendem aos familiares e a terceiros, visto que até mesmo os bens de tração animal da associação são utilizados pela maioria; enquanto apenas 4,9% possuem plantadeira, e 56,8% são proprietários de arados. A topografia acidentada justifica a conciliação de tração mecânica e animal em uma mesma área de cultivo, dado que 32,1% possuem carros de bois, que são utilizados, principalmente, no transporte da produção, de insumos e de materiais, e o número médio de animais de serviço, que inclui bovinos e eqüinos, é de 2,3 por pessoa. A bovinocultura de corte, que é composta de 59,9% dos produtores, é predominantemente de animais mistos de baixo padrão racial, e a de leite, com 40,1% dos produtores, apresenta reduzida produtividade, em razão do manejo e da qualidade dos animais, que produzem três ou quatro litros por ordenha manual. São poucos os casos da prática de desmame precoce, e os bezerros alimentam-se de leite por um longo período, o que aumenta o intervalo entre parto.

As lavouras dos produtores estudados dividem-se em temporárias e perenes. As temporárias compreendem as áreas com culturas de curta duração, geralmente menos de um ano, e necessitam de novo plantio, a cada colheita. Nestas, estão o milho, o arroz, o feijão e o tomate, que ocupam uma área de 370,3 ha. As perenes são culturas de longa duração que necessitam de novo

plantio após a colheita, visto que produzem por vários anos, a exemplo do café, pêssago, figo, uva e banana, eucalipto, amoreira para criação do bicho da seda e pastos, que perfazem um total de 1.416,6 ha, sendo 1.109,4 destes ocupados com pastagens (Quadro 6).

A cultura de maior importância econômica é o café, para a qual é usada, em média, uma área de 4,02 ha por 57 produtores. Essa cultura tem tendência de absorver, indistintamente, os trabalhos dos membros da família, ao longo de todo processo produtivo.

A maioria das residências dos pequenos agricultores é construída de alvenaria, com telha de cerâmica e instalações sanitárias. Dos produtores, 81,5% (66) têm o hábito de filtrar ou ferver água, que é canalizada, sem maiores dificuldades, de minas abundantes na região; 67% contam com energia elétrica, e destes, 89,5% (60) possuem televisão, 56,7% (34) têm antena parabólica e 62,2% (52) possuem geladeira. Dois produtores de Perobas e um de Frazão possuem telefonia rural.

Para realização de serviços na propriedade e para passeio, 46,9% possuem carros pequenos, como fusca, corcel, caminhonetes, etc., e 46,9%, motos. O destaque é para a Associação do Mato Dentro, visto que, dos 18 participantes, 12 possuem carros, e nove, motos. Esporadicamente, verifica-se a substituição do cavalo pela moto, na condução do gado.

O grau de escolaridade é diversificado; 6,3% não sabem ler; 3,8% não sabem ler nem escrever; 60% (maioria) possuem o primeiro grau incompleto; e 2,5% possuem curso superior. O presidente da Associação do Frazão (Vicente) está entre os 60% e comenta que vendeu café para que dois de seus filhos, que já estudam, possam fazer o curso de computação:

“Eu acho que tem uma época de influência pros filhos da gente. Se deixar passa e acaba ficando igual nós mesmos aqui da roça. Se o governo não pensar melhor em nós fica difícil viver na roça. No meu tempo meu pai me deu um dinheiro e disse: vai comprar gado pra pegar experiência, vai só e só volte aqui com alguma coisa. Foi meu primeiro negócio. Aprendi assim. Hoje tá diferente. O que que eu vou falar pros meus filhos?”.

Em todas as associações existem casos em que os pais foram os primeiros a se associarem, sendo aos poucos substituídos pelos filhos, que, desde

Quadro 6 - Culturas perenes e temporárias, área plantada e número de produtores, em cinco comunidades rurais do município de Jacuí-MG

Culturas	Boa Vista		Mato Dentro		Perobas		Bueno		Frazão		ha total
	Área	N.º produtor	Área	N.º produtor	Área	N.º produtor	Área	N.º produtor	Área	N.º produtor	
PERENES											
Pêssego	0,5	1	-	-	-	-	-	-	1,5	1	2,0
Figo	-	-	-	-	0,3	1	-	-	1,2	1	1,5
Uva	-	-	-	-	-	-	2,5	1	-	-	2,5
Banana	-	-	-	3	3,0	2	2,0	2	-	-	12,0
Café	43,0	10	7,0	14	30,3	12	38,0	12	61,4	9	229,1
Pastagem	99,5	10	200,1	15	313,4	15	304,7	18	191,8	8	1.109,4
Eucalipto	7,5	4	14,4	7	17,3	11	13,8	12	6,5	2	59,6
Cericultura	-	-	-	-	-	-	0,5	1	-	-	0,5
Subtotal	150,5	25	277,8	39	364,3	41	361,5	43	262,4	21	1.416,6
TEMPORÁRIAS											
Milho (grão)	21,0	12	32,5	14	33,9	13	55	19	39,6	10	182,0
Milho (silagem)	2,0	1	20,0	8,0	19,8	7	16,5	10	2,4	1	60,7
Feijão	10,0	10	7,5	9	16,2	12	21,3	17	13,8	10	68,9
Arroz	6,0	7	10	10	8,7	8	18,8	14	14,2	8	57,5
Tomate	-	-	-	-	1,2	1	-	-	-	-	1,2
Subtotal	39,0	30	70,0	47	73,0	47,8	114,1	54,5	77,6	21,4	370,3
TOTAL	189,5	-	347,8	-	444,1	-	473,1	-	332,4	-	1.786,9

Fonte: Dados da pesquisa.

muito cedo, participam da mesma rotina dos adultos nos afazeres da casa e da roça e no trato dos animais. Os pais são os conselheiros para as ações mais importantes e podem juntar-se ao grupo, quando há maior necessidade de mão-de-obra.

Apesar de existir, no município, maior número de habitantes na área rural, as perspectivas de os integrantes das famílias dos produtores viverem da agropecuária perpassam as suas expectativas de vida cotidiana e chegam a influenciar a expectativa de futuro dos adultos. Apesar de todas as dificuldades, os produtores adultos ainda manifestam o gosto pelo trabalho na agricultura e pela criação de animais e o desejo de permanecer no campo. Para os entrevistados mais novos, o trabalho apenas para sobrevivência vai, aos poucos, tornando-se inadmissível. À medida que essa tendência se confirma, o produtor passa a contar com menos força e trabalho, principal capital do seu sistema produtivo.

4.2.1. Problemas de produção e comercialização de produtos agropecuários dos produtores da agricultura familiar

É preciso elucidar a contradição vigente, para que haja crescimento com equidade, a fim de contrapor ao modelo convencional concentrador e, por conseguinte, excludente.

A situação atual dos entrevistados envolve um conjunto de limitações e de poucas vantagens para manter o sistema produtivo. Além dos fatores inerentes à propriedade, dos meios materiais de produção, etc., há os meios externos que afetam, indiretamente, o processo produtivo.

Os principais problemas apresentados por 80 produtores entrevistados, em relação à produção e à comercialização, por ordem de importância, foram: a) preços baixos; b) dificuldade de crédito (financiamento); c) custo dos transportes; d) falta de união da classe produtora; e) preço dos insumos (adubos, sementes, etc.); f) dificuldade de armazenamento; g) dificuldade de beneficiamento e classificação; e h) falta de assistência técnica.

Ao serem questionados sobre o que fizeram para tentar resolver os problemas, prevaleceram as respostas contidas no Quadro 7.

Quadro 7 - Comportamento dos produtores das associações

Comportamento dos produtores	Boa Vista	Mato Dentro	Perobas	Buenos	Fração	Total
Diminuiu a produção	09 (17,60)	09 (17,60)	12 (23,50)	12 (23,50)	09 (17,60)	51 (100,0)
Passou a comprar e vender em comum	04 (11,43)	13 (37,14)	05 (14,29)	06 (17,14)	07 (20,00)	35 (100,0)
Passou a participar da associação	07 (36,84)	02 (10,50)	04 (21,05)	05 (26,30)	01 (5,30)	19 (100,0)
Mudou de produto	05 (27,80)	03 (16,70)	05 (27,80)	04 (22,20)	01 (5,60)	18 (100,0)
Passou a comprar em comum	02 (13,30)	04 (33,30)	01 (6,70)	04 (26,70)	03 (20,00)	15 (100,0)
Deixou de produzir	03 (20,00)	04 (26,70)	04 (26,70)	04 (26,70)	-	15 (100,0)
Procurou orientar-se melhor com os técn. extens.	-	07 (53,80)	-	06 (46,15)	-	13 (100,0)
Passou a vender em comum	-	-	03 (33,33)	06 (66,67)	-	09 (100,0)
Entrou para a cooperativa da região	01 (16,70)	02 (33,30)	02 (33,30)	01 (16,70)	-	06 (100,0)
Mudou para a cidade	-	01 (100,0)	-	-	-	-

Fonte: Dados da pesquisa.

Para os produtores entrevistados, sobreviver da atividade agropecuária está ficando cada vez mais difícil, em virtude da insegurança e da expectativa ano após ano, resultantes da falta de regras e de decisões sobre a política agrícola. Há um velho ditado na agropecuária que diz que “o produtor está precisando de crédito, e o governo, de credibilidade”.

Outro agravante relacionado com insegurança e com expectativa é que os riscos da agricultura jamais serão zerados, sendo necessário, segundo BARBOSA (1988), que, a cada etapa de ganho de renda, aumente-se, na etapa seguinte, a capacidade de o produtor assumir riscos, principalmente os da agricultura tradicional. Portanto, é necessário que se criem mecanismos estáveis que garantam que as regras não vão ser mudadas abruptamente.

Diante dos interesses e dos incentivos governamentais ou mercadológicos, os produtores adotam comportamentos diferentes, tais como os citados a seguir.

a) Se o preço do produto está em alta

Há incremento da área de plantio ou da criação por parte dos produtores tradicionais e não-tradicionais, o que aumenta a oferta. Há aumento da área de plantio e nem sempre da produtividade, o que aumenta o consumo de insumos (sementes, adubos, defensivos agrícolas, produtos veterinários, etc.). Segundo JAKUBASZKO (1992), quando a produção atinge ou ultrapassa a expectativa do mercado ou do governo (fomento), o preço mínimo deixa de ser mínimo e passa a ser máximo. Chegada a colheita ou chegado o abate, aqueles que trabalham com produto perecível, principalmente os que pegaram financiamento à mercê da lei da oferta e da procura, vendem o produto pelo preço que for possível, para não aumentar o prejuízo. Em tempos de inflação alta, essa sistemática se torna perversa, desestimulando a continuidade do negócio.

b) Preço do produto em baixa

Esta é a situação atual nesta época de Real. A primeira atitude dos produtores entrevistados foi a redução de área de plantio e a utilização de um mínimo indispensável de insumos de produção. Para JAKUBASZKO (1992), o preço mínimo do produto em baixa impede que o produtor consuma qualquer produto que possa aumentar a produtividade. Evidentemente, essa atitude está relacionada com produtores que adotam o sistema de produção tradicional, como os de Jacuí. Como exemplo, destaca-se a cultura do arroz, que atualmente está se tornando inviável para pequenos produtores, em razão do custo de produção e do preço final do produto. No entanto, os grandes rizicultores, de regiões aptas ao plantio, continuam plantando e tentando cada vez mais elevar a produtividade, para melhorar os rendimentos e continuar fornecendo o produto aos mercados consumidores.

É possível relacionar o primeiro item “preços baixos”, considerado como problemas de produção e comercialização, com a atitude de “diminuir a produção”. Segundo JAKUBASZKO (1992:54),

“no que diz respeito aos produtores rurais, é muito freqüente observarmos que seu hábito como consumidor de insumos se altera na mesma proporção que a

alta ou baixa do preço final do seu produto... Na alta... ele se revela grande consumidor, inclusive de produtos urbanos. Na baixa... reduz consumo...”.

No retorno do pesquisador à unidade de pesquisa, constatou-se que não houve apenas redução da área de plantio, mas também diminuição da adubação no plantio, com prática da subdosagem. Outros que utilizavam sementes de milho híbrido voltaram à variedade BR 106, que apresenta menor exigência de fertilidade do solo que os híbridos e menor custo, além da vantagem de ser retirada a semente da safra seguinte da mesma lavoura.

Em relação aos animais, bovinos, por exemplo, os preços atuais de animais vivos e abatidos têm desestimulado a melhoria da alimentação volumosa, agravando-se mais na parte de mineralização e concentrados, principalmente na bovinocultura de leite. O baixo rendimento do setor pecuário e o custo dos insumos têm contribuído para redução ou eliminação temporária de controle dos ecto e endoparasitas. No caso das vacinas, principalmente contra aftosa, pode ocorrer retorno de focos epidêmicos da doença.

Analisando-se a atitude do produtor, tem-se verificado que, na baixa do preço do produto, ele tende a adotar a mesma postura gerada pela recessão, ao reduzir o consumo (JAKUBASZKO, 1992). Porém, na recessão, a população urbana reduz gastos com os supérfluos, enquanto muitos produtores reduzem não apenas investimentos, mas despesas básicas à manutenção da sua atividade. Esse é o caso do associado da Associação do Mato Dentro, José Evaristo dos Santos, que planta 5 ha de café, 2,5 ha de banana, 1 ha de eucalipto, 4 ha de milho, 1 ha de arroz e possui 15 bovinos. Segundo ele, diante dos preços dos insumos, diminuiu a quantidade de adubo das culturas e o trato dos bovinos.

De acordo com DOSSA e CAUS (1995), o produtor tende a utilizar as tecnologias que são coerentes com a situação e com os seus objetivos do sistema de produção. Essa tendência está interligada a variáveis psicológicas, com forte conotação de razões e bases empíricas e, ocasionalmente, racionais, quase sempre influenciáveis por ordens culturais, regionais e, principalmente, por sexto sentido, de caráter pragmático.

A atitude do integrante da Associação de Buenos, Sr. Hélio Bueno da Fonseca, é bem expressiva em relação ao que se tem comentado:

“Eu diminuí um pouco a área e mudei o jeito de produzir porque conforme nós tem a associação aí tem jeito mais fácil e não é como era de primeiro. De primeiro não podia plantar muito porque não tinha maquinário, era arado de boi mas hoje tem o maquinário mas não está compensando a gente plantar, porque a gente planta e a sobra que tem não dá pra gente fazer a planta seguinte. O preço tá baixo”.

Do total de entrevistados, 57 ocupam-se da cafeicultura, com área média de 4,02 ha. Segundo o técnico da EMATER-MG de Jacuí, José Reinaldo da Silva, quando o preço do café está baixo, as safras futuras do parque cafeeiro do município ficam comprometidas. Para ele, quando o preço do produto cai, os produtores reduzem os cuidados com nutrição e controle fitossanitário (pragas e doenças) da cultura do café.

Com a redução de insumos básicos na condução de lavouras, a exemplo das perenes, nas safras seguintes as plantas subnutridas sofrem maior ataque de doenças e pragas, exigindo maiores gastos na recuperação destas, além de redução da produção. Assim, mesmo com a reação do preço do produto, o produtor, às vezes, não chega a usufruir dessa elevação, pois os gastos com a recuperação da lavoura chegam a ser maiores do que se tivessem sido mantidos os cuidados requeridos pela cultura. Quando há variações cíclicas de alta e baixa do produto, muitos produtores reduzem a área de plantio, arrancando as lavouras ou abandonando-as totalmente. Este último caso é comum, principalmente para aqueles que não contam com mão-de-obra familiar ou sistema de mutirão.

Certamente, o comportamento e as atitudes do produtor rural variam de acordo com a política vigente, com as regras do “jogo” e com as manipulações. Na visão dos produtores entrevistados, o preço baixo é o aspecto mais evidente, porque é um dos momentos que alguns produtores passam a avaliar, ainda que de maneira superficial, o fruto do seu trabalho, principalmente porque está relacionado com sua sobrevivência.

Normalmente, o produtor sabe de suas deficiências de produção, principalmente aqueles que não contam com recursos requeridos para as atividades agropecuárias de que se ocupam. Segundo relatório da EMATER-MG

^{matado}
(1995), o acompanhamento da safra de grãos no Estado de Minas Gerais confirma o resultado desta pesquisa, com referência ao segundo item de problemas - **difficuldade de crédito**, visto que os recursos do Crédito Rural (PRONAF) demoraram a ser aprovados e, quando o foram, os produtores tiveram de aguardar, pacientemente, a liberação. Embora os juros para os pequenos produtores tenham sido de 9% ao ano, muitos deles ficaram receosos de financiar a lavoura, em razão da influência dos preços dos insumos e do preço final do produto.

Os produtores estão envoltos em um conjunto de fatores restritivos, com poucas vantagens para conseguirem desenvolver-se dentro do seu sistema produtivo, além das peculiaridades locais. Para os produtores de Jacuí, os custos de produção poderiam ser menores, e a comercialização, melhor, se houvesse asfalto que ligasse o município a uma cidade vizinha, pelo menos. O **custo dos transportes** de insumos e da produção, em terceiro lugar na lista dos principais problemas, e o conseqüente isolamento do município são propícios aos especuladores, o que aumenta a lista dos fatores que limitam essa atividade.

BARBOSA (1988) acredita que a organização dos pequenos produtores é uma das formas mais viáveis de transição da agricultura tradicional para a moderna, sem que se eliminem as pequenas unidades de produção. Essa organização está relacionada com a **união da classe produtora**, que é incipiente e foi apontada como o quarto problema da produção e da comercialização. Essa união é viável, haja vista a manipulação das políticas agrícolas pelo governo e porque a agricultura, como setor primário da economia, caracteristicamente interage, a montante e a jusante, com mercados fortemente oligopolizados, a exemplo dos insumos básicos (quinto problema apontado pelos produtores: **preço dos insumos, adubos, sementes**, etc.), processamento e distribuição da produção, que são fatores que têm forte influência na determinação dos preços e, conseqüentemente, na viabilidade econômica das atividades agropecuárias.

Nesse aspecto de união, a associação dos produtores e a cooperativa são caminhos buscados pelos produtores para aumentar as possibilidades de obter alguma ajuda na solução de seus problemas.

O sexto e o sétimo problema - **difficuldade de armazenamento, beneficiamento e classificação**, respectivamente, têm na união da classe um dos principais canais de viabilidade, porque os custos, principalmente os de operação de um armazém individual para cada agricultor, são maiores que os de um armazém cooperativo. As Associações Comunitárias de Frazão e de Mato Dentro possuem armazém comunitário, construído na época do MG-II. Em Mato Dentro, o armazém foi mais utilizado durante o período de produção do milho-semente BR 106 e, atualmente, serve para abrigar o milho, que é matéria-prima da fábrica de farinha de milho instalada na comunidade. Em Frazão, o armazém serve para guardar ferramentas, sacarias, implementos, etc., mas, comumente, os armazéns das duas unidades têm ficado ociosos, quando se trata da armazenagem da produção dos associados. Outro detalhe é que os armazéns não respondem às necessidades dos produtores com relação à segurança do produto armazenado e à capacidade de suporte, e mercadorias mais valiosas, na visão dos associados, ficam muito vulneráveis.

Quanto ao armazenamento do café, os associados contam com a estrutura física da Cooperativa dos Cafeicultores de São Sebastião do Paraíso (Cooparaíso). Os não-associados da cooperativa o guardam em casa, pois temem que, no dia seguinte, o produto não mais esteja no mesmo lugar. Para muitos produtores, a colocação de produtos apurados, de fácil liquidez, no mercado, em lugar onde não há guarda, implica “dormir com a pulga atrás da orelha”. Tornar-se sócio da Cooparaíso, para tornar viável o “armazenamento”, é possível para alguns, enquanto para outros, não. Para os que não acham o processo viável, a justificativa é de que a produção é muito pequena, razão por que é deixada em casa; entretanto, outros acham vantajoso guardá-lo na cooperativa, para formar lotes maiores com outros cafés e melhorar a comercialização do produto para ele e para a cooperativa.

A reação da maioria dos produtores foi reduzir a área (produção), atitude resultante do primeiro impacto, principalmente na hora de compra dos insumos (adubos, sementes, químicos, etc.), até que se encontrem alternativas para minimizar o problema. Para aqueles que já estão com idade avançada e não

contam com os filhos como força de trabalho, há elevado grau de dificuldade de manutenção da atividade. Esse é o caso do associado da Associação de Buenos, Geraldo Rosa Bueno, que tem apenas um filho que mora fora do município e não depende da renda familiar. Até sua esposa, Aparecida da Conceição Bueno, de 60 anos, entrou para a associação e é responsável pela contabilidade do trator comunitário. Ela conta que: *“Nunca usamos de mutirão, mas meu marido disse que este ano vai fazer para colher o milho porque uma pessoa só é difícil né! O preço do milho tá baixo. Tendo que pagar tudo, fica difícil. Mas vamos indo, vamos vivendo assim”*.

As eventuais deficiências de mão-de-obra são supridas por mecanismos específicos, como venda de excedentes de força de trabalho de alguns produtores e familiares, objetivando o aumento da renda. Tradicionalmente, o mutirão é utilizado para minorar deficiências de mão-de-obra, em casos de doenças ou morte, principalmente do chefe de família, ou quando um companheiro se ausentar, por motivo de viagem.

Nas circunstâncias atuais, como ilustra o caso da Dona Aparecida e do Sr. Geraldo Rosa Bueno, o mutirão está se tornando uma necessidade. Diferente de quando é feito por motivos tradicionais, tende a se intensificar, em razão da necessidade de reduzir riscos e custos de produção, diante dos baixos preços dos produtos primários dos quais os produtores se ocupam.

Assim, a combinação de interesses é denominada “digitório”, “arrego”, “breganha de dia”, “troca e dia”, “troca de serviço” e, comumente, mutirão. Nesse sentido, não se tem, basicamente, o dinheiro como valor de referência. Essa forma de ação ocorre mais entre vizinhos com certo grau de parentesco e, com frequência, entre os membros das associações comunitárias. Ocorre, também, no caso em que o presidente da Associação de Pequenos Produtores Rurais requeira uma compensação pelo tempo em que fica ausente de suas atividades produtivas para resolver problemas do grupo. O depoimento transcrito abaixo, do Presidente da Associação de Pequenos Produtores Rurais de Boa Vista, evidencia os aspectos do parentesco e a essência desse tipo de ação:

“Esse mutirão que a gente fazia e que continua fazendo igual você está vendo aqui hoje, era quando uma pessoa tava apertada de serviço ou as vezes por

motivo de alguma doença e tinha um café para colher ou as vezes um pasto para roçar, marcava um mutirão aí, e chamava aí umas 15 pessoas, as vezes juntava até mais e garrava lá num dia e fazia todo serviço dele e ficava pronto né! Era uma ajuda. **Já o mutirão de hoje é no sentido de troca de serviço**, aí tem... nós estamos panhando café aqui pro Antônio de Lima **que inclusive é meu tio** e pega o café dele para panhar e eu também **tenho uma moitinha de café** para panhar e é mais ou menos parte igual. Tem o João aí conhecido por João Custódio que tem outra parte. O irmão dele tem café mas ele não é da associação nossa, de produtores, mas ele faz parte do mutirão. Nós panhamos para um e para outro e a hora que chega **no final da colheita aquele que tem mais serviço** feito, um serviço aí que dá os dias total a pessoa **paga a diferença de dias que passou** de diferença da área da maioria. Agora se for as áreas tudo mais ou menos igual fica um pelo outro” (grifo nosso).

A diferença de dias, na maioria das vezes, é paga com produtos agrícolas ou fica “em haver”, conforme combinado, para eventual necessidade futura.

A força do elemento lúdico no comportamento dos produtores é fator que deve ser levado em conta, em razão do espaço que ocupa na dinâmica do mutirão. Isso pode ser constatado, na comunidade de Boa Vista, pelo entusiasmo com que planejam os encontros do mutirão e combinam, entre eles, o alimento, a água, os utensílios e as ferramentas a serem usados e até a previsão de duração do trabalho solidário. A alegria do encontro é manifestada pelos cumprimentos e pelas brincadeiras, ao chegarem ao local de trabalho. O clima de euforia reinante durante o trabalho é expresso pelos trocadilhos e gracejos e pelas conversas animadas enquanto “derriçam” o café nos panos colocados embaixo dos pés de café. O lúdico é um dos elementos motrizes da participação dos produtores nos mutirões. A alegria de partilhar trabalho, idéias, alegria, angústias e necessidades, bem como a sensação de ser ajudado, é compensação imediata desde os primeiros contatos no mutirão.

Ozório revela o sentido do mutirão, evidenciando a necessidade de comunicação do homem rural e o repúdio ao isolamento:

“Nós valoriza muito o mutirão. Ele tem muito sentido para nós porque uma pessoa trabalhando sozinha, essa pessoa, ela pensa mais não fala. Se ele falar também ninguém tá ouvindo. Aqui, através do mutirão é... nós estamos em quatro, mais quatro, oito pessoas. Um fala o outro escuta aquele, e o outro já põe sentido na conversa dele e já dá resposta. Pode até surgir negócio bom, muitas idéias boas. As informações chegam mais rápidas e pode resolver muita coisa num dia só. Inclusive quando uma pessoa tá assim de bom humor. Agora se ele tiver assim de um mau humor, meio nervoso - se ele tiver nervoso, através dos outros ele vai chegando no lugar e ele fica bonzinho, rá rá... Mas é

bom mesmo. Nas condições nossas, pequenos produtores, através de mutirão, do diálogo, reúne mais as pessoas, dá mais idéia, dá mais sentido”.

Com esse significado, o “mutirão” assume uma posição conveniente de satisfação de muitas necessidades e desejos lícitos que reduzem as dificuldades de sobrevivência. A afetividade é fundamental para esse tipo de desempenho material, aliada a interesses intelectuais, recreativos e, até mesmo, terapêuticos, sobretudo porque contribui para fortalecer o sentimento humano. Outro aspecto é que os assuntos discutidos na associação são debatidos novamente durante as ações do mutirão, de maneira mais profunda e espontânea.

Diante das dificuldades e da redução da produção, os produtores chegam a um mínimo indispensável à sua sobrevivência. Em alguns casos, o preço do produto é tão limitante que eles evitam plantar até mesmo para consumo. É o caso do arroz, cujos custos de produção são mais elevados do que o preço do produto no mercado, de tal forma que, normalmente, são os grandes produtores, com grandes áreas e tecnologia adequada, que têm maior possibilidade de dar continuidade à cultura. Há dois pontos de vista que dificultam o plantio de arroz. O primeiro, segundo o produtor da Associação de Buenos, Daniel Vidigal, é que

“o produtor não tem como se enganar com a cultura do arroz. Se ele plantar gastando adubo, semente, mão-de-obra, nas nossas condições, só a mão-de-obra da colheita fica mais cara que o valor arrecadado com a venda do produto no mercado. Para conseguir plantar só se não usar nenhum adubo e ele mesmo colher. E o prejuízo pode ser ainda maior se as chuvas não vierem na hora certa. Melhor comprar então!...”.

O segundo, para outros produtores de arroz das associações, é que nem sempre o problema é o preço da semente, do adubo ou da colheita, visto que, segundo eles, “semente a gente guarda de um ano para outro ou pega de um companheiro, o adubo pode até não usar e a mão-de-obra a gente reúne companheiros”. Um dos problemas é que a desistência do plantio é resultante do fato de existirem opções mais rentáveis. Numa roça isolada, há maior ataque de pássaros, que comem as sementes no plantio e atacam as que sobreviverem, na colheita. Além disso, com a queda da quantidade de arroz a ser limpo, as máquinas de beneficiamento ficam paradas e acabam fechando.

A compra e a venda em comum, adotadas por alguns produtores, conforme Quadro 7, têm influência do trabalho da EMATER-MG, de Jacuí, e da Cooparaíso. Destaca-se a Associação de Mato Dentro, em que, dos 18 entrevistados, 14 afirmaram que compram e vendem em comum, enquanto quatro apenas compram em comum. Muitos dos elementos que participaram do projeto de produção do milho-semente e do confinamento comunitário desenvolveram habilidades de compra e venda do milho e de animais, ao lidarem, diretamente, com avaliadores e compradores.

Verificou-se que essa prática ocorre dentro do grupo, com envolvimento de parceiros que têm afinidade e confiança entre si, sendo mais freqüente entre parentes e, nos casos de compras na cooperativa local, entre não-associados, em nome de um titular sócio. Muitos dos associados se unem aos não-associados pelos mesmos motivos, extrapolando os limites da associação. Somente em alguns casos, a compra e a venda envolveram, praticamente, todos os elementos do grupo, implicando maiores benefícios. Essa união de pequenos grupos dentro da associação é funcional, levando-se em consideração a heterogeneidade do grupo, que combina necessidades, potencialidades e, sobretudo, vantagens comparativas de se juntar a este ou àquele companheiro da associação.

Em geral, os produtores são bons comerciantes que negociam, ano após ano, uma quantidade expressiva de produtos, garantindo, às vezes, o que virá a ser o pecúlio da família. Segundo RIBEIRO (1994), quando essa habilidade de negociação é requerida para uso coletivo, ela não se manifesta, a exemplo de quando a associação negocia condições, prazos e produtos.

As práticas privadas permanecem no domínio da família e da propriedade familiar, sem romper seus limites, assim como a gestão e as normas privadas de negociação não se transferem para o público, porque o objeto da ação é diferente. Assim, normalmente, as dificuldades são manifestadas na gestão e na negociação e envolvem outros aspectos, tais como previsão de gastos com a família e com a produção, confiança em quem vai fazer a tramitação no grupo, etc.

Para alguns produtores, o momento da compra deve ser individualizado, porque ele vai escolher o que lhe apraz no momento que desejar, e pode até comprar mais ou menos, ou até mesmo nada, dependendo da circunstância que antecede o momento de, por exemplo, serem lançados semente e adubo no chão. Outro aspecto é que, ao tornar-se freguês de determinado fornecedor tradicional, o produtor não estará apenas comprando os produtos, mas “comprando crédito”, o que, nos momentos mais difíceis, pode resultar na compra a prazo, o que faz a diferença.

Um grupo de produtores admitiu ser mais fácil comprar em comum do que vender. Para Antônio Clarete, da Associação de Mato Dentro,

“se as pessoas têm confiança nas outras, comprar em comum pode dar mais certo porque normalmente a gente compra mais ou menos na mesma época aí pega um preço melhor. Mas têm aqueles que não tem dinheiro e prefere comprar a prazo... Agora, vender é mais difícil. Do jeito nosso, nem sempre a gente quer vender tudo e as vezes prefere ter o produto que o dinheiro. Se for coisa da associação, assim, da roça comunitária aí a gente quer vender tudo!”.

Em relação à venda em comum, segundo o presidente da unidade da Cooparaíso de Jacuí, Valter Abrão,

“o ano passado nós fizemos a venda do milho da associação. Eles produziram e a gente encontrou um comprador idôneo para eles. Foi para a associação de Perobas. A de Buenos não quis, comercializar junto e acabou vendendo mais barato. Não que nós trabalhamos com milho mas se tiverem o lote formado, a gente procura comprador”.

O técnico da EMATER-MG, José Reinaldo da Silva, acha que a dificuldade está, exatamente, na formação de lotes homogêneos para venda em comum dos produtos, em razão da quantidade e da qualidade do produto a ser vendido. Para ele,

“o produtor solitário, às vezes a sobra dele é tão pouca que o inibe de alugar um transporte, conseguir uma venda melhor. A comercialização em grupo seria o ideal e que resolveria esta situação. Mas só pelo que eu vejo de maneira particular a qualidade de um mesmo produto não confere. É muito desuniforme então por isso aí é difícil esta venda conjunta. Uns levariam vantagem e outros desvantagens. Mas o primeiro que enxerga isso é ele - o produtor”.

A extensão oficial (EMATER-MG), de Jacuí, tem tentado trabalhar os aspectos de compra e venda em comum dos principais insumos agropecuários,

como adubos, sementes, e produtos. O trabalho tem sido feito com base em diálogo e palestras, e por ocasião da utilização dos recursos coletivos adquiridos por intermédio de projetos e programas oriundos do governo do estado, secretarias, instituições governamentais e não-governamentais. Uma das experiências de compra em comum ocorreu em 1992, com recursos da LBA, para aquisição de adubos e sementes, visando à montagem de microunidades produtivas (MUP'S) de milho. Em reunião com os produtores, decidiu-se realizar uma concorrência aberta com todos os fornecedores dos produtos, incluindo-se a própria Cooparaíso, que, para não perder a venda, propiciou redução significativa em seus preços normais. No caso da fruticultura, a Cooparaíso tem estimulado a venda em comum, por exemplo, do figo semi-processado e embalado em latas de 20 kg, conferindo valor agregado ao produto e melhorando a condição de comercialização.

Essas e outras ações podem contribuir, segundo FONSECA (1992), para aumentar o poder de barganha e motivar a compra em comum, uma vez demonstrada a eficácia do processo na prática. Os trabalhos de motivação e demonstração de viabilidade da compra em comum podem alcançar resultados no curto, médio ou no longo prazo. Os produtores adquirem, filtram, analisam e armazenam conhecimentos, que são utilizados à medida que apresentam vantagens comparativas, considerando-se a "equifinalidade". As dificuldades dos produtores em produzir e comercializar são inúmeras, principalmente pela falta de condições financeiras de adotar tecnologias, visto que trabalham, normalmente, com baixas produtividades e elevado custo de produção. Como consequência, obtêm um produto final mais caro e depreciado, por serem eles heterogêneos e diferentes do padrão exigido pelo mercado.

Assim, pode se inferir que, pelo menos em parte, a dificuldade de vender e comprar em comum é uma imposição do próprio nível de renda dos produtores. Geralmente, o excedente de mercadorias é mínimo, e a renda familiar é quase toda em produtos para o sustento familiar. Não obstante, convém ressaltar a dificuldade de muitos produtores em lidar com formas de capital físico ou monetário, que são distintas daquelas manipuladas no cotidiano do produtor

vai fazer e acredita no sucesso. Agora aqui em Jacuí eles estão acostumados com culturas como o milho”.

Para esse produtor, na cultura tradicional de milho, fazem-se uma cobertura e uma capina e volta-se a colher, sem problemas de doenças, enquanto a fruticultura exige dedicação diária, para que haja qualidade, dada a maior exigência de mercado.

O produtor tem consciência de que o figo, a R\$ 1,30/kg, tem maior rendimento que o café e requer menos trabalho; no entanto, para ser implementada nova lavoura, os recursos são escassos. Segundo eles, deveria existir linha de crédito mais disponível para o pequeno produtor.

Dos entrevistados, 18,52% (15) deixaram de produzir, dentre os quais, os que plantavam hortaliças, como tomate, vagem, arroz, feijão, e os que passaram a produzir estritamente para o consumo, preocupando-se mais em vender a força de trabalho, aumentada pela decisão de não produzir.

No sétimo item, “procurou-se orientar melhor com os técnicos extensionistas”, houve participação de 16,05% (13) dos entrevistados, sendo sete da Associação do Mato Dentro, e seis, de Buenos. Essas orientações foram sobre alternativas de produção, tendência de mercado, novas culturas e aptidão climática, índices de produtividade e variações cíclicas dos preços dos produtos agropecuários.

O nono item, “entrou para a cooperativa da região”, ocorreu para seis entrevistados; dois da Associação do Mato Dentro, dois de Perobas, um de Buenos e um de Boa Vista. As vantagens e desvantagens do cooperativismo formal serão vistas no item específico da percepção dos produtores sobre a Cooperaíso.

Finalmente, o décimo item, “mudou para a cidade”, foi adotado por um produtor da Associação do Mato Dentro. Em muitos casos, é o ponto final do homem do campo e o início de outra etapa na lógica do capital. Essa atitude de mudança radical é visualizada por outros produtores, que, apesar de tudo, ainda preferem permanecer na zona rural, por vários motivos: “não sabem fazer outra coisa melhor do que o que já fazem nas suas propriedades”; “acham difícil

recomeçar, em razão da idade”; “a sede do município não oferece atrativos”, etc. É notório que a força de trabalho a ser ofertada ao município e às vizinhanças tende a ser utilizada principalmente nas lavouras de café, com vistas ao complemento da renda familiar. Segundo alguns produtores, para quem consegue manter os filhos e parentes unidos nas atividades agropecuárias, constituindo-se mão-de-obra familiar, as pequenas áreas ainda são viáveis. No entanto, para quem tem de pagar R\$ 6,00 de mão-de-obra, ou R\$ 8,00 por dia de serviço, para no final colher, por exemplo, milho e receber a quantia de R\$ 6,00 a R\$ 7,00 pela saca de 60 kg, o prejuízo é certo. Segundo Joaquim Evaristo, é melhor não plantar e trabalhar como diarista, visto que se ganha de terceiros bem mais do que seis a oito reais na colheita de lavouras de café, ou em qualquer outra atividade. Esse é o caso do produtor rural da Associação de Mato Dentro, Jorge Donizete, pai de quatro filhos, o qual passou a trabalhar para outros, alegando que não adianta assistência técnica, se as condições do tempo são variáveis, o que aumenta os riscos de produção, além de a alta dos preços para produção e de a baixa para venda deixá-lo “desacossado”.

A natureza das necessidades é modificada, perdendo o caráter estritamente natural, tornando-os produtos da sociedade. Essas modificações estão relacionadas com organização social do trabalho em si, para o processo de criação de valor necessário à sobrevivência. Desse processo gera disponibilidade de força de trabalho excedente, numa relação social tipicamente coercitiva, ou não, com o capital, ou criação de matéria-prima pelo processo de trabalho, o qual irá constituir valores de uso para o capital, à medida que sejam portadores de valor de troca. Nessa relação é preciso observar sempre o comportamento da natureza, que é, simultaneamente, uma aliada e uma inimiga, além das questões políticas e econômicas que repercutem, direta e indiretamente, naquilo que é feito ou pretende sê-lo.

Os pequenos produtores de Jacuí, como os de outros municípios, estão atônitos nessa época de vigência da moeda nacional - o Real, e, coincidentemente, de abertura de mercado e globalização da economia. Há produtores que têm entendido a mensagem de competitividade e a conseqüente

necessidade de reagir diante da realidade que se apresenta. Para o associado da Associação do Mato Dentro, Adalberto Batista de Souza, “os pequenos produtores têm que unir as forças em tudo que for possível seja para compra e venda de produtos, reivindicações etc. e sobretudo tecnificar mais as atividades sob pena de ser excluído do processo de trabalho produtivo”.

Essa necessidade de unir forças revela a existência de contradições no modelo convencional de desenvolvimento agropecuário adotado, as quais, segundo Lacki, 1996, se agravaram nos últimos anos, em razão do neoliberalismo econômico, que contribuiu para reduzir ainda mais os já escassos recursos e serviços que o estado vinha destinando ao desenvolvimento do setor agropecuário, e porque o referido modelo é forte, coercitivo e, às vezes, desnecessariamente dependente de fatores de alto custo e externos às propriedades rurais, tais como decisões do governo, créditos, fertilizantes, defensivos, máquinas, subsídios, e garantias oficiais de preços e de comercialização, acessíveis somente à minoria dos agricultores.

4.3. Percepção dos produtores rurais, das cinco associações de produtores, sobre os métodos de intervenções da EMATER-MG e da Cooparaíso

“É preciso não olvidar que, se nós, intelectuais do desenvolvimento de comunidade, servimos historicamente como elemento de intermediação das classes dominantes junto às “comunidades”, é-nos ainda possível redefinir nosso posicionamento, passando a desenvolver uma reflexão e ação crítica junto às categorias e frações das classes dominadas com vista à conquista de sua hegemonia no interior do bloco histórico” (AMMANN, 1992:199).

Nesta década de 90, vive-se uma onda desenvolvimentista com crescente popularidade do enfoque participativo, sendo apresentado, segundo PINHEIRO (1995), até como novo paradigma, em termos de valores, conceitos, idéias e métodos. Convém ressaltar que essa onda, basicamente, é a reprodução de uma tipologia de extensão rural americana do desenvolvimento de comunidades, introduzida no Brasil desde a década de 40 e que, após retrocessos e avanços, ainda persiste, justificada pela defesa daqueles tidos como os mais fracos, principalmente os pequenos produtores rurais.

Atualmente, as instituições extensionistas, a exemplo da EMATER-MG e da Cooparaíso, vêm tentando se adaptar às grandes transformações na economia, e vários setores da sociedade são forçados a buscar eficiência e competitividade, sob pena de serem excluídos do processo de transformação e crescimento. É preciso estar atento à evolução das forças produtivas e das relações de produção, intrínseca ao mercado atual predominante. É nesse sentido que CAPORAL (1991) afirma que é necessário compreender a realidade dos anos 90, como base para a redescoberta de caminhos para a extensão rural.

Essa redescoberta de caminhos é um grande desafio, como também o estreitamento da relação com os produtores, com vistas em reduzir as indiferenças e tornar compatível as ações com a realidade daqueles que lidam com a agropecuária, público da extensão. Por certo, no processo competitivo dos diversos segmentos, o setor agropecuário não tem recebido atenção necessária, permanecendo subordinado a fatores de estímulos importantes externos às propriedades e às comunidades rurais, como crédito e respectivas taxas de juros e de câmbio, pesquisa tecnológica, infra-estrutura de produção, armazenagem e comercialização e a própria difusão de tecnologias no meio rural. Raramente, os produtores têm se beneficiado diretamente desses estímulos, visto que ocorrem, freqüentemente, de forma marginal, ou quando os interesses coincidem com os dos grandes grupos hegemônicos da economia capitalista vigente. Essas são algumas evidências expressivas da profunda contradição do setor agropecuário brasileiro concentrador, que exclui os pequenos agricultores e inibe a ruptura da fase de subsistência, tida como tradicional, para uma moderna, com regras claras que venham a propiciar um crescimento com igualdade.

Em relação à pesquisa tecnológica e ao extensionista, tem-se verificado um processo verticalizado que, às vezes, não propicia a este últimas condições de questionar o conteúdo das inovações pesquisadas. Conseqüentemente, essa interação “unidirecional” prolonga-se no relacionamento do extensionista com o produtor rural, justificando a concepção da teoria de aprendizagem behaviorista de estímulo, resposta e recompensa, a qual sempre privilegiou a metodologia de assistência individual pela eficiência persuasiva.

Os produtores rurais de Jacuí têm recebido assistência técnica de diversas instituições governamentais e não-governamentais, localizadas dentro e fora do município. Dos 80 produtores entrevistados, conforme Quadro 8, todos receberam assistência técnica da EMATER-MG; 50, da Cooparaíso; 47, dos vizinhos; quatro, dos vendedores de produtos agropecuários; e quatro, da Cooxupé (Cooperativa dos Cafeicultores de Guaxupé), em Guaxupé-MG. Em relação à metodologia e ao método de extensão rural, em Jacuí, as melhores contribuições da extensão rural, na preferência dos entrevistados, por ordem de importância, têm sido visita individual à propriedade; assistência aos grupos por intermédio da associação (reunião); visitas a outra unidade, para verificarem o processo; atendimento individual no escritório; dia de campo; e unidade demonstrativa.

Quadro 8 - Assistência técnica recebida pelos produtores rurais das associações comunitárias de Jacuí

Associações	Boa Vista	Mato Dentro	Perobas	Buenos	Frazão	Total
EMATER-MG	13 (7,0)	18 (9,6)	16 (8,6)	22 (11,8)	11 (5,9)	80 (42,8)
Cooparaíso	6 (3,2)	14 (7,5)	9 (4,8)	11 (5,9)	10 (5,3)	50 (26,7)
Cooxupé	2 (1,1)	-	1 (0,5)	-	1 (0,5)	4 (2,1)
Vendedores	-	2 (1,1)	2 (1,1)	-	2 (1,1)	6 (3,2)
Vizinhos	6 (3,2)	13 (7,0)	10 (5,3)	10 (5,3)	8 (4,3)	47 (25,1)
TOTAL	27 (14,4)	47 (25,1)	38 (20,3)	43 (23,0)	32 (17,1)	187 (100,0)

Fonte: Dados da pesquisa.

4.3.1. Visita técnica, assistência coletiva por intermédio da associação, excursão, dia de campo na unidade demonstrativa e atendimento de demanda no escritório

Segundo D'ALENCAR e SILVEIRA (1989:8-9), “a visita é o contato do extensionista com a empresa agrícola”, quando a presença do técnico no imóvel rural não propicia nenhuma contribuição à família, visto que ele conhece apenas a área e desconhece os viventes. Assim, a combinação de estrutura física, insumos e objeto (produtor) pode resultar em adoção considerada como um resultado alcançado por instituições extensionistas que se enquadram na abordagem convencional de natureza tutorial, que visa introduzir idéias preestabelecidas sem participação do indivíduo, alvo da ação.

A assistência individual, que aparece em primeiro lugar (visita à propriedade), foi dada a 80% dos entrevistados e é tida como a mais adequada, principalmente por favorecer o encontro entre produtor, técnico e área da propriedade, para resolução do problema. Para o presidente da Associação de Perobas, Messias José de Souza, *“todo tipo de assistência técnica é boa mas eu acho que individual é melhor porque você tem mais liberdade com a pessoa de conversar de escutar e as vezes na associação sai muito assunto e nem sempre é de interesse”*.

Vê-se, claramente, que o produtor clama por objetividade; quer ser atendido dentro daquilo que lhe interessa. Quando afirma que na associação sai assunto que “nem sempre é de seu interesse”, está evidenciando que, no trabalho com grupo (assistência coletiva), é importante evitar o reducionismo convencional, que trabalha, entre outros, dentro do pressuposto de que são pequenos produtores, estão numa comunidade tida como um sistema social homogêneo, têm os mesmos interesses, trabalham com produtos iguais e têm problemas tecnológicos similares.

Constatou-se que 97% dos entrevistados receberam assistência técnica coletiva em reuniões do grupo, durante o mês de maio de 1996, de uma, de outra ou de ambas as instituições interventoras (Cooparaíso e EMATER), com discussões e informações técnicas sobre defensivos agrícolas, principais culturas

da região e programação antecipada da produção. No entanto, apenas 29,1% admitiram ter recebido assistência técnica coletiva, o que levou o pesquisador a questionar a compreensão dos produtores do que é assistência técnica e o porquê de 70,9% dos entrevistados não admitirem ter recebido assistência coletiva, apesar de a terem recebido.

Segundo Aurélio, “assistência” refere-se ao ato de assistir, cujo significado é “estar presente”, “auxiliar”. Ainda que muito usual no cotidiano dos extensionistas, ficou evidente que os produtores têm dificuldade de caracterizar o termo “assistência técnica”, ou melhor, têm definição peculiar justificada pela tendência de o público rural partir do concreto para o abstrato.

Para 20% dos produtores entrevistados, não basta estar presente, é preciso prestar auxílio, para que se configure uma assistência técnica. Assim, esta é caracterizada quando o produtor, ao tentar solucionar um problema, recebe apoio do técnico, para que juntos encontrem a solução. É admissível caracterizar a assistência técnica nos casos em que a informação do técnico é passada por telefone, escrita ou verbal, com base no conhecimento da realidade do produtor, para que o problema seja resolvido com sucesso.

Finalmente, os produtores que receberam assistência técnica coletiva (70,9%), e não admitiram tê-la recebido, revelaram diferenciação entre discussão de aspectos técnicos para elaboração e aprovação de projetos para a comunidade e assistência específica na propriedade, enfatizando que, mesmo que os projetos sejam elaborados e aprovados, não se trata de assistência técnica. Como exemplo real, têm-se que um técnico da EMATER-MG, ao objetivar atender aos anseios da comunidade de Boa Vista, realizou reuniões, discussões e, por fim, elaborou um projeto que foi aprovado, propiciando a aquisição de um trator agrícola, um centro social e uma máquina de beneficiar feijão. Dos associados da Boa Vista, pelo menos dois responderam que não receberam nenhuma assistência técnica coletiva da referida empresa. Mesmo que o técnico tenha conseguido algo que veio a facilitar a vida do agricultor, como trator para arar a terra e máquina de “bater” feijão, a atitude do técnico é tida como ajuda para conseguir objetos ou incentivo, mas não assistência técnica. Em outra situação, por ocasião do plantio

de roça comunitária na comunidade de Buenos, o técnico esteve na área de plantio e orientou-os na implementação da lavoura, regulando a máquina para melhor distribuição do número de sementes por metro linear e quantidade de adubo; nesse caso, para alguns produtores, ele prestou assistência técnica à associação. Para confirmação dessa evidência, no dia seguinte, a equipe de pesquisa visitou produtores da comunidade de Buenos, responsáveis pela roça comunitária, questionando se receberam assistência técnica da EMATER no dia anterior. Alguns produtores afirmaram que não a receberam, enfatizando que, no dia anterior, o técnico havia se ocupado em dar assistência à associação, na roça onde eles se encontravam. Para eles, uma coisa é a associação; outra é a sua propriedade, visto que, segundo JAKUBASZKO (1992:41), “a necessidade de onipotência é uma constante no cotidiano do produtor rural e se reflete no comportamento de todos eles”.

No caso de assistência coletiva, quando se reuniam para debater determinado assunto, constatou-se diferenciada concepção do que pode vir a ser aceito como assistência técnica. Para alguns dos produtores que responderam aos questionários e afirmaram não ter recebido assistência técnica coletiva, assistência técnica implica a coincidência de informações com a necessidade destas na propriedade. Certamente, isto não ocorre para todos ao mesmo tempo; em muitos casos, se o produtor recebe assistência coletiva e incorpora o que for de seu interesse ao seu conhecimento, ele não atribui ao técnico a autoria da informação técnica, passando esta a fazer parte do seu processo de construção do conhecimento. Se a orientação é passada pelo técnico para grupos de produção de determinado produto, a exemplo de cafeicultores interessados em combater a doença chamada ferrugem do cafeeiro, e eles resolvem comprar determinado produto químico que se mostrou eficiente, então esta configura uma assistência técnica de grande importância, a qual aumenta a credibilidade no técnico.

Verifica-se que, para alguns produtores, a assistência técnica deve ter quatro momentos, para que seja consolidada: no ato de receber a informação do profissional; no julgamento da possibilidade de aplicação e convencimento do sucesso; na aplicação; e na constatação do resultado. Consolidada a assistência, o

produtor socializa a contribuição para solução do problema, ao mesmo tempo que valoriza a contribuição do técnico (instituição).

Constata-se, ainda, que os técnicos da Cooparaíso e da EMATER consideram assistência técnica como todo relacionamento com os produtores durante o horário de trabalho ou fora dele. Para eles, esta é qualquer informação direta ou indireta, transmitida ao produtor de forma verbal, escrita, demonstrativa ou de efeito multiplicador (exemplo da socialização entre vizinhos), sobre agropecuária, organização social, bem-estar social, enfim, assuntos de interesse do público, independente da metodologia.

Diante da compreensão de produtores e dos técnicos locais sobre o que é assistência técnica, contactaram-se funcionários que foram contratados pelo IBGE para realizar o censo agropecuário do Estado de Minas Gerais, para saber como são colhidos os dados sobre assistência técnica na zona rural. No questionário do IBGE, foi questionado aos entrevistados se receberam assistência técnica e de quem, embora a questão não resgate o trabalho das instituições de ATER, principalmente com relação à extensão rural, organização comunitária, grupos de produção e outros. Isto evidencia a necessidade de a Extensão Rural de Minas Gerais trabalhar a questão dos indicadores de resultados e, evidentemente, a maior satisfação dos produtores rurais, seus clientes.

Do total de entrevistados, 57 (70,4%) ocupam-se da cafeicultura; destes, 37 (64,91%) são associados da Cooparaíso, que prioriza o atendimento aos seus cooperados, sem, contudo, deixar de atender, na medida do possível, aos outros produtores. Segundo o técnico agrícola da Cooparaíso, único lotado na unidade,

“eu chego a atender associado da associação que não é cooperado, mas o principal é o associado que é cooperado da Cooparaíso. Só faço visita quando estou ocioso mas, num município como Jacuí são poucos técnicos para muita gente então a gente não fica ocioso. Então o tempo todo é tomado com demanda. Aos que são atendidos a gente visa mais o café mas atende também milho, arroz, feijão, tudo que o produtor tiver na propriedade” (Honorato Ribeiro dos Reis).

A extensão oficial em Jacuí (EMATER) conta com um engenheiro-agrônomo, Guilherme Garcia Rangel, e um técnico agrícola, José Reinaldo da

Silva. O primeiro atende ao município satélite de Bom Jesus da Penha, que faz divisa com Jacuí, uma vez por semana, enquanto o segundo o atende duas vezes por semana. Dos 27,5% entrevistados que apontaram a falta de assistência técnica como um dos problemas na produção e na comercialização, o Sr. Antonio Carlos de Souza (Toninho Paulista), da comunidade Perobas, disse que

“os técnicos da EMATER e da Cooparaíso estão em falta com a assistência no município. Esse negócio do técnico da EMATER ficar dando assistência em Bom Jesus da Penha e Jacuí acaba não cumprindo bem o serviço nem aqui nem lá. O tempo que eles gastam nas estradas de lá para cá e daqui para lá é grande e sobra pouco tempo para muita gente a ser atendida. Da Cooparaíso então nem se fala mesmo. Eles estão sempre ocupados. Eu acho que esses técnicos precisava fazer umas coisas práticas... Pequeno produtor tem que aproveitar cada espaço do seu terreno ao máximo. Tem que ser melhor, mais eficiente. Mas precisamos de assistência técnica de qualidade”.

Para o técnico agrícola da EMATER, José Reinaldo da Silva,

“nem lá nem aqui a gente consegue ser bem objetivo. Eu tenho comigo aquela ânsia de ser objetivo de resolver as coisas e não ficarem dentro daquele termo que se diz - ficar empurrando com a barriga e fazer as pessoas esperarem. Tá acontecendo lá em Bom Jesus assim e em Jacuí e eu estou com o tempo dividido na proporção de 60% do tempo aqui em Jacuí e 40% em Bom Jesus da Penha”.

Segundo 80% dos produtores entrevistados, ao prestarem assistência técnica, os extensionistas ouvem e são ouvidos; 12% falam muito e escutam pouco; 5% escutam bem e falam pouco; e 3% dizem tudo que acham que está errado.

Segundo FIGUEIREDO (1984:22), “um aspecto da ideologia extensionista tem sido o de perceber a adoção de novas tecnologias como um simples processo psicológico, essencialmente individual pela qual uma pessoa, livremente adere à verdade de uma inovação redentora”. Alguns extensionistas chegam a afirmar que a avaliação de uma visita é feita por meio de outra visita, quando se verifica a realização do que foi recomendado anteriormente, ou seja, o grau de adoção.

Para o ex-presidente da Associação de Frazão, Pedro Paschoal de Resende,

“quando a gente está fazendo um trabalho que os técnico do município orienteia, eu acho que a pessoa deve seguir o que o técnico manda, e fazer um esforço de seguir, não vou dizer cem por cento do que é preciso fazer, porque

as vezes a pessoa tem dificuldade ali nestas partes. Estou falando sobre o adubo, o preparo, a correção de solo, a curva de nível... Às vezes a gente quer mas não pode fazer o recomendado, outra o recomendado parece não ser o melhor. Mas as vezes tem coisa que a gente têm de esperar um tempo de ver com outros que já fez pra ver se tem um jeito melhor de fazer e se compensa. Mas tem hora que a gente tem um dinheirinho ali e não faz porque tem outra coisa que passa ser mais importante. Aí vai levando. Faz como pode”.

Na entrevista com esse produtor, verificam-se aspectos da análise de GALJART (1971), relativos a fatores sociológicos da adoção de tecnologias, classificados em três categorias: **ignorância**, quando o indivíduo não tem conhecimentos suficientes para que possa mudar; **incapacidade** ou impotência, quando o indivíduo passou da fase de ignorância, possui conhecimentos, mas racionaliza a adoção por razões econômicas, estruturais, entre outras; **desinteresse**, quando o indivíduo possui conhecimentos, tem capacidade, mas se atém a valores e atitudes contrários à adoção. Em suma, pode-se resumir essa representação simplificada da realidade em três variáveis básicas, quais sejam, saber, poder e querer.

Segundo HASTORF et al. (1973:65), **as percepções do que uma pessoa deseja fazer não são tão imediatamente evidentes porque existe a equifinalidade**. Nesse sentido, admite-se que aquilo que o produtor deseja fazer pode ser fixo, mas há vários meios para se conseguir, os quais nem sempre são recomendados pelos extensionistas. Dos produtores entrevistados, 41% ouvem orientação técnica, filtram as informações, analisam a conveniência de adotá-la, conversam com os colegas e, se possível, consultam algum adotante e depois decidem adotá-la; 35% ouvem-na, analisam-na e decidem adotá-la, sem consultar os colegas; 27% acham que os técnicos falam coisas além de suas possibilidade de adoção; 25% ouvem-na e, simplesmente, ignoram-na, 20% ouvem-na e discutem-na com o técnico, abordando os pontos positivos e negativos e dando o veredito da adoção, ou não, de imediato; 4% acham que os técnicos transmitem boas informações, e, à medida do possível, passam a adotá-las. Em geral, o que se verifica é que o produtor, quando possível, procura os técnicos, os vizinhos ou outros produtores da região, mas a decisão é sempre solitária: “você consigo

mesmo (ou com Deus, para a grande e esmagadora maioria), depois de ‘assuntar’ com os amigos e ‘travesserrar’ as idéias” (JAKUBASKO, 1992:10).

A **excursão** (EXC) é caracterizada por um método planejado de atendimento ao produtor individual ou a um grupo de interesses comuns, encontrando-se em terceiro lugar na preferência dos entrevistados. É realizada quando um ou mais produtores manifestam interesse em adotar determinada técnica, mas têm receio do desconhecido, então técnico(s) e produtor(es) procura(m) um ou mais locais para observar a aplicação prática de determinada técnica no município ou, como normalmente ocorre, fora dele. Segundo D’ALENCAR e SILVEIRA (1989:5), “a excursão é considerada um método cuja aplicação pode se dar em combinação com a reunião, o curso, a demonstração de resultados, a lavoura, a criação e a propriedade demonstrativas”, e pode ser feita a uma unidade de demonstração num dia de campo.

O **atendimento individual no escritório** (AIE) aparece em quarto lugar na preferência dos entrevistados. Nesse tipo de atendimento, o produtor procura o técnico, principalmente quando algo vai mal em sua propriedade, ou quando necessita de uma solução no curto prazo. Às vezes, o produtor vai ao escritório da instituição extensionista e apresenta a planta ou parte desta que está atacada por alguma doença que ameaça a sua lavoura, ou descreve, verbalmente, a situação. Nesses casos, é comum o atendimento no escritório ser precedido de assistência individual, além de constituir temática para assistência coletiva (associação), com presença não só de associados como de outros interessados. Ocorre, também, quando o produtor quer ter mais esclarecimento sobre determinada cultura, introdução, comercialização e interpretação de análise de solo para recomendação do calcário, adubos e outros insumos. Para alguns produtores, esse tipo de assistência é suficiente, desde que possam contar sempre com um profissional capacitado no escritório, o qual poderia ser procurado à medida que houvesse necessidade.

Esse tipo de atendimento é comum para o técnico de plantão da Cooparaíso, principalmente no aspecto relacionado com venda de produtos agropecuários. Nesse caso, raramente o atendimento no escritório resulta em

visita à propriedade. Para os técnicos da EMATER-MG, o atendimento no escritório ocorre com maior frequência, em razão dos trabalhos realizados com os grupos associativos. Assim, presidentes de associações, tesoureiros e associados procuram a unidade local para resolver assuntos de interesse. O ponto fundamental desse tipo de assistência é que o produtor procura o técnico; é o encontro da associação que ele representa com a instituição interventora.

O **dia de campo** (DC) aparece em quinto lugar; é possível que esse posicionamento esteja relacionado com o desconhecimento desse evento pelos produtores, uma vez que é pouco utilizado. Segundo D'ALENCAR e SILVEIRA (1989), o dia de campo é apontado como método complexo de extensão rural, que envolve uma ou mais atividades da empresa rural. Para essas autoras, esse método auxilia, substancialmente, a redução do tempo de adoção de tecnologias.

No dia de campo, podem-se fornecer informações sobre a aplicação de resultados de práticas agrícolas, assim como demonstração e transferência de tecnologias, etc. A complexidade desse evento está relacionada com o nível técnico e número de técnicos exigido, com materiais e recursos financeiros e com a viabilidade e com o número de participantes.

A **unidade demonstrativa** (UD) é também um método planejado, com base no qual um produtor aceita a adoção de determinada prática em sua propriedade, "aprendendo a fazer fazendo", na expectativa de que seja convincente e que possa contribuir para comprovar a aplicabilidade de uma prática e, ou, técnica recomendada. Geralmente, há incentivos à adoção da prática ou técnica recomendada ao proprietário da unidade selecionada. Como exemplo, tem-se que, numa unidade demonstrativa de milho, na qual se deseja introduzir nova variedade, com determinado fertilizante e mudança de espaçamento para aumentar o número de plantas por unidade de área e conseqüente aumento da produção, é comum o técnico encontrar patrocinadores dos referidos insumos. No entanto, nem sempre essa prática assegura a continuidade da adoção, uma vez que o produtor terá de arcar com todas as despesas futuras. Recentemente, a EMATER-MG suprimiu o termo unidade

demonstrativa, substituindo-o para unidade de observação, que propicia avaliar qualquer resultado obtido com a prática preconizada pelos interessados.

Pela análise perceptiva, é possível inferir que os produtores têm preferência pelos métodos de atendimento que exijam menor deslocamento da sua unidade produtiva, principalmente por comprometer a sua organização social do trabalho. Primeiro, atendimento individual na propriedade e, segundo, orientação técnica em grupo, por intermédio da associação. No primeiro caso, o produtor desenvolve, normalmente, suas atividades até a chegada do técnico, que, dependendo das circunstâncias, da intensidade do trabalho e da empatia, fica mais ou menos tempo na propriedade. No segundo caso, orientação técnica em grupo, são os produtores, normalmente, que definem o horário da reunião para o evento na sede da comunidade rural ou na casa de algum companheiro, a qual esteja melhor localizada. Geralmente, esses horários são marcados à noite, em função da época do ano, considerando-se, por exemplo, período de plantio das lavouras, tratos do rebanho bovino, venda do excedente de força de trabalho (trabalho sazonal), etc. Outro detalhe é que, para a maioria dos produtores, o sol é o relógio; assim, o horário de verão só tem sentido quando vão à cidade, ao banco ou a outra instituição. Dessa maneira, as reuniões são sempre marcadas por volta das 19 horas, que corresponde às 18 horas do horário convencional. Às vezes, o horário é marcado mais cedo; nesse caso, os técnicos ou qualquer outro interessado começam a atividade com um diminuto número de pessoas ou, como freqüentemente ocorre, esperam. Tanto em Jacuí como em outros municípios observados, os técnicos que trabalham com o desenvolvimento de comunidades, por intermédio de associações comunitárias, ultrapassam a jornada de trabalho legal com relativa freqüência e, normalmente, não recebem remuneração adicional. No caso da Cooparaíso, o horário é de 7 às 17 horas e, da EMATER-MG, das 7h30min. às 17h30min. Enquanto o produtor chega do serviço e realiza, normalmente, atividades, como tomar banho, jantar, para depois ir às reuniões, muitos técnicos envolvidos no trabalho de desenvolvimento de comunidades trabalham o dia inteiro e participam das reuniões das associações comunitárias, marcadas comumente à noite, sem ao menos ir a suas residências.

Em Jacuí, para os técnicos da EMATER-MG, isso chega a ocorrer até três vezes por semana, e o retorno das reuniões ocorre no horário de 20 às 22 horas. Os técnicos da Cooparaíso limitam-se a enfrentar tal situação esporadicamente, por ocasião do lançamento e divulgação de algum produto agropecuário, eleição de diretorias da Cooparaíso ou algum programa ou projeto.

Dependendo da cultura local, do trabalho de conscientização de produtores, do interesse dos técnicos e da motivação à participação, as reuniões, ainda que a noite, ocorrem no horário combinado. No entanto, nos períodos de plantio das principais culturas, os produtores, em razão do cansaço, preferem reunir-se nos finais de semana e nos feriados. Em outros casos, as lideranças rurais definem um horário mais cedo, considerando-se a média de atrasos. Há extensionistas que trabalham com grupos de interesses e com lideranças, para que estes possam se reunir em horário conveniente, receber informações e discutir assuntos de interesse. O técnico, por sua vez, faz-se presente em reuniões para efetivação das tomadas de decisão.

Para muitos produtores, essas reuniões são propícias para trocar idéias, vender alguma coisa, dar recados, combinar serviços, etc. Essa realidade descrita não é aceita por alguns dos técnicos, visto que não admitem trabalhar fora da jornada normal de trabalho, o que constitui um dos entraves para os trabalhos com associações de produtores.

Finalmente, é possível combinar vários métodos. O dia de campo pode ser a unidade por meio da qual outros produtores vão excursionar, como pode ocorrer em uma unidade demonstrativa, na qual haverá reunião de pessoas interessadas em um mesmo assunto, caracterizando uma orientação técnica em grupo. Há vinculação entre os vários métodos, em que as etapas de planejamento, execução e avaliação devem ser cuidadosamente detalhadas e avaliadas, para que se possam alcançar os objetivos. Esse grau de dependência impõe ao extensionista a responsabilidade de adequá-los a dado contexto, considerando um conhecimento que inclui características, expectativas e perspectivas dos diferentes segmentos com os quais irá trabalhar.

A orientação escrita para uso de todos esses métodos anteriormente descritos, às vezes, é acompanhada de etapas detalhadas e tidas como indispensáveis ao perfeito alcance dos objetivos. Normalmente, a orientação escrita, em Jacuí, ocorre quando da interpretação de análise de “solo”, plantio e condução da lavoura com novas técnicas, ou quando do acompanhamento de projetos financiados pelo crédito rural, comumente chamado de relatório de assistência técnica e acompanhamento de projetos.

O conhecimento dos métodos e a adequação destes ao público requerem relação dialógica na construção do conhecimento, para que se estabeleça novo paradigma. A percepção dos que estão envolvidos no trabalho extensionista sobre os métodos é importante caminho para uma proposta que venha a privilegiar o processo ação-reflexão-ação, para a construção de um novo saber unificado que possa contribuir para busca de soluções dos problemas que se apresentam, constantemente, para aqueles que lidam com a agropecuária.

A adequação ao público envolve, entre outros, o método e quem se utiliza dele para construção de uma relação dialógica. A EMATER de Jacuí conta com dois extensionistas; um técnico agrícola, José Reinaldo da Silva, e um engenheiro-agrônomo, Guilherme Garcia Rangel. O técnico está em Jacuí há mais de 10 anos, e o agrônomo veio de Goiás para Jacuí, em setembro de 1995. Em entrevista gravada com Guilherme, em abril de 1996, este relata que:

“Chegando aqui comecei a identificar a realidade do município. Eu saí de Goiás para trabalhar em Jacuí. Em Goiás, onde eu trabalhava eram grandes produtores. Mesmo os chamados pequenos de lá eram grandes em extensão de terra e às vezes até um volume grande de produção. É uma coisa bem diferenciada do que se tem aqui dentro”.

Assim, tem-se um técnico vindo de uma realidade diferente para um município com 6.000 habitantes e com 96% de pequenos agricultores, conforme dados da EMATER-MG. Na concepção de Guilherme, “pequeno produtor não se define ou classifica em função da extensão de área ou volume de produção, mas o emprego da tecnologia. Não só a de ponta, mas a básica também e a maneira como ela é utilizada. Eu classifico Jacuí como pequenos produtores rurais”.

Na EMATER-MG, a programação anual é feita para um período compreendido entre julho a junho, entre um ano e outro, denominado “ano agrícola”, uma vez que, nesse intervalo, ocorrem o início da preparação da terra, o plantio e a colheita de muitas culturas. Para Guilherme Garcia Rangel, a sua chegada no mês de setembro dificultou seu desempenho, visto que,

“além do fato de pegar o ano agrícola em andamento tem o processo pelo qual eu fui treinado dentro do novo empresariamento da EMATER-MG, mas também a nível de qualidade total. Eu já havia trabalhado nesta linha de qualidade total, de processo administrativo da propriedade rural. Isto aqui, além da virada do ano agrícola e a falta de um contato mais consistente com os produtores devido ao curto período de tempo tem a própria engrenagem do sistema aqui e a necessidade de adaptar à nova realidade”.

O extensionista Guilherme Garcia Rangel dava assistência técnica em Jacuí e em Bom Jesus da Penha, pelo menos uma vez por semana. Segundo ele, esse processo é desgastante, enfatizando que a qualidade fica comprometida, em razão da falta de contato com os produtores:

“O técnico não tem um encaminhamento normal no processo produtivo. Você encontra num dia da semana esse produtor e às vezes na outra semana você não reencontra e não sabe sequer como anda a linha de produção, o que ele tem capacidade de fazer e até mesmo o que estar fazendo. Você perde aquele contato mais - não dirá familiar, mas aquele do dia-a-dia. Você encontra com ele na fila de um banco, na fila do mercado e você aproveita para saber sobre ele e aproximar dele. Então falta muita qualidade!”.

Na percepção do extensionista, apesar do seu pouco contato com as associações comunitárias, estas têm boa estrutura material e bom potencial humano, embora não sejam bem utilizados. Segundo Guilherme Garcia Rangel, *“há uma associação ou outra que demonstra melhorias, embora uma não seja mais adiantada que outra; as associações tiveram grande volume de recursos empregados e ficaram esperando a continuidade destes”*, mas o desenvolvimento coletivo, a viabilidade do processo de trabalho, a divisão de serviços, a necessidade grupal são ainda incipientes.

O extensionista afirma que sempre trabalhou na extensão, mas não esperava passar por uma situação igual à de Jacuí, com respeito à aceitação do profissional. Não se refere à aceitação da pessoa física, que detém saber, mas

como mais uma pessoa que pode acrescentar alguma coisa, embora não seja fácil esse processo.

“Jacuí me foi passado uma visão pela empresa de um município que tinha desenvolvido muita coisa. Realmente foi. Só que a realidade aqui é outra né! Ela é diferente da que foi mostrada no papel. Eu tenho alguma coisa a acrescentar mais no município, mas estou percebendo que aqui em Jacuí é necessário primeiro ser aceito a sua pessoa, não o profissional - a pessoa mesmo, depois o profissional passar a existir. Não seria somente isso, acredito que tem mais coisa por trás. Está sendo um conjunto, a aceitação do profissional e da pessoa porque a própria maneira como se agrupam numa estrutura muito mais familiar em cada uma dessas associações, são quase todos parentes e é como você entrar numa família, ser aceito. Não é uma questão somente do respeito a pessoa. Existe a rotina deles e a questão é você ser aceito naquela rotina, entrar primeiro no meio daquela família e uma vez sendo aceito você vem de dentro para fora que você começa a ser o profissional” (Guilherme Garcia Rangel, 1996).

Guilherme Garcia Rangel afirma que percebeu, em pouco tempo de busca do conhecimento da realidade rural, que a questão da aceitação da pessoa e da relação com o núcleo familiar é muito forte e marcante. Para ele, Goiás era um local mais de imigrantes, onde o pessoal de fora era aceito com mais facilidade. Na sua visão, não é que não esteja sendo aceito em Jacuí, mas esta aceitação é mais lenta do que o esperado.

Na visão do extensionista, num ano político como o de eleição para prefeitos, há tendência de volta à euforia – “vai vim dinheiro de novo!”. Os nossos “salvadores” estão todos vindo para cá, principalmente porque está todo mundo “quebrado”. Na sua visão,

“dá-se a impressão que tudo pode se resolver no coletivo mas quando se fala: não esperem por recurso, trabalhem com suas forças, com a sua realidade e os recursos serão acréscimos: se falo assim é possível que pensem ‘esse profissional aí não está é querendo ajudar a gente, não está querendo fazer os projetos’. Então ele, o produtor, tem que ser instruído para pensar: ótimo, se vier o recurso, mas vamos nos preparar para receber esses recursos, vamos nos preparar para que ele venha. Eu estou falando assim para tentar conseguir um trabalho básico na parte organizacional”.

Guilherme, como é chamado, define Jacuí como um município pobre, embora haja recursos humanos abundantes, assim como terras e água de qualidade, e aponta o rumo da diversificação, como fruticultura, piscicultura e cafeicultura, como soluções para a pobreza.

Nota-se que, em pouco tempo de permanência no município, o técnico tem visão bastante crítica da realidade percebida. Dos produtores entrevistados, a percepção sobre o referido técnico é que ele é “um bom profissional, sabe das coisas, mas não está preparado para trabalhar com pequenos agricultores”. Os produtores dizem que, quando o técnico se preocupa mais com tecnologia e crítica do que com discussão dos problemas, ele vai ficando isolado. Ademais, os produtores que resolveram falar acham que o extensionista, quando sai de uma região que tem grandes e médios produtores e que os pequenos são maiores que os grandes de determinado lugar, precisa conhecer primeiro com quem vai trabalhar. Afirmam ainda que, em municípios onde há pequeno, médio e grande produtor, é mais fácil para o técnico identificar-se com determinado grupo, mas admitem que não é fácil trabalhar, unicamente, com pequenos produtores rurais.

O engenheiro-agrônomo da EMATER-MG, Guilherme Garcia Rangel, desde setembro de 1995, passou por várias situações problemáticas: primeiro, veio de uma realidade totalmente diferente - Goiás para Jacuí; chegou no mês de setembro, quando já havia uma programação em andamento para o trabalho extensionista; passou a residir em local que não é ligado por rede asfáltica e dar assistência técnica em dois municípios (Jacuí e Bom Jesus da Penha); e finalmente, apesar de ter exercido um direito seu, posicionou-se, politicamente, contrário à maioria dos produtores rurais.

Em Jacuí, as associações comunitárias rurais e urbanas reúnem-se e, em prévia eleitoral, é lançado um candidato que, dependendo das circunstâncias, pode ser único, de forma que, quando isto ocorre, já ficam sabendo, com antecedência, quem será o futuro prefeito. Para atender aos procedimentos legais, o povo revela nas urnas a confirmação da escolha prévia. Nessa última eleição para prefeito, o candidato escolhido pelas associações foi o ex-presidente da Associação de Pequenos Produtores Rurais de Mato Dentro, Antônio Carlos Arantes, que volta ao poder pela segunda vez. Sem dúvida, o caráter forte e familiar que Guilherme revela estar presente nas associações é concebido como uma grande conquista, razão por que sentem que há um grau de consciência que

propicia a participação no poder de decisão, negado à grande maioria das pequenas cidades.

A direção da EMATER-MG informou que adotou o PDE – Plano de Desenvolvimento Empresarial, na busca da excelência e de satisfação dos clientes, como razão de “ser” da empresa. O PDE é uma proposta de reestruturação da EMATER-MG, iniciada na década de 90, a partir da visão crítica da realidade, conforme afirma MARANGON (1994:7):

“Entretanto, o imobilismo de que foi acometida a ação extensionista, a partir das persistentes tentativas de modificar qualitativamente a relação com os produtores rurais, por meio de práticas participativas... acabam de ganhar legitimidade fundamentada no programa de desenvolvimento empresarial da EMATER, contidas nestes três pontos: 1) o atendimento às necessidades dos clientes, no caso das unidades básicas, o pequeno produtor; 2) o planejamento e controle são eitos sobre resultados desejados pelos clientes (e não sobre os esforços como anteriormente); 3) a reestruturação criando as unidades básicas e transformando-as em unidades semi-autônomas (contrapõe-se à centralização anteriormente verificada)”.

Diante da insatisfação com os extensionistas que atendem a dois municípios, além de outros questionamentos, os produtores reuniram e o assunto foi discutido e levado à discussão por representantes dos associados ao poder local e à prefeitura, que, por sua vez, resolveu o problema por intermédio da EMATER-MG, que deu ao técnico José Reinaldo da Silva a opção de trabalhar tempo integral em um dos municípios aos quais atendia. O técnico optou por Bom Jesus da Penha. Em relação ao agrônomo Guilherme, reconheceu-se que o referido técnico tinha qualidades, embora não fosse a pessoa certa no lugar certo, sendo remanejado para outra área, de acordo com seu potencial e perfil. Em seu lugar, veio o engenheiro-agrônomo **Clair Dias de Oliveira, que trabalha com a nova extensionista de Bem-Estar Social, Marcyleny Augusta de Oliveira.**

Para o ex-presidente da Câmara de Jacuí e associado da Associação de Pequenos Produtores Rurais de Mato Dentro, Antônio José dos Santos, de fato, a fama é maior que a realidade das associações, mas existe algo de conquista, a descoberta e a união de poderes para ajudar a administração municipal, mediante participação nas decisões. Para ele, são positivas as críticas ao que existe, porque assim há avaliação e correção de rumos, e enfatiza que, “para saber o que conquistamos, é preciso saber como éramos e se estamos ou não satisfeitos”.

4.3.2. Intervenções de unidades de pesquisa, ensino e extensão

4.3.2.1. Projeto de estudo da metodologia participativa na produção de milho-semente BR 106, em comunidades de pequenos agricultores

Este projeto surgiu da identificação de problemas dos produtores rurais da comunidade de Mato Dentro, relativos à qualidade de sementes selecionadas adquiridas de firmas de produção de semente. O técnico da EMATER foi convocado para analisar o motivo de as sementes, adquiridas conforme recomendação técnica e plantadas com todas as condições favoráveis, não terem germinado bem, tendo sido atestada a má qualidade da semente, mediante teste de poder germinativo. Antonio Carlos Arantes confirma que os produtores lançaram o desafio ao técnico da EMATER, com vistas na produção de sementes de milho na comunidade, o qual realizou contatos com a EMBRAPA/CNPMS (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), tendo o pesquisador Nicolau Miguel Shaun aceito o desafio de produzir a variedade de milho BR 106.

As etapas do estudo e a produção de semente foram realizadas no período de 1985 a 1990, sendo os produtores rurais de Mato Dentro favorecidos com sementes e com o retorno econômico, mediante a venda do excedente, e as demais associações, com a disponibilidade de sementes de milho. Outro fator positivo foi o domínio de técnica de plantio, condução da lavoura, colheita, etapas de preparo da semente, armazenamento e comercialização, além da visita de outros produtores e técnicos à comunidade, para acompanhamento, debates e avaliações.

Em relação ao projeto de Estudo da Metodologia Participativa de Produção de Milho-Semente em Comunidade de Pequenos Produtores, para os entrevistados, o projeto foi válido. Nilson José da Silva afirma que a produção de milho-semente BR 106 ensinou a ele o processo do plantio do milho, pois até então faltava um conjunto de cuidados que ele não julgava ser importantes para se alcançar melhor produção:

“Do jeito que a gente plantava o risco era maior e a produção menor. Uma vez ou outra coincidia a terra estar boa a semente também e as chuvas chegarem na hora certa. Hoje eu consigo produzir mais de 300 sacos por alqueire (3,0 ha). A gente faz análise da terra, joga calcário, aduba, planta no espaçamento certo de acordo o milho, faz cobertura e tem produção melhor. Este é o ponto chave da história”.

Para os produtores que participaram do projeto Milho-Semente, foram importantes as intervenções das instituições extensionistas por intermédio de um projeto de pesquisa, visto que, no trabalho dos técnicos locais no atendimento individual de cada produtor, gastar-se-ia mais tempo para alcançar os resultados obtidos.

Os produtores entrevistados acreditam que o impulso inicial foi o fato de o extensionista da EMATER-MG ter acreditado no problema deles (a semente de milho sem qualidade) e buscado a necessária parceria com a pesquisa, para tentar resolver o problema. Ao não aceitarem uma situação de desequilíbrio de suas satisfações, os produtores emitem as possíveis alternativas de soluções.

Para os produtores, todo extensionista deve acreditar que problemas clamam por soluções e que, às vezes, podem-se apresentar maior do que realmente são, a ponto de ser ignorado. Os entrevistados ressaltam que a ajuda parcial dos interventores e o interesse coletivo chamaram mais a atenção dos produtores e familiares, reduzindo o tempo de adoção da tecnologia na produção do milho. Para eles, cada experiência pode ser confrontada e refletida no fazer do dia-a-dia; no coletivo, havia a união de diferentes gerações de conhecimentos, incluindo-se a estas os técnicos extensionistas.

Para o produtor Adalberto de Souza, o projeto Milho-Semente estendeu-se além dos cinco anos previstos pela pesquisa, porque a produção era economicamente viável, ou seja, cobria todos os investimentos e não dependia de recursos externos. Cada associado investia um pouco de dinheiro e um pouco de mão-de-obra; assim, o milho era colhido, vendido, e cada associado participante recebia uma parte em milho e outra em dinheiro proporcional à sua dedicação no processo de produção.

Posteriormente, numa análise geral, os associados concluíram que o trabalho com o milho-semente não compensava, pelos seguintes motivos:

a) “Há, no mercado, híbridos mais produtivos que, numa relação custo benefício, superam o milho variedade”;

b) “Apesar de ganharem com a venda da variedade de milho-semente, houve momento em que esta era justificável; no entanto, hoje o ganho que ele daria no coletivo é menor do que o ganho em dedicação à suas atividades particulares”.

Os produtores associados, após concluírem, junto com os pesquisadores extensionistas, as fases definidas para o projeto Milho-Semente, sentiram que possuíam um forte instrumento que propiciava vantagens comparativas para resolução de alguns de seus problemas – a produção de milho em espigas, a ser utilizado, principalmente, na alimentação animal. O problema, agora, era com os animais que apresentavam baixo padrão genético, alimentação deficiente e perda de peso, principalmente no período da seca.

Na iminência de ver a equipe de pesquisa desfazer-se após o projeto Milho-Semente, os produtores propuseram o confinamento comunitário, como meio de aprendizagem e porque este envolvia o fechamento de um ciclo de produção: plantar milho; plantar outros volumosos como cana e capim; ensilar; preparar a ração; alimentar os animais; e ver o ganho de peso e a melhora dos animais, em função do trato. Outro aspecto que facilitou esse processo foram as máquinas e os implementos comunitários, como o trator e os implementos agrícolas.

O estudo da metodologia participativa do confinamento comunitário de bovinos, em Jacuí, foi desenvolvido por uma equipe de pesquisa, composta por produtores rurais da comunidade de Mato Dentro; CNPMS (Centro Nacional de Pesquisa de Milho e Sorgo); EMATER-MG, de Jacuí-MG, Alfenas, São Tomaz de Aquino e Belo Horizonte; CNPGC (Centro Nacional de Pesquisa de Gado de Corte); e UNESP - Campus de Jaboticabal (Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias - Departamento de Economia Rural).

A grande expectativa era de que os conhecimentos a serem gerados, como consequência desses estudos, fossem subsídios indispensáveis à

reformulação da estratégia de ação das entidades que se dedicam à assistência técnica e à extensão rural no país. A proposta do confinamento de bovinos partiu da idéia de que já havia experiência adquirida por meio da metodologia proposta e utilizada na produção de milho-semente e de que a pesquisa ação decorria da necessidade de sistematização de observações definida, operacionalmente, na área de confinamento de gado de corte, por decisão voluntária da comunidade de Mato Dentro – Jacuí-MG (SCHAUN et al., 1991).

Este trabalho objetivou aprofundar o estudo de pesquisa ação e pesquisa participante, como alternativas metodológicas no processo de transferência de tecnologia em comunidades de pequenos agricultores brasileiros; verificar a viabilidade tecnológica e econômica do confinamento de gado de corte em comunidades de pequenos agricultores brasileiros; e estudar a “temática” confinamento de gado de corte no contexto da metodologia participativa, tendo a comunidade como Unidade da Pesquisa no processo de geração, adoção e difusão de tecnologia.

A hipótese foi o desenvolvimento rigoroso e sistemático do estudo nos moldes da metodologia proposta, o qual permite: a) que a unidade da pesquisa, nas suas dimensões estruturais (física e sociais), constitua importante centro de aprendizagem de métodos e técnicas; e b) que os alcances decorrentes do estudo, e naturalmente transformados em conhecimento e tecnologia, não somente sejam apropriados pela comunidade (unidade de pesquisa), como também, extrapolados seus limites geográficos, sejam incorporados a outras estruturas afins (SCHAUN et al., 1991).

Conforme o projeto inicial, o estudo foi programado para 120 dias, de junho a setembro, durante os anos de 1991/92, 92/93, 93/94, 94/95 e 95/96.

Mediante recursos externos foram adquiridos bens de consumo e bens duráveis. Os bens de consumos foram os alimentos concentrados para os bovinos, como farelo de soja e de algodão, uréia animal, sal mineral, produtos veterinários, como vitaminas A, D, E, e produtos de controle de ecto e endoparasitas; os duráveis foram constituídos de estrutura física do curral, como cochos, cercas, arames, e os denominados “kit de pesquisa”, sendo uma

ensiladeira JF-90, da Nogueira, e uma balança para pesar animais. Assim, o kit de pesquisa, em qualquer tempo após a pesquisa, poderá ser deslocado para outra comunidade rural, no município ou fora dele.

As etapas de escolha da cana para plantio de cana e milho foram discutidas em reuniões, nas quais se dividiam as tarefas, que foram executadas pela comunidade.

Na Associação de Pequenos Produtores Rurais de Mato Dentro há subgrupos formados a partir de interesses comuns, porém coordenados por uma só diretoria. Por exemplo, havia pessoas que só se interessaram pela roça comunitária de milho-semente BR 106; algumas se interessavam somente pelo confinamento; e outras, por ambos. Em suma, a participação nesse ou naquele projeto é decorrente do interesse do associado. Por mecanismos próprios, os dias de trabalho dedicados a cada atividade são anotados e acertados por recompensa do produto final; pelo valor financeiro; por troca de dias em unidades particulares de associados; ou por pagamento de dias faltosos em serviços comunitários, constituindo poupança e força de trabalho.

Para tomar conta dos animais durante o período do confinamento, a comunidade designou um membro do grupo, que, pela dedicação exclusiva, recebia vantagens em espécie e aproveitamento do esterco do gado.

A equipe local da EMATER de Jacuí, supervisionada pelo engenheiro-agrônomo Zenaido Lima da Fonseca, juntamente com o médico veterinário da EMATER de São Tomáz de Aquino, Elmer Ferreira Luiz de Almeida, ofereceu apoio técnico necessário ao projeto e realizou relatórios periódicos, que eram enviados à EMATER-MG, de Belo Horizonte, e, posteriormente, ao pesquisador e coordenador da pesquisa, Nicolau M. Schaun, da EMBRAPA/CNPMS. Com base nos relatórios enviados e nos contatos telefônicos com a equipe e com os produtores da comunidade rural, o coordenador realizou várias reuniões de avaliação e reavaliação dentro da perspectiva ação-reflexão, reflexão-ação. As reuniões com o coordenador ocorreram em espaços médios de tempo de 45 dias.

4.3.2.2. Avaliação dos produtores rurais participantes dos projetos

Considerando-se os dois projetos de pesquisa desenvolvidos na Comunidade de Mato Dentro, “Milho-Semente BR 106” e “Confinamento Comunitário”, 20 produtores que participaram da reunião afirmavam que, das pessoas e entidades que participaram dos dois projetos, destacavam-se Nicolau Schaun, da EMBRAPA; Eustáquio (Taquinho), Mágnã, Izabel Brandão e Regina Coeli, da EMATER de Belo Horizonte; José Alberto e Zé Eduardo, que começaram com Nicolau, Lucindo e Elmer, da EMATER de São Tomáz de Aquino; Zé Eduardo, Zenaido e Elmer, da EMATER de Jacuí; e a prefeitura local, que, segundo Antonio José dos Santos, produtor rural associado, ela é tão nossa e tão diretamente envolvida, que se confunde com a gente.

No primeiro ano, foram confinados 36 animais de 18 produtores rurais da comunidade de Mato Dentro, todos associados da APPRMD. O veterinário Elmer Ferreira Luiz de Almeida, da EMATER-MG, participou da visita a cada propriedade, para avaliar os animais que os produtores possuíam em suas propriedades. Juntamente com os produtores, chegou à conclusão que a maioria dos animais não apresentava as principais características para serem confinados, como bom grau de sangue (genética), carcaça satisfatória para ganho de peso e peso inicial de 13 a 14 arrobas, visto que a maioria apresentava peso inferior a 11 arrobas. Na visão dos produtores, a visita às propriedades e a avaliação dos animais foram enriquecedoras, o que tem contribuído para melhora gradativa do rebanho, por meio da seleção dos melhores animais e venda dos piores, chamado descarte. Como a maioria dos produtores não possuía animais com características desejáveis para o confinamento, inclusive com peso médio de oito a nove arrobas, os produtores decidiram vendê-los e adquirir outros que apresentassem melhores condições exigidas pelo projeto. A nova aquisição contou com a experiência adquirida na avaliação por propriedades e com o acompanhamento dos extensionistas. Contudo, nem todos substituíram os animais inferiores, uma vez que optaram por ficar com os que já possuíam, ou seja, animal de baixo padrão genético, com pouca capacidade de ganho de peso e peso inicial até nove

arobas. Para produtores e pesquisadores, a experiência foi válida porque propiciou avaliações comparativas de desempenho dos animais, ditos ideais, com os inferiores.

O associado Nilson Miguel da Silva afirma que “hoje eu acho que deve ser um animal na faixa de 13 a 14 arobas, cruzado, prevenido contra vermes, carrapatos que vai ficar menos tempo confinado ganhando mais peso”. Segundo esse associado, “o animal inferior come igual ou mais que um bom e não dá o mesmo retorno que o bom”. Com base na experiência do primeiro ano, foi possível melhorar a escolha do segundo ano; os animais escolhidos eram de melhor qualidade e o ganho de peso, conseqüentemente, melhor.

A repercussão dos melhores resultados foi sentida pelos produtores na hora da comercialização, visto que animais vendidos no final do primeiro ano do confinamento, abaixo de 15 arobas, receberam preços menores no frigorífico. Assim, verificou-se que animais que entraram com nove arobas tiveram bom ganho de peso, mas perderam na hora da comercialização, por não atingirem mais de 15 arobas. Outra experiência constatada durante a pesquisa é que há necessidade de acompanhamento dos animais confinados periodicamente, por meio de anotações e pesagens, porque há alguns aparentemente bons, mas que não se adaptam ao sistema de criação confinado e não ganham peso como exigido, razão por que devem ser descartados.

Do primeiro ano para o segundo, sobraram concentrado e volumoso (silo) do confinamento de gado de corte, por isso, os produtores decidiram experimentar o confinamento de garrotilhos (bezerros). Para os produtores, o que muitos chamaram de “sobra”, significou uma oportunidade de fazer testes e avaliações. A respeito dessa experiência, os associados concluíram que *“quando a gente fez a experiência com garrote foi pensando que o garrotilho de hoje será o boi de amanhã. Se não alimentar ele volta, ou seja, perde peso na seca. Alimentando direito não perde peso e se não perde tá ganhando. A idéia foi nossa, a pesquisa ajudou também nisso”*.

Segundo 26 produtores reunidos, o confinamento, como forma de ensinamento, é muito valioso. Naquela época, seria um absurdo a realização de

confinamento de gado de corte pelo pequeno produtor, no entanto, hoje, já há experiência individual, como é o caso do Horácio, que já confinou até 30 bois, e de Antonio José dos Santos, que confinou 10, tendo ambos afirmado que o resultado que obtiveram foi superior ao do confinamento comunitário, porque escolheram e trataram bem os animais, nas horas corretas. Esses produtores afirmaram que o benefício do aprendizado não ficou só no trato com os animais de corte, mas também no confinamento coletivo, visto que fizeram experiências com vacas e concluíram que, em animais com pouco potencial produtivo, idade avançada, problemas de cascos, tetas e grau de sangue, não adianta realizar investimento, uma vez que não haverá retorno.

Os produtores enfatizaram que, assim como o milho-semente, a experiência coletiva do confinamento reúne vários conhecimentos acerca do processo de realizá-lo. Dessa forma, revelam que nem todos admitiram que os resultados obtidos tiveram os mesmos efeitos; para alguns, houve ganhos até mesmo inconscientes na lida com o gado, enquanto outros preferiram manter o jeito tradicional de criar o gado, por inúmeras razões, principalmente de ordem econômica, que se enquadraria na análise de Galjart (ignorância, impotência e desinteresse).

Hoje, o confinamento representa uma grande experiência. A balança que ainda se encontra na comunidade é sempre utilizada para pesagens de animais e auxilia na comercialização individual. Ao serem indagados sobre o final da experiência, justificaram, em grupo, que:

- a) “O confinamento, como projeto, foi interrompido, porque ele se justificava exatamente como pesquisa, na busca de conhecimento do desconhecido ou do supostamente desconhecido.”
- b) “As experiências básicas que nós aceitamos para a pesquisa foram feitas, investimos um pouco na compra e troca de animais e na formação de roças de milho e cana; ganhamos o concentrado o material para o curral, cochos, etc., e fizemos também experiências com garrotilhos e vacas, por iniciativa própria - qualquer coisa a mais teria que ser economicamente viável.”

- c) “A continuidade do confinamento comunitário envolveria vários problemas: o primeiro deles é que, quando a gente está fazendo experiência, se aprende com qualquer resultado, mas quando a gente entra pra valer, qualquer resultado não serve. Confinar é bom, mas não é bom o tempo todo, o mercado varia muito, conforme aprendemos com o Elmer, da EMATER.”
- d) A terra, segundo José Alípio, era outro entrave à continuidade do confinamento. “As terras brutas estão acabando; a maioria arrenda a terra por três anos, e, na hora em que ela está no ponto bom de produzir, o contrato está terminando e o dono a quer de volta. Próximo ao confinamento, ninguém tinha terra que queria arrendar mais. Aprendeu nas fases do projeto que a silagem, a cana e a capineira têm que estar juntos do local do confinamento, por causa dos custos de transporte e mão-de-obra, que podem inviabilizar qualquer confinamento. Assim, em casa é possível investir nas terras, em produção de volumoso e, sabendo onde cada coisa deve ser colocada, constatar o grau de dificuldade e estabilidade do que será feito.”
- e) A discussão, segundo Joaquim Arantes (Toninho Evaristo), não levava a nenhuma conclusão, a nenhum acordo. “A reunião ficava marcada para outro dia para continuar a discutir o mesmo assunto. Foi assim com vários projetos, com muita coisa da semente de milho, do confinamento. Mas o importante é que ninguém afastava. Continuava até chegar num entendimento.”
- f) O produtor da Associação de Buenos, José Tadeu de Oliveira e outros não associados enfatizaram que “a gente aprendeu com o pessoal da associação como é que trata um gado, como é que planta o trato. A gente não participou diretamente com eles dos projetos. Mas um produtor igual a nós sempre tem um contato com outros. Vai no lugar ver coisas, compara o que a gente faz com as coisas que aquele um faz. Se é bom e a gente pondo na cabeça que é bom a gente tenta fazer ou pelo menos faz um teste para ver se é bom para ele e se vai ser pra gente. Aí a gente olha. O que que ele faz que eu não faço e quanto ele produz que eu não produzo. Então se ele faz análise da terra a gente passa afazer, se ele põe calcário a gente põe, se ele aduba a gente aduba se ele

debulha por exemplo milho ou feijão a gente também. Se ficar satisfeito e ter condições continua”.

- g) “O confinamento teve o tempo certo porque foi até onde foi nossa curiosidade e motivação.”
- h) “Um jeito de medir o resultado dos projetos é ver a quantidade de silo que aumentou na comunidade, o número de capineira, o resultado de quem confinou gado, etc.”

Para o ex-presidente da APPRMD e atual prefeito, Antonio Carlos Arantes (segundo mandato), o milho-semente e o confinamento têm, principalmente, um valor social e educativo. É preciso dar um salto de qualidade, com relação à produção e à venda. É preciso investir melhor no que cada um sabe fazer de melhor; se é no café, em frutas, ou em gado. Por exemplo, se um produtor possui café e deixa de trabalhar nesse ramo para plantar arroz, isso implica prejuízo; é melhor comprar o arroz e dedicar-se mais ao café ou a outra cultura mais rentável, que ele saiba fazer e que pode melhorar. Ele tem de analisar o custo dele por dia, e, com base nisto, deve decidir em que investir melhor seu tempo e seu dinheiro. O extensionista tem de ajudar o produtor a fazer conta do que faz, por quanto faz, o que pode diminuir, e o que pode aumentar.

Na reunião para captar a percepção dos produtores sobre o projeto Milho-Semente e Confinamento Comunitário, a primeira pergunta foi: O que vocês entendem de participação? As definições abaixo representam as definições do grupo a respeito de participação:

1. “É a união de produtores.”
2. “É a união para um projeto que precisa ser feito e que as pessoas querem fazer.”
3. “É a pessoa sentir chamada a fazer alguma coisa e ter jeito de dar idéia e de ajudar a fazer.”

4. “Nós participamos do projeto Milho-Semente e Confinamento porque nós é que quisemos a coisa. Mesmo que veio o pessoal de fora, os técnicos, ficou no milho-semente quem queria milho-semente, ficou no confinamento quem queria confinamento, ficou nos dois quem queria os dois, ficou fora dos dois quem não se interessou, oportunidade ele teve de falar inclusive se queria ou não e porquê. Eu acho que isso é participação.”
5. “É a gente ajudar a fazer e sentir que o que está sendo feito ou que já foi feito tem um pouco da gente e um pouco dos outros e que ajuda a gente em alguma coisa.”

Para o produtor Antonio Evaristo, *“a participação num grupo não é uma coisa constante mas algo que acontece com mais frequência. Diminui, volta a acontecer, porque as pessoas mudam e também o grupo tem sempre gente entrando, saindo, voltando, mas no geral há participação porque a gente está sempre buscando isto”*.

Essa variação na participação pode ser compreendida na análise de HASTORF et al. (1973), em relação ao estereótipo de grupos e à percepção de atributos de outras pessoas, em que há uma tendência de focalizar as características mais invariáveis - intenções e objetivos que não podem ser percebidos diretamente.

A busca de invariância centraliza-se na descoberta de relações funcionais entre seqüências de comportamento-efeito, que são observáveis, e intenções, que não o são. Essa atribuição nem sempre é correta e está relacionada com a teoria implícita de personalidade, a qual permite suposições sobre relações entre traços de personalidade em outra pessoa, de forma que, ao conhecer alguma coisa a seu respeito, possa inferir outras, ainda que essas inferências não sejam, necessariamente, corretas.

As supostas correlações entre traços que podem ter sido observados em nós mesmos e em outras pessoas são generalizações que se identificam com o fenômeno de estereótipo de grupos. Nisto, determinada Associação de Produtores Rurais pode, a exemplo da de Mato Dentro, onde ocorreu esses

estudos, ser apresentada e divulgada como a mais desenvolvida, mais participativa. O estereótipo do grupo pode ser exato para alguns associados e para pessoas de outros municípios, as quais ouviram as melhores informações a respeito da comunidade, mas pode ser inexata para outros e, na realidade, ter estabilidade e sentido.

Este foi apenas um resgate de uma intervenção importante, quando se consideram a comunidade e as instituições de ensino, pesquisa e extensão, não se atendo às confirmações das hipóteses ou da linha de pesquisa estabelecida pela equipe de pesquisa, que deverá publicar os resultados com maior abrangência e profundidade.¹

4.4. O cooperativismo – intervenção da Cooparaíso

Considerando-se a necessidade de união de forças dos pequenos produtores diante das contradições geradas pelo modelo convencional de desenvolvimento agropecuário, JAKUBASZKO (1992) admite que a evolução do cooperativismo é inexorável, e ALENCAR (1990) acredita nessa alternativa como elemento de contraposição. Segundo JAKUBASZKO (1992), o cooperativismo representa a solução de muitos problemas, seja na produção, na comercialização ou na aquisição de insumos, seja na questão política, para tornar real a união de forças. Para MARTIN BRUGAROLA (1970), as diferentes categorias sociais, trabalhadores, artesãos, agricultores e classes médias independentes prejudicadas pelo desenvolvimento do capitalismo, descobriram que a cooperação é um meio

¹ Equipe de pesquisa: Nicolau Miguel Shaun (Coordenador), Zenaido Lima da Fonseca (Supervisor Local da EMATER-Jacuí e responsável pelo acompanhamento do projeto), Ademir Zinner (EMBRAPA/CNPQC - Campo Grande-MS), Antônio de Bastos (EMATER-MG - Escritório Regional de Alfenas-MG), Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Mato Dentro - Jacuí-MG, Elmer Ferreira Luiz Almeida (EMATER-MG - Escritório Local São Tomáz de Aquino, Médico Veterinário responsável pela assistência ao projeto), Isabel Maria Brandão (EMATER-MG - COMEC/NUCON - Belo Horizonte-MG), José Alberto de Ávila Pires (EMATER-MG - Coordenador Estadual de Bovinocultura de Corte - Belo Horizonte-MG), José Roberto Medina Landim (UNESP - Jaboticabal-SP - Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias - Departamento Economia Rural), Luiz Roberto Lopes de J. Thiago - EMBRAPA/CNPMS - Campo Grande-MS), Manoel Antônio de Almeida Monteiro (UNESP - Jaboticabal-SP - Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias - Departamento Economia Rural), Maria Dulce Pereira (EMATER-MG - COMEC/NUCOM - Belo Horizonte-MG), Nicolau M. Chaun (EMBRAPA/CNPMS), Regina Campos (EMATER-MG - COMEC/NUCOM - Belo Horizonte-MG).

de melhorar a situação e defender seus interesses, criando, assim, um tipo novo de empresa e de relações humanas à base da solidariedade.

Nessa relação, têm-se um elemento social e um econômico. O social manifesta-se pela associação de pessoas que reconhecem, entre si, uma semelhança em algumas de suas necessidades, bem como a possibilidade de satisfazer melhor a essas necessidades, por intermédio da união de interessados, do que por meios de individuais. O econômico está relacionado com a satisfação de necessidades dos associados, constituindo a razão de ser da cooperação.

Como a agricultura foi premida a impulsionar o progresso tecnológico, maior produtividade do trabalho tem sido uma imposição do processo para fazer jus à lógica do grande capital. Segundo GONÇALVES (1987:21), “para adequar a produção agrícola à essa dinâmica era essencial eliminar a atomização, daí o fortalecimento do cooperativismo de produtores rurais centralizando o capital agrário”.

No resgate histórico da formação da cooperativa em Jacuí, estão evidentes esses aspectos, que, de forma consciente ou não, têm contribuído para a expansão do capital, elucidando as implicações oriundas das diversas intervenções institucionais da área de estudo. Quando se admite que a associação de pessoas seja uma forma de satisfação de determinadas necessidades, aqueles que se associam levam em consideração, principalmente, as vantagens comparativas de pertencer ao grupo. Assim, geralmente, há pessoas que se associam ou deixam de ser associados por diversos motivos. Genericamente, a formação de uma cooperativa é uma das atividades humanas que traz sua própria recompensa. Para alguns produtores, como o cooperado da comunidade de Mato Dentro, João Arantes, a união de forças, mesmo para um fim modesto, como a criação da loja cooperativa, tem expressivo valor simbólico. Durante a entrevista, percebia-se uma auto-afirmação que o enchia de orgulho, quando dizia que deixou de ser cooperado da Cooxupé, para ajudar a fundar a Cooparaíso, em Jacuí.

Dados da pesquisa revelam que a criação do núcleo da Cooparaíso, em Jacuí, surgiu de interesses de produtores e lideranças do município, insatisfeitos

com as dificuldades de aquisição de insumos agropecuários e venda de seus produtos. Foi a primeira experiência de expansão da Cooparaíso, além dos limites de São Sebastião do Paraíso, onde se iniciou. A adoção de tecnologia moderna, motivada pela Cooparaíso e pela EMATER, como o uso de fertilizantes, de máquinas e de sementes melhoradas, com vistas em implementar a produtividade do trabalho, não confronta o capitalismo dependente, mas o reforça.

Segundo o Gerente do Núcleo da Cooparaíso, Valter Abrão,

“estou na cooperativa há 12 anos. Eu participei do associativismo, na época eu era vereador, então nós tivemos o início dos Clubes 4-S, foi um trabalho que teve um apoio intenso através da unidade da EMATER-MG de São Sebastião do Paraíso que na época dava assistência aqui através do Sálvio e ele foi o que pode se dizer assim, o pai do início das associações aqui em Jacuí e por consequência indireta contribuiu para a motivação de formação do núcleo da Cooparaíso”.

A cooperativa é utilizada para instrumentar o desenvolvimento capitalista, como alternativa à superação das limitações estruturais, permitindo ao capital incorporar o espaço produtivo do campo sem a expropriação do pequeno agricultor (GONÇALVES, 1987). Nesse sentido, os produtores engendram a acumulação do capital centralizado na organização, e a cooperativa, por sua vez, busca criar uma estrutura produtiva, com vistas em levar os pequenos agricultores a unir esforços, procurando criar uma estrutura produtiva capaz de competir e de ser compatível com o desenvolvimento global da economia e, com isso, não sucumbir ao avanço do capitalismo. É nesse sentido que GONÇALVES (1987) admite que as cooperativas se configuram como um meio vigoroso do desenvolvimento econômico, as quais, apesar das imperfeições, não devem ser preteridas em relação ao meio capitalista propriamente dito de promoção do desenvolvimento.

Segundo RIBEIRO (1994:16),

“em geral, acredita-se que as organizações convencionais (cooperativas regionais ou municipais), de mercado (atacadistas, varejistas, CEASAS) ou de representação (câmara municipal etc.) não são capazes de dar respostas satisfatórias e constantes às demandas de lavradores. A organização mais localizada - na comunidade, bairro ou distrito - supostamente elimina as barreiras de distância, que limitam a participação, o controle político e até a representação dos camponeses”.

Dos 81 entrevistados, 45,7% (37) são associados da cooperativa Cooparaíso; 1,2% (1) da cooperativa Cooxupé, de Guaxupé; e 53,1% (43) não são associados.

Dos 37 integrantes de associação de produtores rurais que são associados da Cooparaíso, 48,65% (18) responderam que sentiram motivados a fazer parte da cooperativa, em razão das boas promessas de benefícios pelo pessoal do núcleo de Jacuí, relacionados por ordem de importância: “comprar a prazo em meu nome”, “melhorar a venda do café”, “comprar insumos com preços mais baixos”. Dos produtores, 16,22% (6) são sócios fundadores, que se tornaram cooperados pela influência de amigos. Para eles, a preferência pela Cooparaíso, em relação à Cooxupé, de Guaxupé, deve-se ao fato de ser ela uma extensa unidade, razão por que a atenção requerida pelos pequenos produtores não seria dada. Em unidade menor e com maior representatividade, como a Cooparaíso, as chances de serem beneficiados seriam maiores.

Para muitos cafeicultores do município, um velho problema era a armazenagem do café na própria residência, o que reduzia os espaços úteis da moradia, forçando improvisações e contribuindo para deteriorização do produto comercial (goteiras de chuva, roedores nas sacarias, temperatura de armazenagem, etc.). Dos cafeicultores, 16,22% (6) responderam que a adesão foi devida ao fato de possuírem café, o que evitaria o incômodo de armazená-lo em casa. Dos produtores entrevistados, 13,51% (5) demonstraram ter assimilado alguns princípios do cooperativismo, enfatizando a idéia de união, força e participação como as maiores motivações para se tornarem associados. Para estes, os demais fatores são consequência, ou seja, 2,70% (1) acham que ser “sócio é ser dono da cooperativa, é poder chegar lá e ficar à vontade, poder reclamar daquilo que não está certo, valorizar o que tem de bom”; enquanto 2,70% (1) associaram-se, sem saber se ia ser beneficiado ou não, visto que “sentiram vontade de fazer parte de um grupo de pessoas que têm a preocupação de trazer benefícios para o município, para uma coletividade”.

Do total de entrevistados (81), 70,37% (57) possuem lavoura de café, mas apenas 37 são da Cooparaíso. Segundo Valter Abrão,

“para ser associado aqui há necessidade de que ele seja produtor rural, não importa se ele tem café ou não. Na verdade somos uma cooperativa de café mas como nem todos são cafeicultores mas participam da vida da cooperativa através de insumos e assistência técnica em outras áreas como arroz, feijão, milho e o projeto de fruticultura que conta com infra-estrutura de beneficiamento da produção. Então, a cooperativa não tem o porque de não receber estas pessoas como associados”.

São 43 o número de produtores que não são cooperados da Cooparaíso. Destes, 34,88% (15) ainda não o são porque acham que não faz sentido sê-lo, pois as vantagens são poucas para o associado; 20,93% (9) não o são porque é necessário ter melhores condições financeiras e ter melhor produção, visto que, na condição em que se encontram, com pequena área de plantio e pequeno volume de negócio, a associação de pequenos produtores é mais que suficiente para atender às suas necessidades; 18,6% (8) não o são porque a decisão é do pai, uma vez que ainda não compete a ele, filho, a decisão de ingresso na cooperativa.

Ao se conhecer melhor a unidade de pesquisa, é fácil constatar que o grau de parentesco é elevado, de forma que, numa família, considerando-se a posição geográfica, o grau de relacionamento, etc., um dos indivíduos se torna, normalmente, cooperado para beneficiar o grupo familiar. Destes, 13,95% (6) responderam que não são associados porque há pessoas na família ou amigos que já o são; 4,65% (2) não o são porque não cultivam café; 4,65% (2), porque exploram área agrícola em sistema de parceria e depende do apoio do parceiro; 2,32% (1), porque necessitam ter terra para produzir café; 2,32% (1), porque compraram a propriedade há pouco tempo.

Em razão do relacionamento e da representatividade das associações comunitárias com a Cooparaíso, elas são tidas como cooperadas, de maneira que podem realizar negociações, com os mesmos direitos de um associado. Porém, essa concessão é para aquisições coletivas, de forma que um não associado não poderá fazer suas compras individuais ou venda em nome da associação, caso não seja cooperado.

De um total de 74 entrevistados, 25,67% (19) afirmaram que a diferença entre um produtor que é cooperado e outro que não o é está relacionada com a questão de poder, traduzido pelo fato de poder comprar em seu nome, de ser o

titular, de comprar a prazo, de limpar o seu café e de armazenar em seu nome, a custos menores do que os outros. Segundo esses produtores, para o não-cooperado a burocracia é maior, visto que este precisa usar o nome de outro para realizar transações comerciais de compra e venda, como se fosse sócio, o que os leva a concluir que é bom ser sócio, mas adverte que a cooperativa precisa melhorar, porque não está satisfeito como ela.

Outra parte de produtores, 39,2% (29), ouviu falar que não há muita diferença entre cooperados e não-cooperados; enfatizam que as vantagens são pequenas para uma cooperativa e destacam a compra a prazo, como a primeira delas. Segundo eles, há burocracia e juros até maiores do que no mercado comum, e a palavra de cada pessoa é suficiente para estabelecer uma relação de compra e venda, principalmente a prazo; 22,97% (17) disseram que a Cooparaíso é importante no município, independente da diferença entre cooperados e não-cooperados; 12,16% (9) afirmaram que a compra a prazo e a assistência técnica são diferenciadas para o cooperado, observando que a cooperativa precisa baixar um pouco mais os juros nas compras a prazo.

O técnico agrícola que assiste à Cooparaíso de Jacuí, Honorato Ribeiro dos Reis, afirma que “para uma pessoa ser cooperado ele precisa ser produtor de café e... assinar um compromisso de fidelidade com a cooperativa de entrega desse café na cooperativa e comprar os insumos na cooperativa”. Na admissão do produtor como cooperado, ele paga uma taxa, de acordo com a área de café que tem na propriedade. Por exemplo, por uma área de 10 ha, ele pagaria 25% de uma saca de café, que, atualmente, representa R\$ 25,00 a R\$ 30,00. Essa taxa e mais os descontos que são feitos a cada vez que o produtor deposita o café constituem um fundo de reposição de capital que o produtor passa a ter na cooperativa. Quando o produtor resolver desligar-se dela, tem o direito de receber o valor correspondente da taxa e dos descontos.

Para Honorato Ribeiro dos Reis, popularmente conhecido como “Noratinho”, que há oito anos trabalha na Cooparaíso de Jacuí, a loja é um regulador de preço, visto que o produtor tem a opção de comprar, ou não. Segundo ele, é a organização dos produtores que poderá trazer melhores

benefícios, em todos os sentidos. Como exemplo, cita as compras de insumos (adubos, sementes, químicos) com recursos de secretarias de estado, repassadas via EMATER-MG, sendo estabelecida uma contrapartida do produtor, que equivale a 30% do que foi colhido e beneficiado. Com esse fundo, outras associações foram beneficiadas. Naquela época, foi feita uma cotação de preços com diversas empresas, e a Cooparaíso cobriu o orçamento, realizando a entrega dos produtos aos associados diretamente da fábrica, cobrando apenas pequena margem de lucro. O produtor e a associação que estivessem interessados poderiam fazer um levantamento prévio de suas necessidades e solicitar a compra, afirma Noratinho. O técnico acrescenta que, às vezes, os produtores reclamam do preço de determinado produto veterinário que não é o forte da Cooparaíso, visto que o café e os insumos para essa cultura são o seu ponto forte. Os produtos veterinários servem ao cooperado, mas não é ponto forte da Cooperativa. Para Honorato, ninguém reclama do preço dos fertilizantes, por exemplo, e, se não fosse a Cooperativa em Jacuí, os produtores teriam muitas dificuldades de adquirir adubos e outros produtos.

Na visão dos produtores rurais entrevistados, a compra em comum reduz o custo dos insumos, embora apresente um dos principais agravantes, a falta de dinheiro. Ademais, salientam que a decisão em plantar e em quanto gastar no plantio não é fácil de ser definida com antecedência, pois depende de vários fatores, como condições do tempo, transformação dos bens adquiridos e tidos como poupança em moeda corrente, preparo da terra, arrendamentos, condição das lavouras perenes, mão-de-obra, preço do produto, etc. Enfim, os recursos financeiros ou produtos são tão escassos que, se não forem bem aplicados, colocam em risco a sobrevivência do produtor e, conseqüentemente, a de sua família. Assim, a compra a prazo, às vezes, pode ser um pouco mais caro, mas lhes propicia tempo de se “envolver” com outras coisas, como uma “catira”, venda de mão-de-obra, etc., que podem ajudar a saldar dívidas.

Nesse processo de organização do que fazer e de como fazer, é perceptível a “necessidade de onipotência” do produtor, que, segundo JAKUBASZKO (1992:41), “no interior de sua propriedade ele pode tudo, é o

‘todo poderoso’”. Nesse sentido, consciente que não pode errar, o produtor geralmente não cede, a princípio, aos insistentes apelos de propagandas e aos processos de comunicação para comprar por impulso, e nem mesmo ao apelo dos extensionistas. Ao optar pelo plantio, consideradas todas as variáveis, exceto a condição climática, o produtor envolve-se no pragmatismo de condicionar o sucesso da lavoura à vontade de Deus. Na comunidade Boa Vista, o ex-presidente da Associação de Nossa Senhora da Boa Vista, produtor Lázaro de Lima, ao plantar sob um sol de 30 graus e céu azul que anunciava ausência de chuva, entre o barulho do vento e o tilintar das enxadas contra as pedras, ao serem abertas as covas de plantio do feijão, afirmava que “a parte dele estava por ser concluída e que irrigar era função de Deus - minha parte estou fazendo, o resto é com Deus”. Na ocasião, recolocou o chapéu na cabeça e continuou o trabalho, sorridente, junto aos companheiros de trabalho.

Uma vez que a decisão de plantar é efetivada diante de uma situação ou momento de apreensão que o produtor esteja vivendo, como, por exemplo, o ataque de praga ou doença que ameaça a lavoura, ele pode apresentar ações de consumo que podem ser impulsivas. Nessa situação, em Jacuí, o produtor, às vezes, sai de sua propriedade, ou procura os técnicos extensionistas, ou vai direto à loja da cooperativa, optando por comprar o produto, dependendo do diálogo que teve com o vendedor. Nem sempre o produto desejado é encontrado, o que o torna mais apreensivo, levando-o a queixar-se de não obter o produto certo, na hora certa. Com isso, o produtor tem de deslocar para cidades vizinhas, perdendo tempo, que, para ele, é precioso, retardando o controle do problema. Para ele, é nessas horas que o técnico mostra que é bom de serviço, ao indicar o produto certo, e a loja mostra que é eficiente, ao oferecer aquilo que ele deseja.

A esse respeito, Honorato Ribeiro dos Reis comenta que o pessoal tem reclamado que a cooperativa não tem o produto certo, na hora certa. Segundo ele, depois do Plano Real, o comerciante tem dificuldade de manter um estoque grande, e a cooperativa tem que trabalhar com estoque mínimo, que, para ser calculado, é tomado por base a venda de anos anteriores, mês a mês, e, com base nesse estoque, é feita a programação para o próximo mês e para o próximo ano.

Na percepção do técnico, por exemplo, se o produtor necessita de fertilizante, deveria procurá-lo 15 dias antes e fazer o pedido, de modo que, no prazo determinado, o produto chegasse a suas mãos. "Geralmente, o produtor tem mania de não planejar e querer tudo em cima da hora, na hora; então ele tem que organizar e antecipar a compra", acrescenta Noratinho.

Outra reclamação dos produtores é que, ao depositar o café na loja, este só é pago alguns dias depois; no entanto, se ele compra um insumo nesse período de tempo, terá de efetuar o pagamento a vista; caso contrário, terá de pagar juros. Na visão do produtor, deveria apenas ser descontado o valor dos insumos por eles comprados, sem os juros, pois ele é depositante de produto com valor de uso.

Segundo o gerente do núcleo da Cooparaíso de Jacuí, Valter Abrão, o pagamento do mercado de café é feito, geralmente, em sete dias; nesse intervalo de tempo da entrega do café até o pagamento, há falta de diálogo, principalmente com o gerente do núcleo. Se a pessoa é associada, e o café está depositado e é autorizada a venda com recebimento em sete dias, a compra de insumos pelo produtor pode ser "casada", ou seja, entrega-se o café e recebe-se o produto que ele quiser; "o gerente do núcleo tem essa autonomia, falta o produtor participar mais, conhecer melhor sua cooperativa".

A participação em muitos grupos cooperativos envolve a questão de segurança dos dominantes, pois pretendê-la no planejamento é enfrentar diretamente a questão do poder. A participação dos produtores cooperados da Cooparaíso, por ordem de importância, conforme Quadro 9, está relacionada, principalmente, com compra e venda de produtos agropecuários.

Dos 35 associados que responderam à questão, 31,4% (11) afirmaram que nas reuniões são discutidos assuntos de interesse dos associados; 31,4% (11) disseram que sempre são convidados, mas acham que o horário não é adequado; 11,4% (4) vão à reunião, mas se sentem como meros expectadores; 8,6% (3) nunca são convidados; 8,6% (3) acham que as reuniões são realizadas em horários propícios, embora eles não encontrem tempo para participar; 5,7% (2) enfatizaram que as reuniões tinham que ser mais próximos a eles, pois as que envolvem maiores decisões são realizadas em São Sebastião do Paraíso, o que

Quadro 9 - Formas de participação dos associados da Cooparaíso, por comunidade rural

Formas de participação	Boa Vista	Mato Dentro	Perobas	Buenos	Fração	Total
Compra de produtos	3	5	8	9	7	32 (20,5)
Venda de produtos	3	6	9	5	7	26 (19,2)
Assistência técnica	3	6	6	4	7	26 (16,7)
Reuniões	3	3	3	5	7	21 (13,5)
Palestras	3	4	2	4	7	20 (12,8)
Eleição de diretoria	2	2	3	3	4	14 (9,0)
Cursos	1	2	2	2	4	11 (7,1)
Não participa	-	-	-	-	2	2 (1,3)
Total	18 (11,5)	28 (17,9)	33 (21,2)	32 (20,5)	45 (28,8)	156 (100)

Fonte: Dados da pesquisa.

dificulta o deslocamento, agravado pela rodovia intermunicipal, que é de terra; e, finalmente, 2,9% (1) afirmaram que, quando as reuniões são em Jacuí, o assunto já está preestabelecido pelo presidente da Cooparaíso ou por um representante, dependendo da importância do assunto.

Conforme Quadro 9, a eleição de diretoria está em sexto lugar, com relação à participação dos cooperados. De um total de 32 entrevistados, 65,6% (21) afirmaram que só ficam sabendo quando ela já se realizou; 8,6% (7) disseram que é uma oportunidade em que se podem escolher os representantes e dirigentes da sua cooperativa; 9,4% (3) não tinham o que reclamar, pois são informados, apesar de não corresponderem; 3,1% (1) lembraram que quando Jacuí era o único núcleo da Cooparaíso, fora de São Sebastião do Paraíso, a representatividade era forte, havia mais participação, e o povo era procurado e informado para depois tomar decisões.

Com relação à administração da Cooparaíso de São Sebastião do Paraíso e de Jacuí, dos 36 cooperados, 86,0% (31) informaram que a cooperativa pensa mais neles do que nos produtores; 5,6% (2) enfatizaram que esta pensa nos

associados, o que se comprova pela loja para venda de produtos e compra e venda de café; pelo projeto de ricultura implementado pela cooperativa; e pelo projeto de fruticultura, com unidade de beneficiamento e preparo do produto para o mercado atacadista e varejo; 5,6% (2) afirmaram que a administração é séria e representa os interesses dos associados; e 2,8% (1) admitiram não conhecer os administradores.

Analisando-se a satisfação dos cooperados, verificou-se que, para 54,1% (20), a Cooparaíso poderia ser melhor, caso oferecesse mais vantagens aos associados, o que a diferenciaria das casas comerciais comuns; 40,5% (15) afirmaram que ela precisaria se aproximar dos cooperados, escutando-os mais, questionando a razão de ser da cooperativa, ouvindo-os e corrigindo as imperfeições, mediante esclarecimento de dúvidas; e 5,4% (2) enfatizaram que falta à Cooparaíso uma postura de cooperativa, extrapolando o relacionamento puramente comercial.

Pelo visto, um dos graves problemas na relação cooperados, dirigentes e técnicos da Cooparaíso tem sido a comunicação, que está relacionada com a participação citada no Quadro 9.

A respeito dos meios de informações, conforme Quadro 10, os jornais aparecem em primeiro lugar (35%), seguidos do rádio (22,5%), carta e televisão, etc. No entanto, a reunião, que representa maior possibilidade de participação dos produtores de ouvirem e serem ouvidos, aparece em quinto lugar (7,5%). Esses dados reforçam as solicitações de que os representantes da Cooparaíso estejam mais próximos dos produtores, levando e trazendo informações e cumprindo as propostas feitas por ocasião da fundação.

4.5. Significado que os produtores atribuem à associação

O movimento próprio de centralização do capital, enquanto processo de penetração e exploração capitalista no meio rural, impõe a expulsão do homem do campo, enquanto a superpopulação e o desemprego se acentuam, gravemente, nos centros urbanos. Esse movimento gera, por um lado, exigências

Quadro 10 - Meios de informação aos cooperados, por associação de produtores

Meios de informação	Boa Vista	Mato Dentro	Perobas	Buenos	Fração	Total
Jornais	1	3	2	4	4	14 (35,0)
Rádio	1	3	1	2	2	9 (22,5)
Carta	-	2	-	1	1	4 (10,0)
Televisão	1	1	-	-	2	4 (10,0)
Reunião	-	1	1	-	1	3 (7,5)
Boletim	-	-	-	-	2	2 (5,0)
Prestação contas (balanço)	-	-	-	-	2	2 (5,0)
Mercado de café	1	-	-	-	-	1 (2,5)
Palestra técnica	-	-	1	-	-	1 (2,5)
TOTAL	4 (10,0)	10 (25,0)	5 (12,5)	7 (17,5)	14 (35,0)	40 (100)

Fonte: Dados da pesquisa.

Obs.: 19 casos válidos (51,35% dos cooperados).

de modernização dos hábitos e costumes, em virtude da ampliação do consumo dos bens industrializados, e, por outro, exigências e aperfeiçoamento da mão-de-obra em aspectos técnicos e disciplinares, com vistas na possível incorporação da população pobre ao mercado de trabalho (SOUZA, 1987).

Como o contexto social é dinâmico, novos condicionamentos vão sendo ampliados nos interesses e nas preocupações fundamentais da população usuária, em que cidade e campo se inflacionam de problemas. Por sua vez, a concretização cada vez maior da divisão do trabalho fragmenta a relação interna da família e entre elas. No campo, a imposição de venda do trabalho ou do excedente deste leva alguns indivíduos do grupo familiar a trabalharem longe do lar, tornando-os cada vez menos aptos a cuidarem uns dos outros em caso de necessidades, enfraquecendo, por vezes, o grupo de sua origem.

Na dinâmica sócio-histórica, a cooperação assume formas diferentes, segundo as relações sociais existentes; é uma, quando faz propriedade comum (escolas, centros sociais, etc.), é outra, na relação auto-ajuda (mutirão para plantio, colheita, etc.); e assume formas específicas na relação capital trabalho.

Com base nessas colocações, fica evidente a preocupação com o ajustamento social da comunidade, cujos determinantes dessa ação são entendidos na forma positivista dos fatos aparentes movidos por uma concepção humanista, em que se colocam intenções de altruísmo e solidariedade como objetivos a serem alcançados para solução dos problemas socialmente criados.

Segundo SOUZA (1987), a organização de comunidades, enquanto metodologia de ação, aproxima-se da educação social que surge e evolui com as críticas que se fazem à educação formal como educação livresca e separada da própria realidade social. Para esse autor, a partir da Primeira Guerra Mundial, o caos social, que se evidencia na desestruturação da família e da comunidade e nas necessidades sociais crescentes que se ampliam em face da desvalorização da força do trabalho e da concentração de riquezas, passa a ser preocupante. Assim, muitos trabalhos, por intermédio de instituições governamentais e ONG's, são destinados às comunidades, passando a ser sistematicamente estruturados e socialmente reconhecidos como respostas necessárias aos gritantes problemas sociais.

A organização de comunidades surgiu nos Estados Unidos e penetrou na América Latina na década de 40, e as motivações dessa região, segundo SOUZA (1987), elevaram-se, sobretudo, em razão do desenvolvimento de comunidades, cujo trabalho é assumido pela iniciativa pública, destinado às áreas subdesenvolvidas e, especialmente, às áreas rurais. Nisto, a ação comunitária de iniciativa da própria comunidade e a ação social de iniciativa pública, dirigidas a essas mesmas comunidades, deveriam orientar o processo pedagógico de descobrimento da realidade social objetiva e de ação sobre esta.

A participação é então aclamada como o conteúdo básico da organização de comunidades, com vistas no desenvolvimento de comunidades, seja na implementação dos programas da política social, seja na implementação de processos originados dos movimentos sociais.

As associações constituíram um recurso precioso para a extensão oficial e para as ONGs, na perspectiva do desenvolvimento de comunidades, principalmente a partir da década de 70. Estrategicamente, eram tidas como um

canal que garantia o trânsito ativo entre governo e produtores e a legitimação de programas de assistência ou extensão, a exemplo do MG-II, em que foram distribuídos benefícios de recursos públicos aos associados. Assim, os produtores, dispersos do ponto de vista das instituições, foram motivados a se agruparem. Segundo RIBEIRO (1994:17), “por isso, entre 75 e 85, uma enxurrada de associações, conselhos e centros comunitários foram criados por funcionários de órgãos públicos, desde que existissem fundos oficiais a ser distribuídos”.

No entanto, os investimentos públicos em programas oficiais de desenvolvimento no estado foram se exaurindo a partir do final do governo de Francelino Pereira (79/83), que reduziu os recursos para os órgãos de assistência e extensão. No governo de Tancredo Neves e Hélio Garcia, os programas agrícolas foram mantidos já na “tábua da beirada” e, no governo Newton Cardoso (87/91), “foram completamente liquidados, junto com o restante da máquina pública para a área agrícola” (RIBEIRO, 1994:17). Nas circunstâncias atuais, prevalece a escassez de recursos destinados ao setor agropecuário, visto que estes não ocupam lugar de destaque entre as prioridades do governo.

Conforme reconstituição histórica, verificam-se, na gênese do movimento associativista de Jacuí, incentivos diretos e indiretos dos técnicos das instituições. Os indiretos dizem respeito ao efeito multiplicador, em que uma associação, ao ser trabalhada, exerce influência motivadora na formação de outras. Em ambos os casos, as influências, obviamente, têm sua fonte primeira externa aos pequenos produtores, e não nascem da realização em comum de um fim preconcebido e deliberadamente desejado. Portanto, não se trata de um ato consciente e voluntário, mas de uma receptividade por parte do indivíduo que analisa e relaciona, pelo menos num primeiro momento, a probabilidade de obter alguma vantagem comparativa, ao associar-se. Admitindo-se que existam potencialidades latentes entre os particulares, ao serem despertadas, podem constituir importante fonte de complemento dos desequilíbrios da individualidade.

Segundo MARTIN BRUGAROLA (1970:21),

“através de una asociacion bien orientada se sostienen las conciencias rectas, se esclarecen las conciencias dudosas, se enderezan las conciencias falseadas, se introduce el sentido de lo humano y la inteligência de las necesidades humanas”.

Portanto, é admissível que os significados atribuídos à associação possam ser alterados, à medida que o grupo vai amadurecendo no sentido humano e material.

Das cinco associações, a de Mato Dentro é a mais antiga, e a de Boa Vista, a mais nova.

Para RIBEIRO (1994:23), “nos casos onde a reflexão conjunta antecedeu o começo do trabalho existem Associações com pouco tempo de atividade, mas muita coesão nas iniciativas”. Assim, maior ou menor tempo de funcionamento não implica organização mais ou menos sólida e participativa; grupos antigos podem enfrentar pendências internas ou dificuldades para negociar suas diferenças.

“O tempo de atividade conjunta também não influi no número de participantes. Existem grupos antigos que têm poucos participantes e tudo indica que continuarão do mesmo tamanho. O número de participantes tem mais a ver com a natureza do benefício surgido da organização, que com qualquer outra coisa”.

Dos 81 entrevistados, 60,5% (49) estão na associação desde a fundação. A maioria dos sócios fundadores, 42,1% (32), afirmou que, no processo de decisão, houve participação comunitária na criação da associação. Do ponto de vista dos produtores, ainda que o incentivo e a iniciativa tenham sido externos, se eles não quisessem, os técnicos nada fariam. Porém, 9,2% (7) contestaram essa afirmação, principalmente os de Perobas e de Frazão, atribuindo a influência de fundação aos agentes externos e à expectativa de benefícios. Nessas duas associações são constatados maiores problemas internos que afetam o desempenho do grupo.

Estudos realizados por RIBEIRO (1994) objetivaram resgatar a associação não apenas como simples alternativa de sobrevivência, mas, principalmente, como a representação de um valor cultural constituído pela comunidade. A pesquisa de campo desse autor foi realizada no período de setembro de 1990 a maio de 1991, mediante estudo sobre associações registradas,

ou não, como centros de desenvolvimento comunitário, microcooperativas e conselhos comunitários de todas as regiões de Minas Gerais, num total de 24 grupos. Desses grupos, apenas em duas associações pesquisadas foi possível observar a aparente existência de princípios de capital coletivo, uma em Formiga-MG e,

“noutro caso, em Jacuí, o espírito do trabalho foge um pouco ao padrão cebista e sindical observado na maioria das Associações pesquisadas. Apenas nestes casos a acumulação é realizada à custa da poupança dos recursos doados ou arrecadados dos próprios sócios. No restante toda concepção de aumento de capital é externa. São recursos vindos de fora que criam - sem ônus para os sócios - ...” (RIBEIRO, 1994:42-43) (grifo nosso).

Em Jacuí, os produtores das associações, às vezes, plantam roças comunitárias, com o objetivo de adquirir recursos para compra de bens duráveis e materiais de consumo, ou realizam serviços de interesse da comunidade (mataburros, pontes, horta escolar). Nesse caso, seja no plantio, seja na condução de roças comunitárias ou de quaisquer atividades que demandarem mais tempo, é natural que um sócio envie um substituto do grupo familiar, sem nenhum problema.

As construções comunitárias ou a compra de implementos, ou qualquer aquisição que julguem ser interessantes, são discutidas em reuniões que ocorrem nos centros sociais, nos mutirões, no campo de futebol, na roça, ou em qualquer lugar onde o número de sócios seja representativo. Os recursos para aquisições comunitárias não se restringem, exclusivamente, a fontes externas, como é comum ocorrer em diversas associações e conselhos comunitários do país. Nas associações de pequenos produtores rurais, como a de Mato Dentro, o capital coletivo é representado pelo investimento na roça de milho-semente variedade BR 106, em que os produtores recebiam uma parcela do produto colhido, e outra parte era convertida em moeda corrente, para constituir o capital coletivo, ou a contribuição direta em espécie. Nessa mesma comunidade, para aquisição de uma fábrica de farinha de milho, cada produtor desembolsou uma quantia para formar a contrapartida da comunidade, assim como no confinamento comunitário, para estudo da metodologia participativa, projeto subsequente ao do milho BR 106.

Na Associação de Boa Vista, no galpão e no plantio de diversas roças comunitárias foi utilizada maior parte de recursos dos produtores. Em Buenos, a associação comprou máquina de beneficiar arroz com recursos oriundos da roça comunitária e efetivou a manutenção do trator e a compra de implementos. Em Perobas, a roça comunitária, de 15 ha de milho e feijão, serviu para poupar recursos na quitação dos bens adquiridos via FUNDEC.

O processo de circulação do capital associado é muito complicado. Aparentemente, esses conceitos essenciais de ação cooperativa deveriam estar presentes nas associações. Segundo RIBEIRO (1994), salvo exceções, esses conceitos não estão presentes, por não se referirem à prática cotidiana dos grupos que se associam. Para eles, é perfeitamente possível cooperar com a política e ser solidário na ação familiar, religiosa ou sindical, embora tudo que se relacione com o sustento da família e com a reprodução da propriedade esteja sujeito a uma disciplina rígida de uso, que não pode ser alterada, nem pôr em risco a sobrevivência. Assim, o código político não se transforma em procedimento econômico, razão por que é perda de tempo cobrar racionalidade e eficiência empresarial das associações, como se fossem cooperativas.

A realização de trabalho com capital "parado", compacto, público ou coletivo, é difícil porque as normas são diferentes. Na fábrica de farinha de milho de Mato Dentro, tem-se verificado essa dificuldade, visto que os produtores trabalham, freqüentemente, com formas fluidas, naturais de riquezas, das quais eles se apropriam fisicamente, apreendendo o sentido e as nuances. Nesse caso, os produtores da fábrica de farinha ainda não atingiram um nível mínimo exigido para satisfatório desempenho satisfatório da unidade de produção. As associações contam com negociantes habilidosos em suas individualidades, mas esta habilidade não tem se manifestado no coletivo, uma vez que não é manejada com recursos da experiência que a gerência da unidade familiar concede ao produtor, mas sim obrigada a ser regida pelas normas corriqueiras do mercado, que são diferentes daquelas usadas na gestão da propriedade. Trabalhar com valores e negociar produtos e serviços, obedecendo a normas vigentes no mercado, implica elevado grau de dificuldades para os associados. Quando se trata de valores

materiais e humanos nas associações, é comum vir a tona o problema das lideranças.

4.5.1. Líderes rurais e reeleição (problema para o desenvolvimento de comunidades)

Apesar de 54,3% (44) terem desempenhado algum cargo na associação, a maioria foi suplente, e são poucos os que aceitam a liderança como presidente. Para muitos dos produtores entrevistados, a presidência ou qualquer cargo põe em risco sua posição social na comunidade. O respeito adquirido prolonga-se ao longo dos anos, o que faz com que até mesmo o nome do filho, para ser lembrado, tenha de ser acrescido do nome do pai. Como exemplo, têm-se os produtores da Boa Vista, Antônio Ribeiro da Silva e João Aparecido da Silva, apelidados de Antônio Custódio e João Custódio. Para eles, assumir, respectivamente, um cargo de liderança pode colocar em risco esse caráter pessoal diante da sociedade. Ademais, para ser líder, na visão de muitos produtores, é preciso “mexer” com as coisas dos outros, decidir com mais rapidez, ficar exposto à crítica. Nessas circunstâncias, a necessidade de onipotência constante no cotidiano do produtor rural reflete em seu comportamento.

O tempo ideal para cada gestão foi considerado como dois anos. Verificou-se que 59,5% (22) desempenharam suas ações por três anos, e 13,5%, além de seis anos. Os que nunca ocuparam cargo na associação são 37 (45,7%); destes, 8,1% da Associação de Frazão; 5,4%, de Boa Vista; 2,7%, de Buenos; e 2,7%, de Mato Dentro, afirmaram que não assumiram nenhum cargo porque entraram recentemente para a associação.

Com relação ao tempo de permanência no cargo, verificou-se que, na Associação de Buenos, o presidente José Tadeu de Oliveira permanece desde a fundação, e, na de Frazão, o ex-presidente Pedro Paschoal de Rezende manteve-se no cargo, da fundação a 1995, por mais de oito anos. Para 60,5% dos entrevistados, a permanência de um presidente por muito tempo num cargo não

apresenta problema, desde que ele seja produtivo, pois "em time que está ganhando não se mexe" e, a cada ano, adquire-se mais experiência, segundo as Associações de Mato Dentro, Buenos e Perobas. Para 37%, essa permanência é ruim, porque tira a oportunidade de novas experiências; e para 2,5%, todos da Associação de Buenos, essa permanência faz com que o líder perca o interesse pela associação e tende a acomodar-se. No geral, admitem não terem assumido nenhum cargo porque não se acham competentes, dado que há pessoas mais indicadas, enquanto outros acham difícil deixar os serviços da propriedade para se ocuparem das ações que um cargo requer, principalmente o de presidente.

Os produtores entrevistados têm algo em comum que possibilita enquadrá-los em uma mesma categoria social. Cada um, com suas peculiaridades, constitui a classe dos pequenos produtores rurais que precisam assegurar a sua sobrevivência com o grupo familiar e manterem-se no processo produtivo. O tempo que dedicam ao trabalho conjunto não prejudica suas explorações agrícolas individuais, sendo estas uma ação complementar. Como ação complementar, a maioria das reuniões nas comunidades rurais ocorre à noite, nos finais de semana, nos feriados, etc.

Do ponto de vista econômico individual de alguns associados, o trabalho coletivo é apenas soma de individualidades, valendo o benefício privado que é transferido para a exploração individual em detrimento do capital doado à coletividade. Para estes, o coletivo beneficia pessoas de uma forma ou de outra, e a associação não pode somente ser bonita para quem a visita ou a analisa. Para o ex-presidente da Associação do Mato Dentro, Antônio Carlos Arantes, o trabalho comunitário apresenta estágios que o extensionista deve captar, para que seja bem sucedido na tentativa de ajudar a comunidade. O extensionista que há muito tempo trabalha na comunidade tem de perceber os diferentes níveis de uma e de outra, visto que cada qual requer um tipo de participação:

"A comunidade de Mato Dentro uma das mais antigas já não concebe ficar com muita reunião, mutirão sem um objetivo querido e justificável. Muita reunião com técnicos é para as principiantes na fase de formação e formalização e até o grupo conseguir andar com as próprias pernas em termo de organização rural. Mato Dentro por exemplo tem facilidade de reunir a qualquer hora. A associação faz parte do dia-a-dia. O engenheiro-agrônomo novo, que chegou, o Clair vai ter que esforçar para entender o nível do pessoal e a partir daí

desenvolver um trabalho. Se ele ficar só por conta do PRONAF para que seja bem utilizado, ajudando a resolver um dos principais problemas comum aos pequenos produtores que é o crédito já estaremos satisfeito com a presença dele no município”.

Para a maioria dos produtores, as associações são fontes potenciais de benefícios para agropecuária, saúde, cultura, esporte e lazer, além de tornar a comunidade mais respeitada, com mais representatividade política. As associações variam em qualidade e quantidade, de tempo em tempo, em espaços maiores ou menores. Existem problemas, mas existem acertos que são importantes para que elas tenham continuidade. O individualismo está presente em toda associação, mas não quer dizer que seja defendido por todos, a todo tempo. Essas são diferenças que vão sendo acertadas à medida que o grupo amadurece e passa a sentir motivação por novas conquistas coletivas.

4.6. Realizações e influências do movimento de desenvolvimento de comunidade

Com vistas na articulação intercomunitária, foi realizado, de 29-06-83 a 07-08-83, em duas etapas, o “I Encontro de Representantes de Comunidades”, uma promoção do Programa MG-II, do qual participaram órgãos como EMATER-MG, prefeitura municipal, centro de saúde, representantes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), associações, conselhos, grupos de mães, inspetoria municipal e escolas. O encontro foi realizado na Escola Dom Bosco, de segundo grau, na sede do município. O tema central foi “Liderança é presença, é atuação”, cujo objetivo geral era motivar e conscientizar as lideranças a assumirem seus papéis no desenvolvimento sócio-econômico da comunidade de Jacuí.

O encontro contou com 101 participantes, entre os quais, produtores, jovens e mães das comunidades rurais de Mato Dentro, que abrangem os setores vizinhos de Pinhal dos Afonso, Pau D’Óleo, Santana e Mamote; de Perobas de Cima e de Baixo; de Frazão, que abrange os setores de Lanhoso e Retiro; de Taboão, Buenos, Caldas; e de Jacuí.

O resultado da dinâmica de grupo evidencia os aspectos reais do município, como também a importância desses questionamentos para uma proposta de extensão rural. No item 1, *O que deveria melhorar na agropecuária local*, foram indicados os aspectos relacionados com adoção de técnicas simples e baratas; melhoria do padrão racial do rebanho, das pastagens e das benfeitorias; utilização de novas técnicas; criação de armazéns; e melhoria do sistema de produção agrícola.

No item 2, *Quais as potencialidades do município?*, foram apontados terra e mão-de-obra disponível, familiar e barata; grande número de propriedade; população rural disponível; produção de café, milho, arroz, fruticultura e horticultura; pecuária; e união entre os grupos ou bairros (comunidade).

No item 3, *Quais são os principais problemas do nosso município?*, foram enumerados juros bancários elevados; alto preço dos insumos; mal tempo; dificuldade de comercialização; falta de mercado de insumos; lei salarial; preço baixo na colheita; e pouco emprego de técnicas no aumento da produção (EMATER-MG, 1983:3). No encontro, foram feitos outros questionamentos sobre os setores de saúde, educação, etc.

Apesar de os encontros terem sido freqüentes e decorrido curto espaço de tempo entre um e outro, havia número significativo de participantes, mesmo em dias de semana. No dia 7 de agosto de 1983, foi encerrado o Encontro e, no dia 15, com vistas na articulação intercomunitária, foi realizado o "Dia Especial em Organização Rural", que teve participação de organizações dos municípios de Monte Santo de Minas, Itamogi, Sebastião do Paraíso e Jacuí, no Centro Social da Comunidade de Mato Dentro, com 82 participantes. Segundo o relatório da EMATER-MG (1983), não houve presença das comunidades de Perobas e Frazão e do município de Jacuí, e destacou-se a presença da prefeita de Itamogi. Na avaliação dos objetivos, os participantes consideraram positiva a atuação de lideranças locais, bem como o intercâmbio de conhecimentos e experiências comunitárias e divulgação dos resultados alcançados pelo Conselho de Desenvolvimento da Comunidade de Mato Dentro (EMATER-MG, 1983). A programação dos encontros foi feita pelos extensionistas, com menor influência

dos associados. Contudo, a cada encontro, as avaliações levavam os extensionistas a destacarem o que a comunidade queria que fosse discutido e como isso seria feito. O Dia Especial em Organização Rural em Mato Dentro (15-08-84) foi realizado numa quarta-feira, com o objetivo de avaliar, junto com diretorias do conselho, associação, Clube 4-S, grupos de mães e demais membros, a atuação e o desenvolvimento da comunidade. Nesse dia, foram formalizadas as trocas de diretorias do Conselho do Mato Dentro e Clube 4-S, com participação de 82 pessoas. No relatório consta que a programação foi feita pela liderança rural, e a coordenação foi da extensionista Eunice Granato Neto, da EMATER-MG.

No encontro, a ação comunitária foi definida, por Eunice, como o resultado de uma força física ou moral. Segundo ela, para que esta ocorra é necessário que *“acreditemos que todas as pessoas as quais trabalhamos são capazes de modificar a realidade para melhor; ter entusiasmo e convicção; orientar e informar; saber ouvir; saber observar; saber sentir os problemas; ter compreensão, confiança em si mesmo e nos outros, ter cooperação; não desanimar frente às dificuldades...”*, e finaliza: *“Como conseguir envolver as outras pessoas na ação comunitária, como que nós vamos buscar a participação dos outros que ficaram fora? Aqueles que pensam diferente de mim, mas que tem muitas idéias boas?* Uma das conclusões dos grupos de trabalho foi a seguinte: *“A gente apresentando os resultados alcançados verá que está perdendo em não participar das reuniões”*. Isto é compreensível, quando se verifica a necessidade de ações concretas, visto que uma associação é constituída de debates, reuniões, esforço conjunto e formalização com registro em cartório. O tempo de discussão preparatória consome tempo e paciência, *“mas, do ponto de vista dos seus associados, ela só ganha vida quando consegue um patrimônio físico”* (RIBEIRO, 1994:36). Esse patrimônio é algo material, que pode ser trator, implementos, construções e até mesmo uma roça comunitária para determinado fim.

Enquanto as diversas instituições e o público selecionado desenvolviam variadas ações, muitos foram os benefícios, considerados concretos pelo público

beneficiário, obtidos pelo Programa MG-II, pelo Fundo de Apoio, pela LBA, pelo FUNDEC e por outras fontes e, às vezes, com contrapartida da comunidade, como eletrificação; melhoria de estradas; estruturas físicas, como centros sociais (Mato Dentro, Perobas e início de Frazão - recursos MG-II), escolas, armazéns (Mato Dentro e Frazão), salão para costura e artesanato (sede - recursos FUNDEC e LBA), secadores de camada fixa para cereais (Mato Dentro - recurso MG-II), máquinas de costura; implementos agrícolas; tratores; aparelhos de irrigação; entre outros.

4.6.1. Participação no poder

A intervenção das instituições com vistas no desenvolvimento de comunidades sempre apresentou um discurso de metodologia participativa. Existiram e existem aspectos negativos, mas, para Iaperi,

“uma das metas do associativismo é que ele trouxe lideranças para administrar o próprio município e isso foi cumprido em parte. Saiu o Antônio Carlos da APPR de Mato Dentro. Eu acho que Mato Dentro se aproxima mais do que era proposto. O pessoal tem assim uma visão mais comunitária, mais aberta”.

Iaperi revela que incentivou as lideranças a buscarem o que queriam, em vez de esperarem que a prefeitura o fizesse:

“Então eu falava pro Antônio Carlos, vocês é que tem que aprender a ir - vocês mesmos a Belo Horizonte, falar lá para o povo pois eles dão muito mais crédito que a gente prefeito. E ele ia. A prefeitura motivou a isso e o pessoal ficava com raiva por tê-lo promovido. Eu dizia: Não é nada disso, um menino se esforçando e se propondo a melhorar o lugar onde ele mora tem que fazer o possível para ele desenvolver, têm que dar as informações que eles precisam. E eu sou contente por ele ter saído da zona rural, administrando o município. E porque não voltar a administrar nesta gestão que vem agora? Eu acho que aí é que está o negócio... surgiu no desenvolvimento comunitário e eles é quem sabem, a zona rural sabe muito mais o que o município precisa do que quem mora na cidade. Aqui ainda é rural, cidade rural”.

Uma sociedade na qual todos são sujeitos resulta em ação transformadora, que **“começa, necessariamente, dentro da velha, e não depois que esta seja superada”** (FERREIRA, 1983:2) (grifo nosso). Os avanços ou conquistas devem ser divulgados, para que sejam testemunhas da transformação que se pretende alcançar; ao contrário, estarão enganando a si próprios.

Na época de campanha, Antônio Carlos recebeu o apelido de “o mandioca”, por ser proveniente da zona rural, enquanto o partido da cidade foi apelidado de “cana”, uma alusão à cachaça. Os opositores, nas campanhas de casa em casa, com “santinhos”, alegavam que os candidatos da área urbana seriam a melhor opção para Jacuí, pois Antônio era analfabeto, da roça, e não tinha condições para administrar um município como Jacuí. No entanto, esse fato o favoreceu, quando afirmava, nas mesmas casas, que ele era um deles, que qualquer desclassificação não atingiria somente a ele, mas a todos da zona rural de Jacuí. Antônio conta que

“a minha eleição foi uma mudança radical na cidade pois nunca tinha acontecido de um prefeito sair da zona rural. Primeiro que o povo da cidade não acreditava que isso fosse acontecer e a hora que aconteceu foi uma surpresa. Foi surpresa, porque nós conhecíamos o problema da cidade enquanto eles achavam que não e conhecíamos o problema da zona rural. Se eu cheguei a ser prefeito foi pelo associativismo pois a sugestão do meu nome partiu do PMDB, mas o presidente só manifestou meu nome depois que ele ouviu as lideranças do município, dos movimentos comunitários. Se as lideranças não se manifestassem produtivas ao meu nome eu não seria um nome indicado. Então foi isso, não foi eu que me tornei prefeito, foi um grupo comunitário que me fez”.

O atual prefeito, Geraldo Magela, ligado ao setor de ensino e de associações urbanas, foi o candidato que o sucedeu, escolhido, em uma prévia eleitoral, pelas lideranças comunitárias, como candidato único para o mandato de 01-01-1993 a 31-12-1996, com o seguinte resultado das urnas: 4.091 votantes, com 3.309 votos válidos, 706 brancos e 76 nulos. Nessa gestão, o vice-prefeito, José Eduardo, veio da APPR de Mato Dentro, bem como Antônio José dos Santos, presidente da Câmara, e José Jaime, vereador.

Os pequenos municípios têm graves dificuldades para cobrir seus gastos, e as soluções não são uniformes nem podem ser aplicadas formas sistemáticas, indistintamente, a todos os municípios para solucionar os problemas. Para MARTIN BRUGAROLA (1970:161): “Las custiones de densidad de la población, de distancias, de riquezas naturales, de grado de evolución, de mentalidad, de situación geográfica, de atracción deberán desempeñar un papel en lá eleccion y en la adaptación de las fórmulas”. Para Magela, administração

participativa implica informar aos habitantes sobre os problemas, para que reúnam idéias e empreendam ações para solucioná-los;

“Administrar um município igual a Jacuí, você que conhece a realidade daqui, não é fácil. Com a arrecadação pouca é difícil a distribuição destas rendas uma vez que temos que gastar até o limite de 60% da arrecadação. Hoje, 49% fica na folha de funcionários, 25% educação e 10% na saúde e o restante é pouco para que se possa resolver todos os trabalhos que são necessários à comunidade. Aqui nós trabalhamos juntos e todos os dias: prefeito, vice-prefeito e câmara apesar de não ser fácil torná-lo participativo porque precisa ser bem conversado, mas está sendo conduzido da melhor maneira. Então, eu acho que a arrancada de mudança de mentalidade é no associativismo. Hoje o povo de Jacuí não aceita mais ser encerrado esse trabalho de associativismo, de comunidade dentro da questão política e social do município. Então eu acho que é básico este trabalho comunitário onde as pessoas se ajudam mutuamente para que as coisas dêem certo. Mas falta ainda melhorar mais no aspecto de que o povo trem que perceber que ele próprio é que tem que tomar as suas decisões, resolver seus problemas e a prefeitura ser uma parceira. Aí será melhor ainda”.

O Dr. Iaperi, ainda hoje, é abordado por pessoas que almejam o poder local e não aprovam a realidade atual:

“O pessoal quando fala: há! vereadores tudo da roça. Eu digo, não tem problema nenhum. Dentro da sabedoria deles eles sabem lidar com os problemas, não sabem?... Ninguém nasceu vereador, ninguém nasceu prefeito. Quando você chega lá você vai deparar com os problemas, você vai ter que saber solucionar e aprende gente! Ninguém nasceu falando, ninguém”.

Para José Reinaldo, técnico da EMATER-MG,

“o aspecto negativo é onde ocorre o fato de habituar o indivíduo ao paternalismo ele não ter capacidade cultural para separar a vinda de recursos a ponto de não segurá-lo naquela dependência que entrava o desenvolvimento do trabalho normal dele. Nisso eu acho que encerra todo aspecto negativo. O positivo foi o desenvolvimento cultural. O indivíduo amplia os horizontes, mesmo que não assimila, vamos supor, um indivíduo pequeno produtor que tem uma porçãozinha mínima de terra e que venha a demandar assistência técnica em aspectos da produção. Você observa que quando é indivíduo que participa do associativismo ele tem horizontes mais largos, ele enxerga melhor, ele adquire melhor percepção do ambiente onde ele vive”.

As entrevistas, invariavelmente, ressaltaram vários aspectos, sendo a expectativa de recursos um dos aspectos negativos. Guilherme, recém-chegado a Jacuí, agrônomo da EMATER, demonstra primeiramente preocupação em conhecer a realidade local. Segundo ele,

“se acreditarmos que todos temos algo a acrescentar e o passado deste povo representa muito se for bem utilizado, o que a pessoa tem a oferecer, isto é crescimento, é inegável. Assim o trabalho desenvolvido em grupo oferece maiores oportunidades, este é o aspecto positivo. O negativo é que criaram uma

expectativa que a vinda de recursos fosse sempre contínua. Falta ainda um espírito, ou seja, uma contrapartida além do trabalho, a conscientização coletiva”.

Segundo Eunice Granato, extensionista da EMATER, contratada na época do MG-II e que, hoje, não se encontra mais em Jacuí, na década de 70 a 80 havia um envolvimento maior do extensionista com a família, ou seja, com a mulher, com o jovem e com o produtor. Para ela, o aspecto negativo foi, principalmente, para as mulheres:

“Com o desenrolar desse programa as associações foram específicas do sexo masculino, do produtor e as mulheres acabaram ficando mais com as lidas domésticas. Ela ajuda, de forma geral na roça, no plantio, na colheita. Então ela ficou ocupada para manter a pequena propriedade e foi dificultando a atuação a nível grupal onde elas estavam crescendo mais que os homens. Então aquela tradição machista, isto foi de uma forma assim mais inconsciente fechando a iniciativa da mulher e o trabalho não foi ideal, apesar do potencial da mulher”.

Antônio Carlos, a respeito do paternalismo, comenta que:

“Eu até concordo que tenha o paternalismo, mas não quer dizer que a associação partiu para isso, alguns associados dentro das associações ficaram dentro daquele negócio de ganhar, ganhar e só receber e nada dar. Mas não quer dizer que a associação seja ela toda paternalista. Alguma coisa que as associações tem estão ociosas, não foram bem planejadas, tivemos erros na hora de planejar, mas faz parte. Eu acho que nem tudo é perfeito. Poderia ter algumas coisas que poderiam ser melhores, mas não quer dizer... na maioria funciona bem nas comunidades: os centros sociais, os tratores, mas tem algumas coisas que estão ociosas. O próprio secador de camada fixa do Frazão é um exemplo”.

O município de Jacuí foi alvo de muitas intervenções de instituições governamentais e não-governamentais, a partir do período histórico de 1978 até os dias atuais. A comunidade rural passou por diversas experiências, como grupos de base, Clubes 4-S, conselhos, associações, núcleo municipal de desenvolvimento comunitário, intervenções de instituições envolvidas com o Programa MG-II, FUNDEC, LBA, entre outros. No período de 1980 a 1986 concentraram-se as maiores atividades.

Houve uma euforia inicial em razão dos recursos, mas nem todas as comunidades participavam dessa euforia, como é o caso da Associação de Perobas, que, segundo o Dr. Iaperi, rejeitou um caminhão para a comunidade e foi indiferente à construção do Centro Social, uma vez que, segundo eles, não

tinham condições de organização para aceitar tais benefícios. A comunidade de Buenos, que, na época, era uma associação informal, também não foi contagiada pela euforia: “Desde o levantamento de realidade das comunidades a serem selecionadas pelo Programa MG-II, na aplicação do questionários em Buenos, o interesse manifestado foi menor que nas demais selecionadas” (Mato Dentro, Frazão e Perobas).

No período de 1986, no PMAI (Plano Municipal de Ação Integrada), que era apresentado ao Núcleo Municipal de Desenvolvimento Comunitário, no item 53, relativo à Comunidade Mato Dentro, consta: “Mudança da política agrícola subsídio para lavoura”. Sem dúvida, apesar da expectativa de recursos, os associados tinham maior consciência do problema de quem vive das atividades agropecuárias. “Reunir e unir é apenas uma das armas dos dominados.”

Ainda nessa fase de concentração de atividades, que inclui, principalmente, os Clubes 4-S e o Programa MG-II, houve uma avaliação do Encontro Intermunicipal de Mulheres Rurais de Itamogi e Jacuí, do qual participaram 76 pessoas, o qual retrata bem aquela época:

“Foi sugerido por elas, que nós, extensionistas rurais preocupássemos com assuntos referentes ao aspecto humano do público beneficiário de nossas ações. Elas acham que as informações técnicas são necessárias, mas precisa haver equilíbrio entre a parte técnica e a de relações humanas”.

Sem dúvida, as mulheres que estão no dia-a-dia da família têm boa percepção daquilo que envolve o grupo familiar e sua sobrevivência.

5. RESUMO E CONCLUSÕES

A análise e as reflexões acerca da trajetória histórica das instituições no município de Jacuí, desde 1978, e da percepção dos produtores rurais podem fornecer subsídios importantes para o Serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural. Ultimamente, muitos desses aspectos e, ou, problemas levantados pelas comunidades têm sido debatidos pela sociedade civil e por suas representações de classe, em vários seminários regionais, estaduais e nacionais.

Esta pesquisa fundamentou-se, basicamente, nas diversas formas de intervenções e na percepção que os produtores rurais de Jacuí, organizados em associações, têm das suas relações com as entidades de assistência técnica e com o cooperativismo, no âmbito dos processos mais abrangentes de apoio à produção e ao desenvolvimento local, buscando ressaltar a importância relativa das contradições e dos condicionamentos nas inter-relações Empresa/Técnico/Produtor/Associação, no contexto da Assistência Técnica e Extensão Rural. De um lado, tem-se a EMATER-MG, como uma representação institucional oficial, e, de outro, a Cooparaíso, uma Cooperativa, ambas um pouco diferenciadas, mas em defesa da classe de produtores rurais. Várias estratégias dessas ou de outras instituições, a partir de programas e projetos, constituíram intervenções às comunidades rurais, a exemplo dos Clubes 4-S, Programa MG-II, FUNDEC do Banco do Brasil e SAJ.

As associações estão bem distribuídas e representadas, conforme documenta esta pesquisa, no município de Jacuí, de forma que cada grupo familiar assegura a sua representação, que é preenchida de acordo com as necessidades específicas de cada conjuntura. Se determinada discussão ou tarefa requer determinado elemento do grupo familiar, nesse universo, este será o associado. Esse processo rotineiro de eleição da representação pode ser interpretado como um ganho do exercício de cooperação. Em razão disso, torna-se difícil analisar os não-associados, sem levar em consideração esse aspecto das atividades e da organização grupal.

As intervenções iniciais praticadas pela EMATER não visavam à formalização imediata dos grupos, embora esta tenha sido apressada, por ser um pré-requisito para ser beneficiado pelo Programa MG-II. O registro e o estatuto são instrumentos de formalização das associações, e este último expõe, no seu conteúdo, a natureza tutorial da intervenção institucional. Pode ocorrer, nesses casos, a institucionalização do domínio, mediante o critério ou comportamento de quem outorga benefícios e atribui direitos, facilitando-o ou dificultando-o, conforme a conveniência. A rápida formalização, sem ampla discussão sobre a gestão das melhorias, traz, como consequência, o mal gerenciamento dos benefícios de uso coletivo. A atitude de recusa de um caminhão pelos associados da comunidade rural de Perobas foi interpretada como ignorância por lideranças políticas e por outros produtores. No entanto, a atitude é compreensível, considerando-se o resgate da explicação do sócio Messias José de Souza, quando afirma que o grupo não tinha entrosamento necessário para gerenciamento do bem, o que poderia resultar em mais problemas do que em solução.

A agropecuária do município beneficiou-se, objetivamente, das influências positivas das instituições **interventoras**; entretanto, os maiores e melhores resultados, de impactos decisivos, ocorreram nas atuações denominadas sociais e de infra-estrutura, dentre os quais se destacam os centros sociais, a eletrificação rural e a aquisição de máquinas e implementos agrícolas, aos quais podem ser agregados, com destaque especial, os avanços no âmbito do processo de politização.

As aquisições de bens, com recursos do FUNDEC (Fundo de Desenvolvimento Comunitário do Banco do Brasil), do MG-II e da LBA (Legião Brasileira de Assistência), foram significativas para o desenvolvimento do município. Os projetos elaborados e acompanhados pela EMATER-MG e pela SETAS (Secretaria do Trabalho e Ação Social) tiveram e ainda têm significativa repercussão na zona rural e urbana do município.

No caso do FUNDEC, quando o município de Jacuí foi selecionado para participar dos *forums* de debates da ECO 92, cinco comunidades rurais e quatro urbanas foram beneficiadas com inúmeros implementos agrícolas (batedeiras de cereais, ensiladeiras, distribuidoras de calcário e arados tracionados por trator e por animais), quatro tratores agrícolas, quatro centros sociais, um caminhão, uma fábrica de farinha de milho, um repetidor de TV, algumas máquinas de tear para confecção de tapetes com lã de carneiro, máquinas de costura industrial, calçamento, rede de esgoto e reforma de hospital. Tudo isso representou, de fato, uma ampliação significativa da capacidade produtiva da comunidade, implicando acréscimo nas forças produtivas disponíveis no município.

A fábrica de farinha de milho constitui alternativa importante de verticalização da produção de milho. Verificou-se que os produtores enfrentam problemas para a autogestão e auto-suficiência e estão em busca de apoio técnico para melhorar a produção e a comercialização do produto. Os outros bens adquiridos são utilizados pela maioria dos associados e pelos não-sócios, com diferenciação de vantagens entre uns e outros.

Os produtores reconhecem que a produção tornou-se mais fácil, após a organização comunitária e a conseqüente aquisição e incorporação de novos bens e insumos, que foram agregados ao processo de produção imediata ou de suporte a este, em decorrência do desenvolvimento do próprio trabalho no âmbito da organização econômica, social e política da comunidade. Apesar disso, afirmam que, embora essas conquistas, enquanto organização e produtividade, sejam importantes, o mercado e a comercialização dos produtos são ainda mais imprescindíveis. Essa percepção indica uma compreensão incompleta do processo de produção capitalista, ou seja, não se tornou, no nível de

desenvolvimento atual dessas comunidades, ainda claro para esses produtores o fato de que o processo de comercialização é apenas um elo secundário no processo de criação de valor, representando apenas o seu momento de realização, ou seja, no nível do desenvolvimento atingido pela inserção desses produtores na economia de mercado, eles ainda estão vinculados ao que Marx denomina de lucro de alienação, ou lucro mercantil. Ainda não perceberam que o lucro efetivo é produzido no momento da produção, daí a relevância em baixar custos e aumentar a produtividade do trabalho. Entretanto, essa consciência da força dominante do mercado implica a subordinação desses produtores ao comércio, característica da produção mercantil simples.

Os recursos do Programa MG-II foram utilizados para aquisição de centros sociais, armazéns, secadores de grãos e estradas, e a LBA contribuiu com fundos para microunidades produtivas e capacitação de mão-de-obra. Outra conquista importante, com recursos do MG-II, FUNDEC e LBA, é a SAJ (Sociedade Amigos de Jacuí), que, depois da prefeitura, é a maior geradora de empregos em Jacuí. Na SAJ são produzidos tapetes de excelente qualidade, feitos por mulheres de produtores rurais nas suas próprias residências, constituindo uma renda adicional para o grupo familiar.

Ao serem questionados acerca das mudanças nas relações de produção e nas condições de vida, os produtores responderam, com frequência, que se consideravam “heróis da resistência”, por terem entrado num jogo em que as regras do governo mudam durante todo o tempo, de forma que não oferecem segurança à adoção de novas tecnologias e à mudança radical. Enfatizaram que, quando se arrisca pouco, perde-se pouco, e a condição de sobrevivência permanece garantida.

É perceptível a necessidade de incorporar aspectos produtivos, como forma de resistência social, na relação dicotômica de seletividade do estado, quando este procura ofertar ao capital produtos primários com preços baixos e pregar a garantia de defesa na classe produtora principalmente na agricultura familiar. Na visão dos produtores, existe um grande espaço para ser trabalhado entre o que o estado quer e o que os interessa, o que se constata quando afirmam

que já conviveram com técnicos comprometidos, exclusivamente, com normas das empresas, os quais sugeriam que eles se adequassem às normas, quando estas é que deveriam se adequar à realidade.

Os produtores afirmaram, ao analisarem as ações do estado, que têm consciência de que o incentivo a alguma cultura ou criação, no Brasil, é um alerta para a classe produtora, visto que este fato implica que o produto é de interesse do governo, razão por que o preço do produto cairá e o incentivo jamais cobrirá o prejuízo do investimento total.

Nesse sentido, para os produtores de Jacuí, a Assistência Técnica e a Extensão Rural tornam-se melhores quando há iniciativa de técnicos para agirem como intelectuais orgânicos, realizando a leitura do ambiente externo e interno, reinterpretando cenários e colaborando na tomada de decisões sobre o quê produzir e sobre a melhor maneira de comercializar. A pesquisa evidencia que é preciso rever a metodologia operacional a ser utilizada pela extensão rural no município e fortalecer a participação permanente dos produtores, desde o planejamento até a avaliação dos trabalhos executados.

Os técnicos da EMATER residem no município de Jacuí e, por intermédio de um convênio com a prefeitura municipal, prestam assistência técnica e extensão rural, duas vezes por semana, ao município de Bom Jesus da Penha, razão por que este é chamado de município satélite. O técnico da Cooparaíso atende à exigência de um técnico de plantão na loja, para orientar a venda de produtos, e, dentro do possível, visita algumas propriedades, afirmando ser muita demanda para sua capacidade de atendimento. Segundo o produtor rural da comunidade de Peroba, Antônio Carlos de Souza, além de prestarem atendimento, os técnicos ainda prestam assistência em outro município, o que resulta em prejuízo para ambos os municípios.

Esse aspecto resgata o velho problema da extensão, que é alcançar a massa de agricultores quando se relaciona o reduzido número de extensionistas. No caso de Jacuí, há outros fatores, como a dispersão geográfica, considerando-se os dois municípios a serem atendidos; a má qualidade de muitas estradas vicinais; e o baixo nível educacional dos produtores, integrantes das associações,

e de outros não-associados, que também preferem o contato direto do técnico, individual ou coletivo. A esses fatores soma-se a dificuldade das instituições em promover a atualização dos seus profissionais quanto a processos educativos e, até mesmo, conhecimento tecnológico, principalmente quando se verifica a grande distância entre a pesquisa e a extensão.

Às intervenções são creditados um avanço no processo de democratização do poder e um aumento do espaço para a participação nas decisões de projetos, programas e reivindicações dos direitos. Os assuntos municipais passam a contar com maior atenção dos produtores, uma vez que tinham condições de opinar sobre eles, nas comunidades e no Núcleo Municipal de Desenvolvimento Comunitário. Pode-se dizer, nessa conjuntura específica, que o tripé instituição, produtores e governo municipal é uma grande escola de educação política.

Jacuí é um município pobre e com poucos recursos, embora estes sejam bem administrados. Com relação à representação municipal, têm sido eleitos candidatos que possuem claro conhecimento dos problemas locais. Tendo em vista a tendência de descentralização do estado, a formação do sentido cívico é essencial para auxiliá-los na obtenção dos meios financeiros e jurídicos, com vistas na melhor condução da vida coletiva. O município é a primeira base da descentralização do estado, dado que é essencial que as pessoas estejam conscientes de que seus atos diários são fundamentais para superar problemas e levar ao desenvolvimento sustentado. O fortalecimento político dos produtores das associações rurais envolveu, posteriormente, as associações urbanas a partir de mudanças nas relações de poder no município.

O cosmopolitismo propiciado aos produtores, principalmente pela EMATER-MG, pela prefeitura e pela SETAS, nos seminários, nos encontros municipais e regionais, nos Clubes 4-S (EMATER-MG), e nas representações da classe por ocasião dos debates, é aspecto importante no processo de politização. O controle da política local foi obtido pelo crescimento da consciência de classe e pelos avanços do resgate da cidadania.

Os Clubes 4-S fazem parte da história de muitos associados que acham que, com as exigências atuais de mercado, o sistema de trabalho da EMATER-MG, por intermédio desses Clubes, seria extremamente adequado aos tempos de hoje. Na visão dos produtores, eles uniriam os aspectos sócio-econômicos e culturais e fariam grande integração com jovens produtores de outros municípios, para troca de conhecimentos, avaliação de projetos em desenvolvimento, valorização da mulher rural, civismo e melhor desempenho da produção agropecuária. Ademais, os clubes seriam, atualmente, uma melhor forma de intervenção, considerando-se que os técnicos trabalhariam com grupos de interesse por produto, envolvendo a família como um todo.

O produtor rural Antônio Carlos Arantes, ex-presidente de associação comunitária, começou nos Clubes 4-S e quebrou uma tradição de mais de 100 anos, ao ser eleito prefeito municipal de Jacuí. Desde então, para escolha do prefeito municipal, há uma prévia eleitoral em que vários candidatos são apresentados para avaliação das Associações Comunitárias Rurais e Urbanas; destes, o mais votado já é antecipadamente eleito, indo às urnas somente para confirmar a escolha e cumprir exigência da lei eleitoral. Com isto, há grande economia de gastos do dinheiro público que recai sobre o eleito, que tem dever de dedicar esforços para o bem comum do município. No caso dos vereadores, o processo é o vigente em todo o país; em alguns casos, um vereador é previamente aprovado pelos membros da Associação Comunitária, os quais garantem fidelidade do voto na eleições. Da escolha acertada depende o bom desempenho da gestão municipal. Em Jacuí, o vice-prefeito era responsável pela patrulha mecanizada e trabalhava, normalmente, na manutenção de estradas e pontes.

Os candidatos provenientes da zona rural contam com especial preparação para assuntos da agropecuária, sendo 50% membros das associações comunitárias. Na última eleição, a oposição solicitou o direito de lançar candidato pelo processo vigente em todo o país e foi derrotada, obtendo menos de 20% dos votos. Foi eleito, pela segunda vez, o ex-presidente da Associação de Mato Dentro, o que reforçou a organização social e política dos produtores.

Em relação à Cooparaíso (Cooperativa dos Cafeicultores de São Sebastião do Paraíso), os produtores de Jacuí, ao criarem o primeiro núcleo de expansão, acreditavam que, por intermédio dela, supririam todos os itens básicos de insumos para a agropecuária, definidos por eles em reuniões, uma vez que, dos 81 entrevistados, 45,7% são associados. No entanto, acham que o Núcleo de Jacuí fica a desejar, quando se trata de obter produtos certos, na época certa. No que se refere ao armazenamento e à comercialização, em razão dos quais os produtores atribuem maior importância da Cooparaíso, eles demonstram que é necessário avançar nas questões de informação ao associado, principalmente na parte da comercialização, que é fundamental para tomada de decisões do produtor, visto que há consciência de que informação é poder e representa parte importante de qualquer atividade, econômica ou não.

Para muitos associados, há necessidade de melhorar a diferenciação entre associado e não-associado. As vantagens de ser cooperado são menores do que as desejadas. A maior satisfação do associado, segundo a opinião da maioria, é realizar compra e venda no próprio nome, o que reforça a onipotência exercida na propriedade. Sendo sócio, ele pode conceder a outros o benefício de comprar em seu nome, o que lhe dá a sensação de ser alguém, ter algo e torná-lo disponível para quem não o tem.

A administração da Cooparaíso e o técnico local evidenciam a dificuldade de manter estoque, nessa época de vigência do Real, e de obter os produtos dos quais necessitam os produtores, em tempo hábil e em quantidade suficiente. A estabilização da moeda e a grande concorrência geram um cenário altamente competitivo que dificulta a administração. É nessa relação com o mercado que se verifica um paradoxo interno difícil de ser administrado: o associado é dono, fornecedor e cliente. Teoricamente, o associado é dono, embora apenas cinco deles se sintam como tal; raramente exerceram a democracia do voto, em razão das diferenças entre associados, do grau de comprometimento, do viés da comunicação e da incompatibilidade dos horários e locais das reuniões; é fornecedor porque entrega o café em grão para a

cooperativa; e é cliente quando usufrui da loja de insumos e da assistência técnica.

Os produtores reconhecem que a intervenção da Cooparaíso auxilia a comercialização do café e a compra de insumos, bem como ajuda a criar oportunidades para o setor agropecuário. O paradoxo interno é o reflexo maior da incompreensão dos produtores associados em relação à diferenciação entre associado e não-associado, pois, como dono, quer que o investimento seja lucrativo e competitivo no mercado; como fornecedor de café, quer sempre adquirir o melhor preço; e como cliente, quer adquirir insumos e serviços com qualidade e a preços inferiores aos concorrentes.

Nesse sentido, vários mecanismos são adotados para que o associado não abandone a cooperativa. No caso de Jacuí, a Cooparaíso procurou investir na fruticultura tropical (pêssego, figo e uva), em parceria com a EMATER-MG e com a EPAMIG, utilizando instalações desta última para montar unidade de observação do comportamento de variedades frutíferas e café, além de uma agroindústria, para atribuir valor agregado ao produto primário, principalmente o figo.

Outra tentativa de motivar os associados foi a formação de um viveiro de mudas de café, em parceria com a prefeitura municipal e com a EMATER, com vistas em facilitar a formação de novas lavouras com mudas de melhor qualidade. Em época de inflação alta, a justificativa da Cooparaíso diante da insatisfação de produtores é que ela funciona como um regulador de preços de mercado, principalmente no caso de compra e venda de café e de insumos. Em ambos os casos, na percepção dos produtores, falta melhorar o relacionamento produtor associado com a gerência do núcleo. É necessário que a Cooparaíso pesquise as reais necessidades de insumos dos produtores e não se baseie apenas no histórico das fichas de estoque ao longo do ano, pois as necessidades mudam freqüentemente. Além disso, os itens acordados desde o início da fundação não foram cumpridos. No caso da comercialização do café, os produtores não entendem o mecanismo, as variações de mercado e não dispõem de melhores

informações para decidir qual o melhor momento para efetuar a venda, ainda que em pequena quantidade.

A síntese dos produtores em relação à Cooparaíso é que a assistência técnica ocorre praticamente na loja, no momento de aquisição dos insumos, faltando maior motivação em defesa dos associados, embora seja inegável a contribuição desta para o município, visto que representa grande potencial de desenvolvimento, motivo pelo qual precisa ser melhor explorada tanto pelos associados como pela cooperativa.

Os produtores afirmaram que as instituições interventoras não devem concentrar ações na organização comunitária, sem um fim preconcebido. Há um saber adquirido e uma evolução organizativa que propiciam a eles reunir forças para solucionar os problemas. O que necessitam é que as instituições os auxiliem, para que possam acrescentar capacidade produtiva e comercial aos associados, com vistas na viabilidade de suas atividades. Quando um técnico deixa o município, é substituído por outro, que, na maioria das vezes, saiu recentemente de uma escola, sem, contudo, adquirir capacidade técnica necessária, de forma que há demora na seqüência do trabalho existente.

A consciência crítica dos associados é a síntese de um processo de aprendizado, ao criar e recriar as suas condições de existência material e social. Para estes, muitos fatores relativos ao êxito do processo produtivo da agropecuária não dependem dos técnicos, mas é preciso que eles tenham consciência do que podem e devem fazer, exercendo um profissionalismo que inspire confiança e justifique os investimentos financeiros da sociedade.

Segundo os produtores, as instituições necessitam de técnicos com maior experiência de análise de cenários e comercialização. Para eles, há dificuldades no processo de produção, mas é possível superá-las, quando se têm o mercado e a compreensão deste.

Para os técnicos pesquisados, considerando-se a agroindustrialização e a internacionalização das relações econômicas, é muito importante que os produtores da agricultura familiar tenham condições de adquirir novos conhecimentos técnicos, levando em conta as suas necessidades, possibilidades

e estratégias, e que trabalhem em conjunto com a produção de produtos primários, procurando agregar valores a estes.

As instituições extensionistas têm sido caracterizadas por sucessivas estratégias de intervenções nas comunidades rurais, por intermédio de metodologias variadas de trabalho, projetos e programas. Alguns avanços foram obtidos, mas a relação discurso-prática ainda não alcançou a coerência necessária.

A união de extensionistas com pesquisa, instituições de ensino e comunidade pode trazer grandes benefícios, quando a comunidade é a maior interessada em resolver as situações de dificuldade e necessidade de crescimento. O envolvimento das pessoas com ações que visem à sobrevivência material torna mais realista a mobilização da comunidade e propicia o processo educativo e participativo.

Uma das intervenções recentes que evidenciaram essa união foi o Estudo da Metodologia Participativa na Adoção da Técnica de Confinamento de Bovinos por Comunidade de Pequenos Agricultores, como uma seqüência do primeiro projeto de Estudo da Metodologia Participativa na Produção de Milho-Semente BR 106, em Comunidade de Pequenos Agricultores. A metodologia participativa foi contemplada como o fundamento básico para a ação, principalmente porque os produtores sabiam o que queriam. Nesse sentido, o milho-semente e o confinamento comunitário, enquanto processo educativo e de transferência de tecnologia, contribuíram para os pequenos produtores e para suas pequenas propriedades.

Outra expressiva contribuição desses dois projetos de Estudo da Metodologia Participativa, que incluíram ensino, pesquisa e extensão, foi a avaliação crítica da realidade da extensão pelo engenheiro-agrônomo da EMATER de Jacuí, Zenaido Lima da Fonseca, que, a partir das discussões sobre sistema agrário brasileiro e agricultura familiar e de análises junto com os pesquisadores e comunidade, resolveu investir no estudo sobre intervenções institucionais, na Universidade Federal de Viçosa, em nível de Mestrado. A extensionista da EMATER, Eunice Granato Neto, a partir dessas análises,

investiu também no curso de Sociologia, na Faculdade de Ensino Superior de Passos-MG.

Durante entrevistas e reuniões, procurou-se apenas captar a percepção dos produtores envolvidos nos projetos de Milho-Semente e Confinamento Comunitário, não se atendo às confirmações das hipóteses estabelecidas pela pesquisa, que deverá publicar os resultados com maior abrangência e profundidade.

Pode-se dizer que as pequenas áreas e a redução gradativa de áreas das propriedades no município de Jacuí, que, em muitos casos, ocorrem em função das heranças (espólios), imprimem um sentido diferenciado à maneira de condução dessas áreas, exigindo que os produtores tenham melhor aproveitamento das áreas agricultáveis e busquem a produtividade das suas explorações agropecuárias, melhorando a qualidade de vida.

A busca de um equilíbrio social parte da natureza das necessidades e dos recursos que possam estar disponíveis para satisfazê-las. A busca do equilíbrio inclui as formas de solidariedade, união, participação, educação, conscientização, ampliação dos conhecimentos, apropriação dos resultados das pesquisas, assistência técnica e comercialização, entre outros.

Fica evidente a necessidade de capacitar os agentes de extensão para programar ações de extensão, com a participação organizada dos produtores, com vistas em estimular suas potencialidades e o uso racional dos recursos disponíveis. Nesse sentido, os trabalhos de ATER devem partir da fundamentação básica de que os produtores são sujeitos da ação, identificando a causa de seus problemas e tomando as suas próprias decisões, aproveitando, plenamente, os recursos disponíveis, para reduzir ao máximo sua dependência das decisões, recursos e serviços externos.

O associativismo de Jacuí tem tido grandes avanços na conquista de direitos sociais, culturais e econômicos, por intermédio da permanente negociação entre suas classes e do aproveitamento de oportunidades.

Em geral, acredita-se que as organizações convencionais, a exemplo das cooperativas e sindicatos, não sejam capazes de dar respostas satisfatórias e

constantes às demandas dos produtores. As organizações mais localizadas, como as associações de produtores, supostamente, têm o significado maior de eliminar as barreiras de distâncias que limitam a participação, o controle político e até a representação dos produtores.

Na ação extensionista com a agricultura familiar não se podem considerar apenas a competição por produção e produtividade e a modernização tecnológica, mas também as relações de cooperação, aceitação mútua, e valores éticos, ambientais e humanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOWITZ, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo: ANPOCS, 1992. 275 p.
- ALENCAR, R. Intervenção técnica ou participativa: dois enfoques da extensão rural. *Cadernos de Administração Rural*, Lavras, v. 2, n. 1, p. 23-43, 1990.
- AMMANI, S.B. Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1992. 211 p.
- BARBOSA, T. A pequena produção no Brasil e suas perspectivas. *Informação Agropecuária*, Belo Horizonte, v. 14, n. 157, p. 5-10, 1988.
- BARROS, W.A. A questão agrária e a comunicação rural no Brasil. São Paulo: USP, 1966. 405 p. Tese (Doutorado em Comunicação) - Universidade de São Paulo, 1966.
- BARROS, W.A. A pesquisa em comunicação rural. In: BRAGA, G.M., KUNSCH, M.W.L. (Orgs.) *Comunicação rural: discurso e prática*. Viçosa: UFV, 1993. p. 52-70.
- CAPORAL, F.R. A extensão rural e as funções e práticas dos extensionistas do serviço público. *Sociedade & Política*, 2002. 272 p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Juiz de Fora, 1999.
- D'ALENCAR, R.S., SILVEIRA, M.F. *Comunicação e extensão na extensão rural da CEPLAC: verso e averso da ação*. Juiz de Fora: UFJF, 2002. 19 p. (Mimeo.)

DOSSA, D., CAUS, S. Avaliação técnica econômica e rentabilidade de oito propriedades agrícolas no Paraná. O método de comparação entre produtores. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 33, 1993, Curitiba. Anais... Brasília: SOBRER, 1994. p. 597-618.

ECHVEVERIA, T.M. Medicina do criatório rural. Casa da Agricultura, Campinas, v. 2, n. 2, p. 6-8, 1981.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DE MINAS GERAIS - EMATER-MG. I Encontro de Comunidades Rurais em Jacuí. Jacuí, 1983. 3 p. (Mimeog.).

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DE MINAS GERAIS - EMATER-MG. II Encontro de Comunidades Rurais em Jacuí. Jacuí, 1984. 10 p. (Mimeog.).

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DE MINAS GERAIS - EMATER-MG. Programa de desenvolvimento empresarial da

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: ANPOCS, 1992. 275 p.

ALENCAR, E. Intervenção tutorial ou participativa: dois enfoques da extensão rural. **Cadernos de Administração Rural**, Lavras, v. 2, n. 1, p. 23-43, 1990.

AMMANN, S.B. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil**. 8.ed. São Paulo: Cortez, 1992. 211 p.

BARBOSA, T. A pequena produção no Brasil e suas perspectivas. **Informe Agropecuário**, Belo Horizonte, v. 14, n. 157, p. 5-10, 1988.

BARBOSA, W.A. **A questão agrária e a comunicação rural no Brasil**. São Paulo: USP, 1986. 105 p. Tese (Doutorado em Comunicação) - Universidade de São Paulo, 1986.

BARBOSA, W.A. A pesquisa em comunicação rural. In: BRAGA, G.M., KUNSCH, M.M.K. (Orgs.). **Comunicação rural: discurso e prática**. Viçosa: UFV, 1993. p. 54-70.

CAPORAL, F.R. **A extensão rural e os limites a prática dos extensionistas do serviço público**. Santa Maria: UFSM, 1991. 221 p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Santa Maria, 1991.

D'ALENCAR, R.S., SILVEIRA, M.J. **Metodologia e método na extensão rural da CEPLAC: verso e anverso de uma mesma prática**. s.l., s.n.: 1989. 19 p. (Mimeog.).

- DOSSA, D., CAUS, S. Avaliação técnica econômica e rentabilidade de oito propriedades agrícolas no Paraná. O método de comparação entre produtores. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 33, 1995, Curitiba. **Anais...** Brasília: SOBER, 1995. p. 597-618.
- ECHEVERRIA, T.M. Modelos de extensão rural. **Casa da Agricultura**, Campinas, v. 3, n. 2, p. 6-8, 1981.
- EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DE MINAS GERAIS – EMATER-MG. **I Encontro de Comunidades Rurais em Jacuí**. Jacuí: 1983. 5 p. (Relatório). (Mimeog.).
- EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DE MINAS GERAIS – EMATER-MG. **II Encontro de Comunidades Rurais em Jacuí**. Jacuí: 1984. 10 p. (Mimeog.).
- EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DE MINAS GERAIS – EMATER-MG. **Programa de assistência técnica e extensão rural do município de Jacuí-MG – PROATER**. Jacuí: 1985. 49 p.
- EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DE MINAS GERAIS - EMATER-MG. **Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural do município de Jacuí-MG - PROATER**. Belo Horizonte: 1991. 55 p. (Mimeog.).
- EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DE MINAS GERAIS - EMATER-MG. **Programa de desenvolvimento empresarial da EMATER-MG: definições institucionais**. Belo Horizonte: 1994. 28 p. (Documento, 1).
- EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DE MINAS GERAIS - EMATER-MG. **Programa de desenvolvimento empresarial da EMATER-MG: estrutura organizacional e malha de responsabilidades**. Belo Horizonte: 1994b. 28 p. (Documento, 2).
- FERREIRA, F.W. **Planejamento participativo: possível ou necessário?** s.l., s.n.: 1983. 8 p.
- FIGUEIREDO, R.P. Extensão rural no Brasil: novos tempos. **Revista Brasileira de Tecnologia**, Brasília, v. 15, n. 4, p. 19-25, 1984.
- FIGUEIREDO, V. **Produção social da tecnologia**. São Paulo: EPU, 1989. 150 p.

- FONSECA, M.T.L. **A extensão rural no Brasil: um projeto educativo para o capital.** São Paulo: Loyola, 1992. 192 p.
- FONTES, M.C. **O processo de organização e desenvolvimento de uma comunidade de trabalho pela extensão rural.** Viçosa: UFV, 1990. 125 p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Viçosa, 1990.
- FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 8.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. 93 p. (O Mundo Hoje, 24).
- GALJART, B. Desarrollo agrícola y conceptos sociológicos: una crítica. In: _____. **Cuadro de expertos em sociologia rural de América Latina.** Buenos Aires: FAO, 1971. 152 p.
- GONÇALVES, J.S. **Capitalismo e cooperativismo na agricultura.** São Paulo: Instituto de Economia Agrícola, 1987. 47 p.
- HAGUETTE, T.M.F. **Metodologias qualitativas na sociologia.** 3.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1992. 224 p.
- HASTORF, A.H., SCHNEIDER, D.J., POLEFKA, J. **Percepção de pessoal.** São Paulo: Edgard Blücher, 1973. 113 p.
- HILGAR, E.R. **Introducion to psychology.** 3.ed. New York: Brace & World, 1983. 488 p.
- IANNI, O. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia.** Petrópolis: Vozes, 1979a. 151 p.
- IANNI, O. **Ditadura e agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia - 1964-1978.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979b. 249 p.
- IANNI, O. **A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia.** Petrópolis: Vozes, 1981. 235 p.
- IANNI, O. **Origens agrárias do estado brasileiro.** São Paulo: Brasiliense, 1984. 112 p.
- JAKUBASZKO, R. **Marketing rural: como se comunicar com o homem que fala com Deus.** São Paulo: Círculo do Livro, 1992. 169 p.
- JONES, A.S. **Acumulação primitiva e cercamento dos campos na agricultura brasileira: uma hipótese de trabalho.** Viçosa: UFV, 1987. 245 p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Viçosa, 1987.

- JONES, A.S. **A política fundiária do regime militar**: legitimação privilegiada e grilagem especializada (do instituto de sesmarias ao estatuto da terra). São Paulo: USP, 1997. 414 p. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de São Paulo, 1997.
- MARANGON, B. O papel da comunicação na extensão rural: uma abordagem para o momento presente. In: ARAÚJO, J.G.F. **Comunicação rural**: perspectivas atuais e futuras. Viçosa: UFV, 1994. p. 5-12.
- MARTIN BRUGAROLA, S.J. **Entidades intermedias y representacion politica**. Madrid: Ediciones y Publicaciones Populares, 1970. 379 p.
- MARTINS, J.S. **Expropriação & violência**: a questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1982. 181 p.
- MARTINS, J.S. **Camponeses e política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1983. 128 p.
- MARTINS, J.S. **A militarização da questão agrária no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1985. 134 p.
- MELO SOUZA, A.C. **Os parceiros do rio Bonito**. 4.ed. São Paulo: Duas Cidades, 1977. 284 p.
- MINAS GERAIS. Secretaria da Agricultura. **Programa Estadual de Promoção de Pequenos Produtores Rurais – MG-II**. Belo Horizonte: 1981. 153 p.
- MIRANDA, J.B. **A política de desenvolvimento rural integrado em Minas Gerais**: a trajetória do MG-II - uma interpretação da intervenção do estado. Viçosa: UFV, 1993. 313 p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Viçosa, 1993.
- MONTEIRO, A., RESENDE, J. A pequena propriedade agrícola em Minas Gerais. **Informe Agropecuário**, Belo Horizonte, v. 14, n. 157, p. 5-10, 1988.
- NOVAES, E.E. Assistência técnica e extensão rural para pequena produção. **Informe Agropecuário**, Belo Horizonte, v. 14, n. 157, p. 5-10, 1988.
- OAKLEY, P., MARSDEN, D. **Approaches to participation in rural development**. Genebra: Internacional Labour Office, 1985. 91 p.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A AGRICULTURA E A ALIMENTAÇÃO - FAO. **Desenvolvimento agropecuário**: da dependência ao protagonismo do agricultor. Brasília: 1996. 174 p.

PEREIRA, M.D. **Clube 4-S.** Belo Horizonte: EMATER-MG, 1980. não paginado. (Mimeog.).

PEREIRA, J.R. **Movimento associativista rural e igreja em São Domingos do Prata - MG.** Lavras: ESAL, 1991. 106 p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Escola Superior de Agricultura de Lavras, 1991.

PEREZ, L.H. Formas de organização de pequenos produtores rurais no Estado de São Paulo. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 73-79, 1990.

PINHEIRO, S.L.G. Pesquisa, extensão e desenvolvimento rural: uma abordagem construtivista. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 33, 1995, Curitiba. **Anais...** Brasília: SOBER, 1995. p. 1.335-1.353.

REVISTA EXTENSÃO, Viçosa, EMATER-MG, n. 1, p. 39, 1977.

RIBEIRO, E.M. **Fé, produção e política:** experiências associativas de camponeses em Minas Gerais. São Paulo: Loyola, 1994. 67 p. (Cadernos de Estudos, 7).

SAINT-ADOLPHE, J.C.R.M. **Diccionario geographico, historico e descriptivo, do império do Brazil.** Paris: Thypographia e Fain e Thunot, 1845. 123 p.

SANTOS, M.S.T. **Igreja e pequeno produtor rural:** a comunicação participativa no programa CECAPAS/SERTA. São Paulo: USP, 1994. 316 p. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Universidade de São Paulo, 1994.

SCHAUN, N.M., ALMEIDA, E.F.L., BRANDÃO, I.M., THIAGO, L.R.L.J., PEREIRA, M.D., CAMPOS, R., FONSECA, Z.L. **Estudo da metodologia participativa na adoção da técnica do confinamento de bovinos por comunidades de pequenos agricultores.** Sete Lagoas: EMBRAPA/CNPMS, 1991. 60 p.

SCHULTZ, T.W. **A transformação da agricultura tradicional.** Rio de Janeiro: Zahar, 1965. 207 p.

SELLTIZ, C., WRIGHTSMAN, L.S., COOK, S.W., KIDDER, L.H. **Metodologia de pesquisa nas relações sociais.** São Paulo: EPU, 1987. 687 p.

SILVA, J.G. (Coord.). **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira.** São Paulo: Hucitec, 1978. 267 p.

- SILVA, J.G. **A pequena produção e as transformações da agricultura brasileira.** São Paulo: s.n., 1980. 13 p. (Mimeog.).
- SINGER, P. **Economia política da urbanização.** 12.ed. São Paulo: Brasiliense, 1990. 151 p.
- SOARES, D.M. **O componente comunitário do programa MG-II nos municípios de Coroaí e Virgolândia (MG).** Viçosa: UFV, 1994. 105 p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Viçosa, 1994.
- SOUZA, I.S.F. Difusão de tecnologia para o setor agropecuário: a experiência brasileira. **Cadernos de Difusão de Tecnologia**, Brasília, v. 4, n. 2, p. 187-196, 1987.
- TONNIES, F. Comunidade e sociedade como entidades típico-ideais. In: FERNANDES, F. **Comunidade e sociedade.** São Paulo: EDUSP, 1973. p. 96-116.
- VILELA, S.L.O., PINTO, J.B.G., MORAES, M.D.C. A problemática da avaliação dos impactos sociais das tecnologias agropecuárias: construindo uma metodologia. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 33, 1995, Curitiba. **Anais...** Brasília: SOBER, 1995. p. 1.227-1.242.